



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS

Felipe Barbosa Dezerto

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM COLUNAS DE JOÃO SILVÉRIO
TREVISAN

RIO DE JANEIRO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Felipe Barbosa Dezerto

**PROCESSOS DE SUJETIVAÇÃO EM COLUNAS DE JOÃO SILVÉRIO
TREVISAN**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanise Gomes Medeiros

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

D532 Dezerto, Felipe Barbosa.
Processos de subjetivação em colunas de João Silvério Trevisan /
Felipe Barbosa Dezerto. – 2008.
111 f.

Orientadora: **Vanise Gomes Medeiros.**
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Subjetividade na literatura – Teses. 2. Análise do discurso –
Teses. 3. Identidade (Psicologia) na literatura – Teses. 4.
Homossexualismo na literatura – Teses. 5. Revista G Magazine –
Teses. 6. Homossexualismo – Periódicos – Teses. 7. Trevisan, João
Silvério, 1944- – Teses. I. Medeiros, Vanise Gomes. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU

800.85:165.42

Felipe Barbosa Dezerto

**PROCESSOS DE SUJETIVAÇÃO EM COLUNAS DE JOÃO SILVÉRIO
TREVISAN**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Vanise Gomes Medeiros (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Alexandre Soares Ferrari
Instituto de Letras – UNIOESTE-PR

Rio de Janeiro
2008

**A meus familiares e a meus amigos, com quem dividi
momentos de aprendizado, experiências e reflexões que
culminaram neste trabalho.**

AGRADECIMENTOS

À Vanise, minha incansável e paciente orientadora, que confiou em mim e apostou na realização deste trabalho;

A Rodrigo, pelo companheirismo, pela compreensão nos momentos em que não estive presente, pela paciência nos momentos em que, mesmo presente, estive ausente e pela motivação e carinho;

A Paulo, meu querido amigo de toda uma vida, pelas conversas, pelas contribuições, pelas idéias trocadas e, principalmente, por ter estado do meu lado todas as vezes que precisei, me fazendo experimentar a cada dia o sentido da palavra amizade;

A meu primo Leandro, pela atenção e disponibilidade;

A meu amigo Mário, meu fiel companheiro dos momentos de lazer, pelos momentos de descontração e diversão;

A meu amigo Bruno, mesmo distante, sempre presente;

A CAPES, pela bolsa que propiciou a elaboração deste trabalho;

Aos professores da Pós –Graduação do Instituto de Letras, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica;

A prof^a Bethânia Mariani, pelo curso “Les vérités de la palice”;

A todos que me acompanharam sempre com palavras de confiança e incentivo.

**Nós já temos encontro marcado
Eu só não sei quando
Se daqui a dois dias
Se daqui a mil anos
Com dois canos pra mim apontados
Ousaria te olhar, ousaria te ver
Num insuspeitável bar
Pra decência não nos ver
Perigoso é te amar, doloroso querer
Somos homens pra saber o que é melhor pra nós
O desejo a nos punir, só porque somos iguais
(...)
Dois meninos num vagão e o mistério do prazer
Perigoso é me amar, obscuro querer
Somos grandes pra entender, mas pequenos pra opinar
Se eles vão nos receber, é mais fácil condenar**

Jorge Vercilo

RESUMO

DEZERTO, Felipe Barbosa. *Processos de subjetivação em colunas de João Silvério Trevisan*. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O trabalho que aqui se apresenta tem por objetivo a observação da materialização dos processos de subjetivação em torno da homossexualidade nas colunas *Olho no olho*, da revista *G magazine*, assinadas por João Silvério Trevisan. As reflexões propostas aqui partem do lugar teórico da análise do discurso francesa (Pêcheux e Orlandi) para o entendimento de como se efetuam os processos de produção de subjetividade e a forma como essas subjetividades se materializam nos textos da coluna *Olho no olho*. Toma-se como pressuposto que a língua, enquanto espaço de materialização do discurso, funciona porque é afetada pela ideologia. É, então, a observação dos processos ideológicos que arregimentam o funcionamento lingüístico e manifestam subjetividades o principal objetivo deste trabalho. As marcas lingüísticas com as quais se trabalhou para se chegar aos referidos processos ideológicos foram as denominações, além de expressões e sintagmas que funcionam nas formas de referência ao homossexual. Por meio dessas formas de referir, observa-se que sujeitos são esses que comparecem nesse espaço midiático de conflitos que comporta diferentes subjetividades.

Palavras-chave: sujeito, discurso e homossexualidade.

RESUME

DEZERTO, Felipe Barbosa. *Processus de subjectivation en des colonnes de João Silvério Trevisan*. 2008. 110 p. Dissertation (Mestrado en Langue Portugaise) – Institut de Lettres, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Le travail que l'on vous présente a comme objectif l'observation de la matérialisation des processus de subjectivation autour de l'homosexualité dans les colonnes *Olho no olho*, signées par João Silvério Trevisan, dans le magazine gay brésilien *G magazine*. Les réflexions proposées partent de l'analyse du discours française (Pêcheux et Orlandi) vers la compréhension de comment se constituent les processus de production de subjectivité et la façon dont se matérialisent ces subjectivités dans les textes de la colonne *Olho no olho*. On a comme pré-supposé que la langue, en tant qu'un champ de matérialisation du discours, fonctionne parce qu'elle est touchée par l'idéologie. C'est, donc, l'observation des processus idéologiques, qui guident le fonctionnement linguistique et manifestent des subjectivités, le principal objectif de ce travail. Les marques linguistiques avec lesquelles on a travaillé pour arriver aux processus idéologiques ont été les dénominations et les expressions et syntagmes de référence à l'homosexuel. A partir de ces formes de référence, on a observé quels sujets figurent dans cet espace médiatique de conflits qui regroupe de différentes subjectivités.

Mots-clé: sujet, discours et homosexualité

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As formas de referir: funcionamento nas colunas	71
Quadro 2 - As posições discursivas e a sustentação de sentidos	85
Quadro 3 - As referências e as posições discursivas	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
1.1 – Considerações iniciais	12
1.2 – Procedimentos teórico-metodológicos	16
1.2.1 – Fundamentos teóricos e elaboração do <i>corpus</i>	17
1.2.2 – Justificativa e objetivo	20
1.3 – O “eu” que diz “eu” para dizer	21
1.3.1 – Sujeito e centralidade	21
1.3.2 – Sujeito ideológico	26
1.3.3 – Sujeito e inconsciente	31
1.3.4 – A função autor	34
2 – ABRINDO A <i>G MAGAZINE</i>	39
2.1 – O que é a <i>G magazine</i>	39
2.2 – De olho na <i>olho no olho</i>	43
2.2.1 – As formas de referência	45
2.2.1.1 – As formas de referência: denominações, expressões e sintagmas de referência - um breve panorama histórico	47
2.2.1.2 – As formas de referência: denominações, expressões e sintagmas de referência - funcionamento na coluna <i>Olho no olho</i>	62
2.2.2 – As posições discursivas e as formas de referência	75
2.2.3 – Formação discursiva 1: sexualidade/estigma	91
2.2.4 – Formação discursiva 2: A homossexualidade como um lugar para a instauração de cidadania	95
2.2.5 – Duas FDs, uma tensão	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

A discussão sobre identidade sempre foi algo que me chamou a atenção desde meus primeiros estudos de iniciação científica em literatura francesa. Num projeto que versava sobre a questão da alteridade na literatura francófona, tive meus primeiros contatos com autores que tematizavam sobre o assunto. Tratar de tal tema se tornou para mim motivo de curiosidade e desejo de continuar, mesmo que não soubesse ainda para onde.

No final do curso de graduação, num momento em que as escolhas pareciam ser tão complicadas em vista de uma gama de possibilidades que até mesmo assustava, mais uma vez o interesse pela questão da identidade se fez presente e se traduziu num trabalho monográfico. Meu trabalho de final de curso já tomava como material a revista *G Magazine* e serviu de aperitivo para o despertar de um apetite que culminou num projeto de mestrado que pretendia um aprofundamento nas inúmeras possibilidades de pesquisa que se abriam diante de um material que se mostrou infinitamente rico e produtivo.

Trabalhar com a revista significou para mim a descoberta de uma aptidão acadêmica até então desconhecida. Na medida em que observações sobre a revista iam sendo feitas, se afirmava a crença de que ali poderia estar surgindo uma pesquisa. E o que aparentemente parecia estar resolvido somente começava a mostrar seus desdobramentos. Isso porque dizer identidade não diz muito se não for acompanhado de um embasamento teórico que sustente a abordagem da questão. Essas descobertas já fizeram mexer com algo também nesse processo que se iniciava.

É nesse contexto que se inseriu a análise do discurso de corrente francesa. Juntamente com Pêcheux e Orlandi, e tantos outros autores da análise do discurso, algo estava sendo saciado. Talvez o próprio desejo do desconhecido, acompanhado da inquietude que causa nunca completar, a desconstrução da certeza de que se pode chegar ao fim, foram ao mesmo tempo agentes sedutores e motivo de insegurança. Trabalhar com a análise do discurso significa para mim algo que me impele em direção a um lugar que não sei qual é.

Aí então a questão da identidade tomou outros ares, passou a significar diferentemente e passou a exigir novos olhares. Olhar para a homossexualidade nessa perspectiva ganhou nova forma e passou a me seduzir cada vez mais. Leitura após leitura, descoberta após descoberta

representaram um confronto no qual o mesmo e o novo se encontravam para desembocar num outro.

E foi atrás desse caminho que busquei compreender a questão da identidade como processo neste trabalho. Não se pode vislumbrar identidade do lugar teórico que ocupo nem como o mesmo, nem como o outro, nem com o novo, mas como o caminho que se percorre para se chegar a cada um deles e a um outro ainda.

Voltei-me, então, para a questão dos processos identificatórios do homossexual nas colunas *Olho no olho* da revista *G magazine* na tentativa de entender como se constituem sujeitos numa perspectiva discursiva, tentando compreender que lugares são reservados para o *gay* quando ele é falado em colunas de uma revista *gay* que circula em todo território brasileiro.

1 - QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 - Considerações iniciais

O trabalho que aqui se apresenta trata de questões que envolvem subjetividade e identidades (enquanto processos identificatórios) referentes à homossexualidade na sociedade brasileira, mais especificamente, na mídia que tem como público leitor os homossexuais. O material analisado é retirado da revista *G Magazine* por ser, até o estabelecimento do material de análise desta pesquisa, a única revista *gay* com conteúdo jornalístico circulando em escala nacional¹. Detém-se, para efeito de análise, à coluna *Olho no olho*, assinada mensalmente por João Silvério Trevisan, um ativista da causa homossexual que, por seu trabalho de décadas em prol da defesa dos direitos homossexuais, justifica a escolha desse material para este trabalho de análise.

Na realização deste trabalho, tomo a análise do discurso francesa (Pêcheux e Orlandi) como lugar teórico que ocupo para, a partir dele, refletir sobre as questões relativas a discurso e homossexualidade. Objetiva-se refletir sobre os sentidos que se fazem presentes quando se fala do homossexual e para o homossexual, numa revista de circulação nacional, mais especificamente em colunas que se destinam fazer seu público alvo refletir sobre homossexualidade e sobre a construção de um cidadão de direito homossexual.

A análise do discurso surge como uma disciplina que vem promover deslocamentos no que se refere ao estudo e à concepção de língua(gem). Estamos falando de um lugar teórico que se configura no entremeio de outras disciplinas, retomando alguns fundamentos e deslocando-os ao mesmo tempo, com o objetivo de entender a relação entre língua(gem), história, ideologia e sujeito.

Essa disciplina se propõe questionar a concepção de língua como um sistema que possui um exterior no qual sujeitos ideais a põem em funcionamento. Sujeitos estes que trabalhariam em um processo comunicativo uniforme no qual sentidos seriam codificados e decodificados por

¹ Em setembro de 2007, foi lançada a revista *Junior* e, em dezembro de 2007, a revista *Homens* voltou a circular, juntamente com a primeira edição da revista *DOM*, todas direcionadas ao público *gay*, com propostas editoriais de jornalismo em seus conteúdos.

emissores e receptores, como se ela (a língua) fosse um código que não possuísse história e como se ela não se constituísse juntamente com a sociedade.

A proposta de Pêcheux, a partir do qual surge a análise do discurso², é a de articulação de três regiões do saber: o materialismo histórico, para um entendimento de como se efetivam os processos sociais e as transformações das formações sociais; a lingüística, enquanto lugar de reflexão sobre a língua e a linguagem; e a teoria do discurso, para uma compreensão histórico-processual dos sentidos. Essas três regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade oriunda da psicanalista que visa entender o sujeito que se insere nesse processo. Situando-se no entremeio das teorias supracitadas, a análise do discurso trabalha com seus conceitos promovendo uma reterritorialização (Mariani,1998,p.24) dos mesmos para a elaboração de seu quadro epistemológico.

Nessa perspectiva de deslocamentos, vai-se trabalhar, então, numa direção que concebe que: a) a linguagem não funciona como um código que se presta à transmissão de informações entre locutores; b) o sujeito não representa o ponto de partida do dizer sendo fonte e centro dos sentidos, ou seja, o dizer não se inaugura no sujeito; c) a ideologia não pode ser descartada dos processos discursivos (ela é constitutiva destes, mas não como mascaramento ou ocultação dos reais interesses da classe dominante, como propôs Marx); d) não há, nos processos de linguagem, a possibilidade de haver *o/um* sentido, como se existisse uma verdade unívoca guardada nesse sentido.

No lugar de língua funcionando como código de transmissão de informações ou sistema de signos, a análise do discurso propõe que esta se configura como o lugar de inscrição do discurso. Este se materializa na língua, se inscreve nela para que nela possa haver sentido. Dessa forma, a língua constitui um campo material que só funciona porque é afetado por algo que não é tão somente da ordem da língua, mas como cadeia material que significa porque nela se inscrevem sentidos de práticas sociais que se processam historicamente, discursivamente. Os sentidos não estariam, então, no sistema lingüístico, como propôs Saussure na noção de valor e significado³, mas nesse processo de produção simbólica ininterrupta, isto é, nas práticas sociais que realizam um trabalho de simbolização deslizando no tempo e no social, construindo,

² A análise do discurso surge na década de 60 como resultado de um projeto - embuído das leituras marxistas nas quais se tratava, entre outros, de ideologia e disputas de poder - que se opõe à concepção de língua enquanto algo que está fora da sociedade e que não pode ser afetado por ela.

³ Saussure (1972) propôs que o sentido brota da relação que um signo estabelece com os outros do mesmo sistema lingüístico. Um signo é aquilo que o outro não é. E, por essa noção, a língua ganharia sentido.

reconstruindo, interditando e reativando sentidos. O objeto da análise do discurso é, então, não a língua, mas o discurso, que aparece em Orlandi (2005) como *objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto*.

O discurso, por sua vez, não é entendido como mensagem, nem fala. Trabalha-se com a noção de um objeto teórico constituído por sentidos produzidos historicamente⁴ nas práticas sociais. Ele configura o lugar onde se pode observar a relação entre língua (cadeia material na qual se inscrevem os sentidos) e ideologia (aquilo que provoca o efeito de transparência da linguagem). O discurso funciona como um lugar de mediação, uma vez que é nele que são produzidos sentidos.

O sujeito, por sua vez, não pode ser visto como o controlador do dizer como se os sentidos do que ele diz se inaugurassem nele. Pôr a língua em funcionamento pressupõe um processo complexo no qual sujeito e sentido se constituem mutuamente. Não há, portanto, um entendimento de sujeito como indivíduo singularizado *a priori*, o que ocorre é um processo de subjetivação que se dá na esfera do discursivo. Essa questão é melhor discutida no item 1.3, no qual se trata especificamente do conceito de sujeito.

A noção de ideologia com a qual a análise do discurso trabalha não se confunde como a de máscara ou ocultamento como no pensamento marxista. Não se trata de um domínio ideológico ao qual o sujeito teria acesso de forma explícita se fosse esclarecido para ele a manipulação da classe dominante. Estamos falando não de manipulação ideológica, mas de um mecanismo imaginário que provoca o efeito do óbvio. Segundo Pêcheux,

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem como que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, 1988, p. 160).

O funcionamento ideológico se dá então num efeito de transparência da linguagem e do sentido. É a ideologia que provoca o efeito do óbvio e retira da linguagem seu caráter opaco, deixando os sentidos funcionarem como se já estivessem desde- sempre-lá. Sobre a questão, também nos diz Mariani :

⁴ Aqui, não se entende história como seqüência de fatos, não se trata de uma noção cronológica dos acontecimentos, mas de processos semânticos ao longo do tempo; fala-se de processo, em que o inacabado e o complexo se fazem constitutivos. *São filiações, produção de mecanismos de distribuição de sentidos*. (Orlandi, 2003).

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie, natural para ele enunciar daquele lugar. (Mariani, 1998, p.25)

Vemos, dessa forma, como há um processo de naturalização dos sentidos para o sujeito que enuncia. Esse estado perpétuo de transparência dos sentidos provoca no sujeito a ilusão de centralidade e originalidade enquanto formulador de enunciados.

Cabe, aqui, um questionamento: de onde, então, brotam os sentidos que emergem no sujeito como se fossem algo que emana dele? A resposta para essa pergunta passa por questões que incluem também a noção de historicidade e interdiscurso. Estamos falando de uma memória discursiva na qual se inscrevem todos os sentidos já produzidos; tudo o que já foi historicamente simbolizado; toda a produção simbólica das práticas sociais. O interdiscurso, então, funciona como base de fornecimento dos sentidos que parecem brotar do sujeito. É ele que disponibiliza (ou interdita ou projeta para possíveis formulações) sentidos para o sujeito que se julga uno e fonte do dizer. Mas isso ocorre porque ele se insere numa formação discursiva. Esta última se constitui como um espaço (não empírico, mas discursivo)⁵ onde os enunciados ganham sentido. Cada formação discursiva configura a possibilidade da inserção do sujeito num processo identificatório e também o aparecer de um sentido que repousa no interdiscurso e é disponibilizado ao sujeito porque ele se insere naquela formação discursiva e não em outra. A formação discursiva, como lugar da interpelação ideológica do sujeito, configura uma matriz de sentido. Falar em mudança de matriz semântica significa também mudança de formação discursiva.

É por essa concepção de sentido e sujeito que a análise do discurso desloca a noção de sentido único e propõe a de efeitos de sentido. Não pode haver, dessa forma, uma uniformidade semântica, uma vez que sujeitos ocupam diferentes posições, em diferentes conjunturas sócio-históricas imersas numa relação de forças que promove uma hierarquia discursiva que faz do político um fator determinante no jogo de posições-sujeito inseridas em formações discursivas. Assim, não poderia haver a possibilidade de apreensão de um sentido unívoco e primeiro, o que temos é um jogo complexo de efeitos semânticos que se dá entre os sujeitos.

⁵ Neste trabalho, tomo empírico como aquilo que se refere ao material (do mundo), mas que só tem sentido porque é simbolizado discursivamente, ou seja, nas práticas histórico-sociais. Não se está dizendo que há o mundo e o discurso como ordens distintas, o que se afirma é que a própria realidade é construção discursiva, i.e., as coisas só ganham sentido para e no discurso.

A discursividade funciona como um fio histórico ao longo do qual os processos de significação se efetuam. O mesmo e o novo estão em constante tensão para as formulações e reformulações dos sentidos. Nessa medida, a análise do discurso se define *como teoria da determinação histórica dos processos semânticos* (Pêcheux & Fuchs, 1990, p.164, *apud*, Mariani, 1998, p.27). Os sentidos se filiam a outros construindo redes histórico-semânticas que permitem não só a repetição, mas também a reformulação. Estamos falando de condições materiais de produção que atualizam sentidos e dizem respeito, de forma geral, ao contexto imediato da produção simbólica, mas também às mudanças sociais operadas no nível das relações de poder e força.

Os sentidos, nesse complexo com dominante das relações de força, se dão sempre *em relação a*, como sustenta Canguilhem (1994, *apud* Mariani, 1998). Eles se configuram porque se filiam a outros sentidos (sustentação interdiscursiva), mas não estão engessados e fadados sempre ao mesmo devido ao movimento discursivo de atualização em diferentes condições de produção.

Estamos falando, então, de uma teoria semântica que entende sentido e sujeito como resultantes (mas sempre inacabados) do processo histórico e social. Ambos imersos num jogo no qual não há relações diretas. É, então, esse processo histórico social que determina as constituições e contradições tanto do sujeito quanto do sentido. É no processo discursivo que eles se constituem.

Queremos com essas considerações iniciais abrir nossas reflexões sobre como se concebe, então, sujeito e linguagem em análise do discurso. Considerações estas que se fazem importantes para a compreensão dos pressupostos que norteiam os procedimentos deste trabalho.

1.2 – Procedimentos teórico-metodológicos

Pretendo, nesta seção, prestar esclarecimentos no que tange aos princípios teóricos que fundamentam a concepção de *corpus* em análise do discurso e as implicações metodológicas dessa teoria em termos de entrada no material analisado. Além disso, apresento o objetivo dessa pesquisa e a justificativa que a torna válida e produtiva neste campo de pesquisa.

1.2.1 – Fundamentos teóricos e elaboração do *corpus*

Para a elaboração do trabalho que realizo aqui, é necessário expor que procedimentos foram adotados na composição de seu *corpus*.

Conforme Indursky (1997), na elaboração de um *corpus*, em análise do discurso, *não existe um* [grifo nosso] *modelo que se aplique automaticamente e indiferentemente a todo e qualquer discurso. Vale dizer que a definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise.* Como se pode observar, a delimitação de um *corpus* depende do que o próprio discurso dispõe para a análise. Delimitar, então, é fazer um recorte (discursivo, porque já é fruto de um gesto interpretativo do analista⁶) das seqüências de linguagem, ou seja, de fragmentos de texto que farão parte das análises pós-recorte dependendo dos objetivos do analista e do quadro teórico e não de um modelo empírico. Como nos diz Orlandi (2003) *ele [o recorte] é instável e provisório*, podendo variar na medida em que mudam os objetivos do analista. Portanto, temos um critério teórico de recorte, uma vez que, aqui, não se entende a relação entre o languageiro e o discursivo como algo direto, nem composto de automatismos.

Parte-se, primeiramente, de um *corpus empírico*, que é composto, nesse caso, pela totalidade de publicações nesse espaço discursivo, que, aqui, seria a coluna *Olho no olho*, ou seja, as publicações mensais da coluna *Olho no olho* desde seu aparecimento na revista *G Magazine*, em junho de 2000, até os nossos dias.

Uma vez estabelecido o *corpus empírico*, parte-se para um outro trabalho de recorte que formará o *corpus discursivo*, ou seja, as *seqüências discursivas* sobre as quais se debruçarão as análises (vale lembrar que *corpus discursivo* é entendido como algo que começa no recorte, já que temos aí um gesto interpretativo do analista). Essas seqüências são unidades analíticas (nesse caso, fragmentos de textos escritos) delimitadas já por uma primeira análise. Entende-se a *seqüência discursiva* (SD) como um extrato que diz algo sobre do campo discursivo a que ela pertence. Para a escolha das *seqüências discursivas*, o critério utilizado é a possibilidade de

⁶ Consideramos que o recorte já configura um gesto interpretativo uma vez que não se pode separar esse sujeito que analisa de uma posição que o permite ver. O analista é tido como um sujeito que, para ser sujeito, também é submetido ao processo de inserção no simbólico ocupando um lugar a partir do qual olha para seu material e enxerga algo. Esse movimento de enxergar não pode, por sua vez, ser isento de um gesto marcado e determinado pela ideologia, portanto, recortar já se constitui como um gesto interpretativo.

perceber a inscrição ideológica de sentidos nesses segmentos de texto, tomando como base o quadro teórico exposto no trabalho, levando-se em conta, mais uma vez, que a teoria determina os limites do recorte discursivo. Dessa maneira, não se trabalham as seqüências quantitativamente. Elas são ditas já como um gesto analítico justamente por serem consequência de uma observação de um funcionamento discursivo se inscrevendo na materialidade lingüística. Portanto, não se trabalha exaustivamente com SD, mas com o funcionamento dessas no processo discursivo que se pretende observar.

As análises feitas sobre cada seqüência têm resultados extensivos a todo o *campo discursivo* (Indursky 1997). O que se procura analisar em análise do discurso não é o funcionamento das marcas lingüísticas destacadas independentemente, mas o funcionamento delas no discurso em questão. Orlandi defende que:

(...) as marcas lingüísticas em si não dizem muito sobre um discurso. É preciso considerar o modo como aparecem em um discurso, ou seja, temos que estabelecer seu modo de existência em relação à propriedade do discurso que é objeto da análise, já que estamos caracterizando significativamente o discurso em relação às marcas que o constituem. (Orlandi, 2003, p.10)

Postula-se, dessa maneira, que o languageiro funciona como um campo material em que se inscreve o discurso. Essa materialidade lingüística é organizada pelo discursivo.

O que se pretende analisar, então, não é só o lingüístico, mas parte-se dele para observar o que o faz funcionar daquela forma. São as propriedades do discurso, materializadas na língua, que se buscam.

O que se busca sistematizar, então, é o funcionamento do discurso. Mas, para tanto, é preciso remeter à formação ideológica (e, conseqüentemente, à formação discursiva) que regula o discurso em análise. É nessa relação discurso/ideologia que se configura o modo de funcionamento a que se pretende chegar. Uma vez que trabalhamos com uma teoria que postula o discurso enquanto processo, ou seja, algo que se move e que tem por constituinte a incompletude, compreendem-se nisso que chamamos de funcionamento discursivo as falhas, as brechas, os deslizamentos. Estes últimos fazem, então, mover o processo sócio-discursivo de forma que não se possa conceber a estaticidade e a imutabilidade do social. Só é processo porque falta e porque falha. Falhas estas que promovem a deriva dos sentidos, fazendo-os deslizar e potencializando a possibilidade da instauração do outro no mesmo.

É preciso dizer também que admitir um modo de funcionamento para o discurso não significa dizer que ele é algo definitivo e que as análises realizadas têm *status* de verdade-para-sempre. O discurso, enquanto prática social, é algo que está em constante movimento; é incompleto. Procura-se, em determinada conjuntura sócio-histórica, depreender processos discursivos de significação. O que analisamos são estados do discurso, uma vez que discursos são processuais, ou seja, um *continuum*. E como dispersão, suas formas de organização não são atemporalmente estáveis e descritíveis.

Como dito, a coluna *Olho no olho* tem sua primeira publicação na *G Magazine* em junho de 2000 e desde sua primeira edição é assinada por João Silvério Trevisan. Escolhemos para esse trabalho, dois anos de publicações, a saber:

- 1) o primeiro ano da coluna, de junho de 2000 a junho 2001 e
- 2) o ano que vai de junho de 2005 a junho de 2006, por ser este o último ano da coluna no momento da elaboração do meu projeto para ingresso no mestrado.

A opção por trabalhar com o primeiro e o último ano da coluna se justifica pelo interesse em observar o funcionamento nesse material discursivo de questões referentes a processos identificatórios do homossexual em momentos diferentes. Temos, então, dois anos de publicações, lembrando que a revista é mensal, totalizando 24 colunas (12 colunas de 06/2000 a 06/2001 e 12 colunas de 06/2005 a 06/2006).

O trabalho analítico consiste em exaustivas leituras do material até que se percebam as regularidades (e também as falhas nessa regularidade) semântico-ideológicas se inscrevendo na língua. Uma vez percebido um funcionamento do discurso no texto, destacam-se suas marcas até que se possa construir um *corpus* por meio das seqüências discursivas.

A partir desse trabalho de leituras e releituras do material, algumas marcas lingüísticas se fizeram relevantes na busca da observação do funcionamento discursivo que organiza as colunas. Essas marcas dizem respeito às formas de se referir ao homossexual, a saber: as denominações, as expressões denominativas e os sintagmas de referência ao homossexual. Além disso, observei também o jogo das posições discursivas na sustentação dessas formas de referência em relação ao homossexual.

1.2.2. – Justificativa e objetivo

São várias as justificativas deste trabalho e vários são os benefícios que dele decorrem. Em primeiro lugar, este projeto dá continuidade a um trabalho desenvolvido em final de curso de graduação. Portanto, vários são os pontos que ficaram a serem retomados, aprofundados e alargados. Em segundo lugar, este trabalho se justifica pelo seu tema e sua relevância social, por seus aspectos lingüísticos, ou seja, a descrição de um funcionamento lingüístico a partir das denominações e por seus objetivos, apresentados logo a seguir. Esse trabalho que envolve língua e sociedade permite um maior conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil e sobre a relação entre o lingüístico, o social e o identitário no que concerne o tema da homossexualidade neste país.

Voltar-se para o tema da homossexualidade, num cenário ainda marcado pela assimetria e pelo preconceito, significa uma forma de explorar um universo que precisa vir à tona para ser melhor compreendido. Explorar os fenômenos de transformação relativos a esse grupo e seus desdobramentos na língua configura uma forma de prática da alteridade e uma maneira de lidar mais facilmente com a diferença.

Considerando que se toma o discurso como objeto de análise, entende-se que contribuições para a língua portuguesa aparecerão. Trata-se de uma observação que se debruça sobre o funcionamento lingüístico de uma comunidade discursiva que se expressa na língua em questão. Além disso, a produção deste trabalho pode servir de apoio para outros trabalhos que visem um mapeamento dos funcionamentos da língua portuguesa em seus vários registros, endossando o arquivo da instituição sobre o tema. Resta dizer que as justificativas desse trabalho funcionam como benefícios: à área temática e ao Departamento de Língua Portuguesa da instituição em questão. Trata-se, portanto, de um trabalho que tem relevância lingüística, científica e social.

A partir desse material e das marcas lingüísticas observadas, tracei como objetivo o entendimento discursivo de:

1. que lugar ocupa o homossexual para dizer e para dizer de si;
2. que sentidos são acionados quando se fala de homossexualidade nas colunas
3. que subjetividades se constituem (se atualizam) nas colunas e

4. que efeitos de sustentação das formas de referência nas posições discursivas estamos tratando.

É, então, pensando nessas questões que abro a *G Magazine* no intuito de tecer considerações sobre homossexualidade, subjetividade e processo discursivo.

1.3 – O “eu” que diz “eu” para dizer

Nesta seção, procuramos entender como é concebido o sujeito em um quadro teórico que postula o não-controle total do dizer por parte do sujeito.

2.3.1 – Sujeito e centralidade

Estamos, então, num quadro teórico que toma o sujeito como algo dividido, descentrado e constitutivamente heterogêneo *contrariamente à imagem de um sujeito pleno, que seria a causa primeira e autônoma de uma palavra homogênea, sua posição é a de uma palavra heterogênea que é o fato de um sujeito dividido.* (Authier-Revuz; 2004, p.48/9). Estamos, aqui, postulando uma concepção de sujeito que não controla seu dizer e pretendendo mostrar como, então, o que é dito ganha sentido uma vez que não é no sujeito que esses sentidos se sustentam.

Para entendermos o que implica dizer que o sujeito é descentrado da sua posição de controle, comecemos por retomar o conceito de interdiscurso que encontramos em Orlandi (2005) como *todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos.* O interdiscurso é a memória discursiva do dizer, ou seja, *o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (idem).*

Dentro dessa perspectiva em que o sujeito enuncia a partir da memória discursiva, o que é dito fica dependente dessa memória na medida em que, para que algo tenha sentido, é preciso que isso se sustente historicamente, é preciso que isso já fale antes e em outro lugar, é preciso que haja um já-dito na base de sustentação do que é dito. Dessa maneira, a enunciação atualiza

uma rede de sentidos, construindo uma filiação semântica que se processa no interior do interdiscurso. Isso implica afirmar que mesmo o que o sujeito não julga dizer significa em suas palavras devido a essa rede histórico-semântica posta em funcionamento pela enunciação.

Mas precisamos entender também como se opera no e para o sujeito essa construção de sentidos em rede. Para tanto, é necessário perceber que o interdiscurso tem caráter de lembrança, mas também de apagamento. Parte da rede de sentidos que sustenta o dizer fica esquecida ou apagada no interdiscurso – *memória afetada pelo esquecimento* (Orlandi 2005) - sem que o sujeito tenha acesso a ela; uma ausência necessária para que se dê espaço ao que está presente como proveniente do próprio sujeito. Esse processo se opera num desconhecimento (referente aos processos que determinam o próprio sujeito) que se funda num reconhecimento dele mesmo enquanto sujeito e também dos outros indivíduos em sujeito. Sobre a questão, Althusser (*apud*, Pêcheux, 1988 – **negrito meu**) nos diz que há um *reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo*.

A distinção aqui proposta entre sujeito e **Sujeito** diz respeito, respectivamente, à construção histórico-social de um lugar de subjetividade imerso em um dado momento, em dadas conjunturas sociais que “fabricam” formas-sujeito (sujeito) específicas dessa conjuntura sócio-histórica e a esse **Sujeito** que se define como uma categoria a ser ocupada pelos indivíduos interpelados em sujeitos. Categoria essa que, diferentemente da de sujeito, não possui história e se constitui no todo complexo das formações discursivas e ideológicas com dominante. O sujeito seria a atualização do **Sujeito** em dada conjuntura sócio-histórica. Retomo essa questão mais detalhadamente quando trato de sujeito e ideologia, no item 1.3.2.

Uma vez promovido esse reconhecimento, o processo de apagamento do lugar em que o sujeito é colocado se instaura e fica recalcado para o sujeito que ele ocupa um lugar, restando a ele a ilusão do já-sempré-lá. Constituindo-se como sempre-sujeito e sempre-lá, apagam-se as determinações que levam o sujeito a ocupar o lugar que ocupa, assujeitando-se ideologicamente.

Esses apagamentos da anterioridade dos sentidos e da determinação interdiscursiva na constituição dos dizeres são chamados por Pêcheux de *esquecimento*. O autor divide e classifica os esquecimentos em duas ordens distintas, mas dependentes uma da outra: esquecimento nº 2 e esquecimento nº 1.

Sobre o segundo esquecimento, Pêcheux afirma:

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.* (Pêcheux, 1988, p.173- *itálico do autor*)

Isso que é chamado *seleção* por Pêcheux configura um ato que se dá na forma de *escolha* de certos enunciados e apagamento do que não é selecionado. Apaga-se para o sujeito a relação dos enunciados com outros enunciados também formuláveis em dada formação discursiva. Relação essa que constitui uma rede parafrástica da qual o sujeito se “esquece”.

Como efeito do esquecimento 2, temos a produção da ilusão da realidade do pensamento. Tem-se a ilusão de uma correspondência direta entre palavra e mundo uma vez que se produz esse efeito ilusório de que o que é dito surge no momento do dizer, apagando as filiações de sentido que sustentam o que dizemos. É o que Orlandi (2005) chama de *ilusão referencial*. Segundo a autora,

Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação natural entre palavra e coisa. (Orlandi, 2005, p.35)

Uma vez apagada a rede parafrástica que sustenta o dito e o dizível, apagam-se também as outras possibilidades de formulação dentro das formações discursivas. Esse apagamento é que cria o efeito de unicidade na formulação do dizer, como se só se pudesse dizer aquilo e daquela forma. Esse efeito é que cria para o sujeito a ilusão de uma relação unívoca entre os sentidos, que parecem ser do mundo, e o dizer, como se as palavras traduzissem os sentidos que repousam nas coisas.

Sobre o primeiro esquecimento, Pêcheux afirma:

Por outro lado, apelamos para a noção “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento n° 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento n° 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que (...) esse exterior determina a formação discursiva em questão. (Pêcheux, 1988, p.173)

Para entender esse esquecimento, é necessário remeter aos processos identificatórios do sujeito na(s) formação(ões) discursiva(s) que o domina(m). A formação discursiva se apresenta como o lugar de constituição dos sentidos e, conseqüentemente, dos sujeitos, que são interpelados em sujeitos-falantes uma vez que se identificam nessas formações discursivas. Estas são definidas por Pêcheux (1998, p.160) como *aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.*

O sujeito ganha sentido para si próprio e se constitui nesse processo identificatório com a formação discursiva. Mas, falar em identificação do sujeito em uma dada formação discursiva implica dizer que ao mesmo tempo em que o indivíduo⁷ é interpelado em sujeito são apagadas para ele as outras formações discursivas que figuram em relação umas às outras no todo complexo das formações ideológicas; o emergir do sujeito numa dada formação discursiva promove o apagamento das outras formações discursivas provocando para ele o efeito de unicidade.

Nesse momento, podemos entender em que consiste postular que a identidade não é algo definitivo. Esse processo de identificação é inacabado e acompanhado de novos processos de identificação, ou seja, o sujeito se desidentifica de formações discursivas se identificando a outras e se contra-identificando a outras ainda. Esse não-assujeitamento total do sujeito nos permite apontar para o papel da resistência como algo constitutivo do próprio processo de assujeitamento. Conforme Mariani,

nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma (1) posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. (Mariani, 1998, p. 25)

Dessa maneira, há sempre algo que falha, que resiste aos rituais ideológico que deveriam promover a uniformidade do semântico. Essa resistência possibilita que o sentido inesperado possa insurgir, que o *non sense* possa significar ou mesmo que o silêncio possa fazer sentido.

⁷ O termo indivíduo é o que o próprio Althusser utiliza para explicar o processo de interpelação. Apesar de estar atentos ao fato de que essa redação pode provocar, erroneamente, um entendimento de que há *indivíduo* mesmo antes de haver sujeito, opto por mantê-la. Neste trabalho, indivíduo é tomado como produto de algo que se consolida na modernidade e perdura na pós-modernidade. A não-utilização de termos como *homem* ou *ser humanos* se justifica pelo fato de que esses termos poderiam fazer remissão a uma concepção humanista de sujeito, o que seria inadequado nesse quadro teórico, uma vez que o sujeito cartesiano não é a forma como se entende, aqui, subjetividade.

Ainda sobre essas falhas nos rituais ideológicos que constituem o próprio sujeito, Pêcheux afirma,

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio. (Pêcheux, 1998, p. 301)

É dessa forma, então, que entendemos o assujeitamento: como algo inacabado (o que condiz com a noção de processo discursivo nesse trabalho), como passível de lapsos e falhas, como algo que resiste e perpetua seu movimento.

Quando se afirma, juntamente com Pêcheux (1998, p.173), que há um apagamento de outras formações discursivas para o sujeito, se está dizendo de uma dissimulação para o sujeito do todo complexo no qual estão em concorrência e disputa as formações discursivas imbricadas em formações ideológicas⁸. Essa emersão em sujeito, mais uma vez, é possibilitada pelos apagamentos. Busquemos, mais uma vez, para esse entendimento o conceito de esquecimento nº1.

O esquecimento nº 1 também produz seus efeitos ilusórios. Tem-se a ilusão de ser centro do dizer (uma vez que sujeito e sentido se constituem numa dada formação discursiva apagando-se as outras). Dessa forma, o sujeito esquece não somente as redes parafrásticas do dito, mas também se produz como fonte do dizer. Esse esquecimento também é chamado de *esquecimento ideológico*, pois se dá na instância do inconsciente e é fruto de um efeito ideológico. Sobre a questão Orlandi nos diz que o

esquecimento ideológico (...) é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes.(Orlandi 2005, p.35)

Até este momento do trabalho, venho defendendo a posição que considera que os sujeitos somente os são porque passam pelo processo de interpelação. Tentemos entender, então, que mecanismo é esse, ou seja, por que o sujeito toma a si e aos outros sujeitos como evidência; que

⁸ É válido lembrar que esse processo de emersão do sujeito na formação discursiva que o domina se opera na ordem do inconsciente. Não se está dizendo que o sujeito fique cego a qualquer outro sentido que funcione dentro de outra formação discursiva que não a sua dominante. Dizer que essa emersão é da esfera do inconsciente diz respeito a como se opera o processo de constituição de subjetividade, processo este que escapa ao próprio sujeito.

processo é esse que permite que o sujeito diga “eu” ou “é evidente que” (evidência universal) como se existissem naturalmente e desde sempre.

1.3.2 – Sujeito ideológico

A análise do discurso, enquanto teoria que toma os processos discursivos para entender as formações sociais, se constitui como uma teoria não-subjetiva da subjetividade que busca entender a constituição dos sujeitos nesses processos discursivos. Mas a constituição desses sujeitos também não se desvincula dos processos discursivos, o que acaba por gerar uma inserção deles no sistema de simbolização social de caráter histórico. Passemos, então, ao desenvolvimento do conceito de interpelação para entender a “entrada” no simbólico e, conseqüentemente, a constituição do indivíduo em sujeito.

Processos discursivos, aqui, são entendidos como o dinâmico das atribuições de sentido que constroem o simbólico; são os sentidos em circulação considerando não somente um momento dado, mas toda a história da circulação dos sentidos no social e no interdiscurso. Esses processos se sustentam num *continuum* que faz projeções tanto para o passado quanto para o futuro e se elaboram na incompletude, no dinamismo, nos movimentos intermináveis de retomada e atualização de sentidos; apontam para um caminho que não permite fechamento. Falar em processo discursivo implica falar em simbolização do real⁹ uma vez que discurso e simbólico se aproximam quando falamos de sentido.

Mas como entender o lugar que ocupa o sujeito nesse processo de discurso que se auto-dinamiza e se auto-reformula?

A inscrição do indivíduo no social pressupõe uma entrada em algo que já está em curso, em processo. Quando vimos ao mundo, os sentidos já estão em circulação; já há um simbólico construído e riscando os desenhos das práticas sociais. Ao nascer, somos inseridos nesse simbólico de forma a ocupar um espaço que já se antepõe a nós, que nos precede. É o simbólico que instaura lugares para o sujeito, é nesse espaço complexo e dinâmico de relações de poder que se constroem posições a serem ocupadas pelo sujeito.

⁹ Tomo o *real* neste trabalho, nos termos da psicanálise, como aquilo a que não se tem acesso; como aquilo que nunca se alcança, como o sem sentido na medida em que ainda não foi representado, mas que se pretende apreender pelo/no simbólico, pelas representações, pelas atribuições de sentido. O *real* fica sempre no campo do empirismo e se apresenta como o inacessível aos sujeitos, que só podem ter acesso ao que faz parte do que simbolizam esses sujeitos.

Nessa medida, estamos diante de uma

teoria não-subjetiva da subjetividade que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa situação (esse assujeitamento) pela ilusão constitutiva da autonomia do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”. (Pêcheux, 1988, p.133)

Falar, então, de uma teoria não-subjetiva do sujeito significa destituí-lo da posição de centralizador e controlador de si mesmo enquanto parte integrante dos processos discursivos. Busca-se entendê-lo como um elemento que se integra ao processo de forma assujeitada sem desconsiderar sua determinante importância e relevância. O sujeito só é sujeito porque se inscreve no simbólico e é essa inserção que lhe garante seu lugar de sujeito e sujeito do seu discurso. O que estamos postulando aqui é que só há lugar para o sujeito dentro do processo discursivo, ele só se constitui se for no e para o discurso, ocupando posições inseridas e construídas nesse simbólico. Nessa lógica, (...) *o indivíduo é interpelado em sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, [livremente] sua submissão.* (Althusser, *apud* Pêcheux, 1988, p.133 – negrito meu).

Começemos então a entender o que vem a ser a interpelação que convoca indivíduos a ocuparem posições de sujeito nos referindo à afirmação de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* (Althusser, 1985).

Como já vimos sustentando, os sujeitos tomam-se como tal, como uma evidência primeira, ou seja, não há espaço de dúvida para ele que possibilite que ele se veja de outra forma, pois a própria interpelação faz com que essa emersão do indivíduo em sujeito não suponha o mecanismo de interpelação. O sujeito, ao se produzir como tal, já se formula como uma evidência natural, como um “desde-sempre-dessa-forma”. (...) *tanto para vocês quanto para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.).* (Althusser, *apud* Pêcheux, 1988, p.153)

O mecanismo ideológico, então, funciona nesse processo de promoção do apagamento para o sujeito da sua própria forma de se constituir enquanto sujeito. Ele surge como evidência para si devido ao efeito imaginário da ideologia sobre ele. A ideologia, dessa forma, se apresenta como o mecanismo imaginário que provoca o efeito de naturalidade, de óbvio, de evidência,

funcionando na relação da transparência tanto dos sujeitos quanto do sentido. É como se sujeito e sentido fossem dessa forma desde sempre e sem história.

Esse apagamento, promovido pela interpelação, no qual o sujeito resulta de um processo, e não é uma evidência natural, constitui uma necessidade para que o processo possa se efetuar. É necessário que o sujeito esqueça para se constituir como sujeito. Como causa desse esquecimento, temos o que Pêcheux (1988) chama de *fantasias metafísicas*, pelas quais o próprio sujeito se sustenta como tal: *a fantasia das duas mãos que, tendo cada uma um lápis, se desenhavam uma à outra sobre a mesma folha de papel*, ou então o efeito Münchhausen, como referência ao barão que se levantava nos ares se puxando ele próprio pelos cabelos. Esses exemplos são ilustrativos para entender as implicações, em outros lugares teóricos, de colocar o sujeito do discurso como causa de si, ou causa do próprio sujeito do discurso. Fica claro, dessa maneira, que a autonomia conferida ao sujeito enquanto potencialmente auto-sustentável só se opera no campo da ilusão que a interpelação ideológica produz para os próprios sujeitos.

Essa evidência do “eu” (o sujeito que se vê como uma unidade identitária), como já dito, é resultado do processo de interpelação que promove a ocupação de uma espécie de espaço vazio (o que definimos anteriormente como Sujeito) por parte do sujeito. Pensando em nossos tempos, estaríamos, então, diante do sujeito de direito, ou seja, indivíduo já interpelado em sujeito pela ideologia sofrendo coerções das relações sociais jurídico-ideológicas. Pensar em subjetividade em nossos tempos pressupõe fazer inferências que nos levam a ferramentas nesse processo ideológico que asseguram ao sujeito sua individualidade. Não se poderia pensar, por exemplo, em um sujeito que não possuísse um nome, RG, CPF e uma série de outros elementos que traduzem o processo em que o sujeito moderno vira sinônimo de individualidade e ganha particularidades que se confundem com a própria noção de sujeito. Ser sujeito significa, na sociedade pós-moderna, ser individualizado e particular em seu modo de existência. O sujeito de direito pós-moderno configura, nesse jogo discursivo, a única possibilidade apresentada ao indivíduo para se tornar sujeito. Mas o que se procura levar em conta nesse trabalho é a historicidade na construção de como se tornar sujeito em determinada conjuntura sócio-histórica.

Quando se fala em Sujeito, refere-se a uma categoria que é necessária para que os indivíduos se inscrevam no processo discursivo, fala-se da *forma-sujeito* (Althusser, *apud* Pêcheux, 1988), em sua manifestação ahistórica, que significa justamente um espaço a ser ocupado pelo indivíduo. Falar em forma-sujeito pressupõe fazer referência a um processo

discursivo que prevê um lugar para a constituição dos sujeitos dentro do todo das formações ideológicas e discursivas num jogo de forças com dominante. Esse espaço é o lugar de constituição do sujeito em qualquer tempo, em qualquer momento histórico. Sempre há de haver uma forma-sujeito (**Sujeito**), mas inscrita num momento e conjuntura sócio-histórica (sujeito). Por isso diz-se que a forma-sujeito é ahistórica na medida em que em qualquer tempo há uma forma-sujeito, espaço reservado para os indivíduos interpelados em sujeito, e que é histórica uma vez que há sempre uma forma-sujeito específica para cada tempo.

Quando nos referimos ao sujeito, estamos falando de uma manifestação da forma-sujeito temporal e socialmente localizada no interior do complexo das formações sociais. Para entender a historicidade que atualiza **Sujeito** em sujeito, retomo o exemplo supracitado do sujeito de direito. Essa seria uma maneira histórico-socialmente construída de se tornar sujeito. Não somos sujeito de qualquer tempo e de qualquer espaço, somos sujeitos do nosso tempo e submetidos às formações ideológicas dentro de processos discursivos.

É importante ressaltar o resultado do processo de interpelação ideológica que produz, concomitantemente, sujeito e sentido como evidências, um não existe sem o outro.

Essa constituição se dá pelo processo chamado de identificação do sujeito em uma formação discursiva como o espaço de determinação do sentido. Entender formação discursiva nos exige uma reflexão sobre linguagem e sentido. Nessa perspectiva, não haveria um sentido que fosse eternamente atrelado a uma unidade da língua. Propõe-se com isso, o desfazer do conceito de indissolubilidade do signo lingüístico proposto por Saussure. Não há nada que cole o significado ao significante de modo indissociável, o que temos são sentidos à deriva, passíveis de se acoplarem a significantes. O que Saussure chama de signo não pode, de forma alguma, ser entendido aqui como uma unidade definitiva e pronta. O signo não *é*, ele *está* signo, passível de se tornar outro a qualquer momento.

Essa destituição do signo de sua posição de unidade primeira para a constituição dos sentidos faz vir à tona o significante como cadeia material que toma sentidos diferentes em espaços diferentes. O que estamos querendo dizer é que a mesma seqüência material pode ganhar sentidos diferentes dependendo de quem a sustenta e onde ela é sustentada.

O sentido, então, fica dependente não de uma associação indissolúvel entre ele e um significante, mas de uma formação discursiva, já definida neste trabalho. Propomos, então, que é

na formação discursiva que uma seqüência lingüística ganha sentido. Não há sentido nas palavras ou expressões, ele repousa na sustentação da linguagem dentro de uma formação discursiva.

Portanto, mais uma vez, falar do processo de identificação dos sujeitos com as formações discursivas que os dominam significa entender como os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu próprio dizer. Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo nas formações discursivas como se nascessem a partir daquele momento, havendo um apagamento do complexo dessas formações discursivas imbricadas no interior das formações ideológicas, ou seja, apaga-se para o sujeito que há outras formações discursivas em relação umas com as outras e, portanto, outros sentidos em disputa. Apaga-se para o sujeito o exterior da formação discursiva em que ele se constitui como se não houvesse outra possibilidade de sentido que constitua a subjetividade. Lembro que esse processo não é estático e nem o assujeitamento é total. O sujeito não está fadado ao engessamento, uma vez que a falha no ritual ideológico promove o efeito de movência, que põe a própria subjetividade no processo discursivo. Ainda sobre esse apagamento Pêcheux (1998) nos diz que, *no espaço de reformulação-paráfrase de uma formação discursiva – espaço no qual, como dissemos, se constitui o sentido-, efetua-se o acobertamento do impensado (exterior) que o determina.*

Essa determinação do sentido pelo “exterior” da qual nos fala o autor remete ao todo complexo das formações ideológicas com dominante que já havíamos mencionado anteriormente. As formações discursivas estão imbricadas de forma complexa nas formações ideológicas estabelecendo entre si um jogo de lutas que se define pela subordinação-contradição-domínio. Esse todo complexo das formações ideológicas que comportam as formações discursivas se define por promover um jogo de “relação a” em seu interior; uma formação discursiva significa num espaço de relação com as outras formações discursivas. Essa afirmação se estende ao entendimento da constituição do sentido, que também se define como aquilo que está em relação a um outro sentido. Por isso, fala-se em uma determinação externa do sentido que se constitui no interior de uma formação discursiva, pois ele só é sentido por estar imerso nesse jogo relacional com outros sentidos e outras formações discursivas. Mas pelo “acobertamento do impensado” todo o exterior se apaga fazendo com que o sujeito se produza dono do seu dizer, uma vez que esse dizer está atrelado a um sentido que também se torna unívoco por se produzir em uma formação discursiva e não em outra.

Como consequência desse acobertamento, que anteriormente foi explicado pela noção de esquecimento, sujeito e sentido se produzem como transparentes e evidentes. Mas não apenas estes são os efeitos que surgem do processo de identificação do sujeito em uma formação discursiva. Em relação à língua, um outro efeito se faz relevante: o efeito do *imaginário lingüístico*, que buscaremos compreender na seção seguinte.

1.3.3 – Sujeito e inconsciente

Conforme já mencionado, o esquecimento se apresenta como forma possibilitadora da fundação do próprio sujeito como tal. O sujeito “esquece” que é um ser de linguagem na medida em que, quando vem ao mundo, já existe um lugar que lhe será designado ocupar. No simbólico, já existe uma categoria-sujeito situada em dada conjuntura, que é o lugar que o indivíduo irá ocupar para se constituir enquanto sujeito. Esse lugar é construído mesmo antes do nascimento. O sujeito já é falado antes mesmo do nascer. Nessa medida, o entendimento de subjetividade proposto aqui resulta da inscrição do um novo ser em um mundo de linguagem.

Segundo Mariani, (2006, p.26) subjetividade seria *o que resulta da entrada do bebê no campo de lei do homem enquanto lei de linguagem, permitindo que esse bebê, como ser falante, possa vir a dizer “eu” e projetar imaginariamente um mito individual (...)*.

É nesse entendimento de sujeito como efeito de linguagem que se volta para o inconsciente para entender de que maneira este último determina, juntamente com a ideologia, a constituição do sujeito.

Como já apontamos no início deste trabalho, a análise do discurso desloca a concepção de sujeito cartesiano a partir do pensamento freudiano e sua releitura por Lacan, ou seja, o sujeito que existe porque pensa, manifesto sob a forma de sujeito jurídico (aquele que tem direitos e deveres para consigo e para com os outros sujeitos, todos imersos num sistema regido por aparelhos de Estado) e propõe um sujeito *que se funda no esquecimento de que é um ser de linguagem antes de tudo e que, portanto, foi falado antes de falar* (Mariani, 2006).

A terceira ferida narcísica¹⁰ do sujeito se dá com Freud e a “descoberta” do inconsciente. Depois de deslocado o sujeito do centro do universo e do topo das espécies, temos o descolamento do sujeito do controle de si mesmo. Postular a hipótese do inconsciente retira do sujeito seu caráter bio-psico-social de individualidade e reconhece-se algo que funciona sobre ele sem que seja de seu conhecimento. O sujeito é descentrado de sua posição de controle e dividido na medida em que é determinado por algo *que não pode tornar-se consciente* (Jurainville, 1995, *apud* Mariani, 2006, p.25). Assim pensar em um sujeito dividido implica, como nos diz Lacan (*apud* Mariani, 2006), entrar no campo da linguagem, operar uma divisão subjetiva no aparelho psíquico que se marca na própria fala enquanto materialização da linguagem. Por isso, quando dizemos que não somos capazes de prever tudo o que se diz é por haver a instância do inconsciente fazendo com que digamos mais que supomos. O inconsciente, assim, seria algo ao qual o sujeito não tem acesso (exceto pelo ato falho, o lapso, o sonho, etc.), mas que o determina; algo que, fora do alcance do sujeito, diz dele e que fala nele de forma a clivá-lo constitutivamente. Lacan define o inconsciente como *uma parte que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente* (Lacan, 1988, *apud* Mariani, 2006 p.25).

Quando tomamos o inconsciente para nossos estudos de subjetividade, não podemos deixar de falar da supremacia do significante sobre o signo lingüístico. Como já foi sucintamente dito anteriormente neste trabalho, Lacan desfaz uma das principais propriedades do signo defendida no *Curso de Lingüística Geral*: a sua indissolubilidade (a impossibilidade de separação entre significante e significado). Na psicanálise lacaniana, há uma supremacia do significante sobre o signo devido a uma anterioridade do próprio significante em relação ao sentido. Quando o sujeito já é falado antes mesmo de vir a ser sujeito, ou seja, quando por meio de uma estrutura de linguagem constrói-se um lugar no simbólico para o sujeito, ele já está submetido a uma estrutura significante que o precede. O sujeito já está submetido a uma ordem de linguagem na medida em que é falado. Mas, na construção do aparelho psíquico desse sujeito, não há ainda sentidos materializados. A inscrição desse sujeito na estrutura de linguagem que vai possibilitar sua constituição como tal configura um retorno ao simbólico que já lhe guardava um lugar; o sujeito retorna ao Outro (o simbólico, o mundo da linguagem, em termos psicanalíticos)

¹⁰ A primeira ferida narcísica remete a Galileu quando este retira a Terra do centro do universo e, conseqüentemente, o homem. E a segunda ferida dá-se com Darwin e a teoria evolucionista que retira o homem do topo das espécies, colocando-o como descendente do macaco.

e se constitui como sujeito. É sob essa ótica que afirmamos um estado não-permanente de aproximação entre significante e sentido e uma supremacia/anterioridade do significante em relação aos sentidos na constituição do sujeito.

O inconsciente também deve ser entendido aqui como uma estrutura de linguagem, uma cadeia significante que organiza de forma singular os sujeitos. Cadeia esta sujeita a falhas, equívocos na ordem da língua. O sujeito, então, se divide entre o que Lacan chama de *moi* (o ego imaginário que encena nos palcos do teatro da consciência) e o *je* (sujeito do inconsciente efeito da cadeia significante que o determina).¹¹

Já dissemos que o inconsciente constitui uma cadeia significante (portanto linguagem), mas que é falhada e passível de brechas e equívocos. Nessas rupturas é que vemos a emersão do *je*, o sujeito do inconsciente. Entretanto, o *teatro da consciência* (Pêcheux 1988) logo faz com que o *moi* busque retomar parafrasticamente sentidos aceitos como unívocos, ou seja, ele busca a reconstrução imaginária de sua unidade. No âmbito da linguagem, essa retomada do *moi* sobre as emersões através de brecha do *je* é que provoca no sujeito a ilusão de controle da linguagem e unicidade do sentido. É o que adiantávamos acima e chamávamos, junto com Pêcheux (1988), de *imaginário lingüístico, como o simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade*. Esse imaginário promove um ocultamento das formações discursivas enquanto matrizes de sentido. É como se o significante tivesse guardado em si um sentido eterno e evidente. Dessa forma, por meio do imaginário lingüístico, sujeito e sentido se constituem em uma formação discursiva paradoxalmente esquecendo seu lugar de constituição e se produzindo como evidências. E estende-se esse efeito da evidência também à língua, que se apresenta como dissociada de qualquer matriz de sentido e ganha caráter de transparência.

Nesse ponto, podemos nos voltar para a questão que interliga inconsciente e ideologia. Produzir-se enquanto sujeito, dono do seu dizer, sob a ilusão de unicidade do sentido do que é dito é conseqüência do processo que Pêcheux (idem) chama de identificação com a formação discursiva que domina o sujeito. Tal processo prevê uma inscrição prévia do sujeito na linguagem uma vez que aquele é efeito desta. A inscrição na linguagem, pelas vias do inconsciente, promove a emersão do indivíduo como sujeito. O papel da ideologia é o de apagar o funcionamento do sujeito como resultado desse processo. As evidências fornecidas pela

¹¹ Na tradução para a língua portuguesa, essa diferença entre um pronome tônico (*moi*) e um pronome sujeito (*je*) não ficaria bem evidenciada com nossas categorias pronominais. O pronome tônico não corresponde exatamente ao nosso pronome oblíquo.

ideologia apagam para o sujeito sua forma de constituição, colocando-o no centro de seu discurso. E nesse lugar resultante do processo inconsciente-ideológico, o sujeito é inserido numa relação imaginária com a “realidade” na qual funciona como ator no teatro da consciência. É válido ressaltar que essa inscrição no campo da linguagem, que prevê uma anterioridade do significante em relação ao sujeito, não pode se dar fora do ideológico, uma vez que não há espaço para o sujeito sem que seja no ideológico; não há sujeito sem ideologia. Entende-se, assim, essa relação inconsciente-ideologia como um processo concomitante que desemboca na constituição do sujeito, deixando recalcado o processo que o constitui.

1.3.4– A função autor

Procura-se, neste momento, uma reflexão sobre a categoria autor, uma vez que o trabalho de que esse capítulo é parte toma como material de análise colunas de um mesmo autor (João Silvério Trevisan) em circulação na mídia (revista *G Magazine*). Buscamos, então, entender o que significa falar em autor quando se está dentro de um quadro teórico que toma a noção de sujeito pela ótica da interpelação.

Uma vez desfeita a noção de sujeito bio-psico-social e apresentada uma teoria não-subjetiva da subjetividade, queremos entender de que maneira se pode falar em autor, levando-se em conta a subjetividade determinada pela noção de forma-sujeito do discurso.

Poderíamos começar por relacionar o surgimento dessa categoria ao próprio processo de subjetivação que culmina na produção da forma-sujeito de direito. Processo esse que deve ser entendido como um percurso histórico ao longo do qual o sujeito vira sinônimo de individualidade. O que estamos defendendo aqui é o caráter de efeito de um processo histórico que constrói limites que separam formas de subjetividades. A individualidade passa a ter mesmo valor que subjetividade por uma construção histórico-social que garante ao sujeito esse seu espaço onde ele figura sozinho para dizer de si.

Sobre a questão da categoria autor, Foucault (1997, p. 33) nos diz que *a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências.*

O surgimento dessa categoria autoral fica, então, atrelado a uma mudança no que tange à produção do conhecimento e à reorganização do lugar da subjetividade operada pela modernidade.

Nessa seção, busco entender como o autor se individualizou em nossa cultura, como essa categoria foi sobredeterminada por um processo que leva em conta os sujeitos em suas práticas sociais. Pensemos, para tanto, no que significa o nome autor.

A princípio, pode-se relacionar o nome autor ao nome próprio como categoria logicamente construída ¹². Mas logo se verifica que tal associação não se faz pertinente por não poder o nome autor servir como uma referência simples entre nome e objeto no mundo. Não há como pensar o nome autor como algo que simplesmente designa um referente, há outras funções que envolvem o nome autor além da que seria de referência entendida dessa maneira.

Dessa forma, as propriedades do nome autor têm um funcionamento particular em nossa sociedade. Segundo Foucault,

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si. (Foucault, 1997, p.44/45)

Assim, no quadro teórico no qual esse trabalho se insere, não se deve entender o nome autor simplesmente como um elemento lingüístico nominal que funciona nos lugares sintáticos onde temos funções desempenháveis por pessoa. Trata-se, antes de tudo, de uma instância que opera no regimento de textos no sentido de estabelecer entre eles uma ligação em torno de uma mesma unidade. O autor funciona como o centralizador de uma série de textos, na concepção foucaultiana, que podem ser atribuídos a ele. Além disso esses textos se identificam por uma relação mantida entre eles próprios. Ou seja, há uma caracterização de uma maneira de existência do discurso ¹³ em torno do nome autor; vemos nele uma propriedade que lhe confere uma força de atração sobre os textos ou discursos ao seu redor, formando um todo no qual há uma relação dos textos com o centro e com os outros textos.

¹² Faz-se referência à Lógica e a categoria *nome próprio* como o que pode designar um referente no mundo (Müller e Viotti, 2005).

¹³ Aqui, o termo discurso toma a acepção mais difundida e é concebida como um conjunto de alocações que, no caso da autoria, compõem o texto.

Ainda nos servindo de Foucault (1997), o efeito desse agrupamento de um certo número de textos sob o nome de um autor estabelece entre eles *uma relação de homogeneidade, de filiação, de mútua autenticidade, de explicação recíproca ou de utilização concomitante*. Dessa forma, o nome autor funciona para um discurso de maneira a delimitar um certo modo de ser desse discurso, diferenciando este último dos outros discursos cotidianos; há uma maneira diferenciada de recepção dos textos que circulam em torno do nome autor.

O que a função-autor acaba por fazer é um recorte discursivo sobre determinado número de textos. Essa função estabelece limites ou fronteiras que situam um conjunto de discursos em torno de seu nome em determinada conjuntura. Haveria, então, uma ruptura discursiva e a reorganização do discurso em torno do nome autor, singularizando o modo de existência dos discursos recortados. Sob esse ponto de vista, *a função autor é (...) característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade* (Foucault, 1997, p.46).

Vale ressaltar também que a categoria autoral não funciona da mesma forma em qualquer tempo. Se nos lembrarmos das descobertas ditas científicas na Idade Média, e mesmo antes, podemos ver que elas eram divulgadas em torno de um nome (por exemplo, Galileu e a descoberta do sol no centro do universo). Era preciso atribuir o dito a um nome que o sustentava. Os textos literários por sua vez não exigiam autoria e não havia incômodo em tal modo de manifestação desses textos. Era o seu teor de semelhança com os textos canônicos que assegurava sua qualidade (Jobim, 1996).

Foucault (1997) aponta para uma mudança na forma de recepção do discurso científico nos séculos XVII ou XVIII, nos quais se começou *a receber os textos científicos por si mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável; é a sua presença [dos textos científicos] a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu*. Mas o discurso literário passa a ter necessidade da figura do autor, pois se trata de um sistema de valoração que leva em conta o nome de quem produz o texto.

O que se procura entender com essa abordagem da figura do autor é como se chega, em nossa cultura, a tal unidade e de que modo ele se constitui. Foucault nos diz que a figura do autor passa a existir na proporção em que os discursos se tornam transgressores e passíveis de serem punidos. Houve um processo de bipolarização no qual esses discursos se situavam ou no sagrado ou no profano; ou no lícito ou no ilícito. O discurso passou, assim, a ser um produto inserido no

sistema de propriedades. No final do século XVIII, já começaram a surgir leis sobre a relação editor-autor, sobre os direitos autorais, etc.

Os exemplos acima nos ajudam a observar a questão da autoria também como um processo histórico-social. Não se pode falar de autor como uma categoria “desde-sempre” que funciona indistintamente em qualquer tempo e em qualquer lugar. Nesse ponto é que estabelecemos a relação entre autor e a visão de sujeito que tomamos para este trabalho. Estamos diante de categorias que se produzem no social na medida em que os processos históricos dinamizam esse lugar. Assim como a forma-sujeito se manifesta de maneira distinta seguindo determinações de construções históricas, a categoria autoral se apresenta como produção também inserida em processos.

Continuando as reflexões sobre o que é o autor, trago sucintamente outro ponto de vista em relação à questão.

Orlandi (2005) retoma as reflexões de Foucault sobre autoria e expande seus conceitos. Para essa autora, a função autor seria condição necessária para todo e qualquer sujeito se constituir enquanto dono do seu discurso. Não poderia, então, haver distinção entre textos que comportam a função autor e outros que se configuram como manifestações textuais desprovidas dessa função. Qualquer produção linguageira comporta a função autor na medida em que a autoria é o efeito imaginário que garante ao sujeito a unidade na dispersão que constitui o discurso. O sujeito, para dizer, funciona na ilusão de que há limites de seu dito, que o seu texto tem começo, meio e fim. Orlandi diz que,

Em meu trabalho desloquei essa noção de modo a considerar, à diferença de Foucault, que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Em outras palavras: um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele. (Orlandi, 2005)

Observamos, aqui, um alargamento da noção de autor tal qual propõe Foucault. O sujeito seria necessariamente autor na medida em que é essa função que permite que ele se constitua enquanto dono do seu dizer, isto é, autor do que diz. Nessa medida, o ato enunciativo se configura como um recorte interdiscursivo (entendendo interdiscurso como dispersão) promovendo limites imaginários para o texto e, ao mesmo tempo, criando a ilusão de unidade e propriedade do sujeito ideológico sobre o que diz.

A função autor se constitui como uma categoria não-desvinculada do sistema jurídico e institucional na qual está inserida. Dessa maneira, a forma-sujeito de direito e a categoria autor estão, em nossos tempos, funcionando como manifestações individualizadas de subjetividade, guardando entre eles as devidas diferenças sobre as quais já discorremos.

Uma vez discutido sobre como se concebe sujeito neste trabalho, concluímos que nossa proposta para o entendimento dessa categoria se baseia na ideologia e no inconsciente como determinantes no processo de interpelação de indivíduos em sujeitos. Refuta-se a concepção de sujeito no controle do sentido do dizer e propõe-se o assujeitamento ideológico e a determinação do sujeito pelo inconsciente. Constituir-se como sujeito configura, então, um processo que comporta os esquecimentos que fazem sujeito e sentido se formarem como se fossem unívocos, apagando a historicidade, o interdiscurso e as matrizes de constituição dos sentidos, isto é, as formações discursivas. É nessa perspectiva que procuramos entender o processo dinâmico (e de disputa) que comporta as formações ideológicas e formações discursivas organizadas no interdiscurso para falar de uma teoria da subjetividade sem sujeito. Este último se configura para a análise do discurso como um lugar construído sócio-historicamente não-excluído das práticas sociais.

Convido então o leitor a abrir comigo a revista *G magazine* para que nos aproximemos dos processos de atualização de sentidos e constituição de subjetividades nessas colunas que acabam não somente dizendo *para* o homossexual, mas também dizem *do* homossexual.

2 - ABRINDO A *G MAGAZINE*

Abrir a *G Magazine*, uma revista que tem homossexuais como público alvo, aponta, entre outras coisas, para um desvendar de algo que se encontra na esfera do proibido, do tabu, por uma aproximação de seu conteúdo com o que está ligado ao sexo.

As colunas são textos publicados em meio a homens nus, dentro de um periódico que tem como capa não manchetes ou notícias, ou ainda reportagens, mas modelos ou personalidades da mídia em fotos sensuais que convidam a uma descoberta de seus corpos e sua virilidade. Tentamos, neste ponto do trabalho, entender como significam os processos de subjetivação do homossexual nesse espaço discursivo onde se instauram tensões entre sentidos para a homossexualidade.

2.1 - O que é a *G Magazine*.

Está-se falando de uma revista cuja primeira edição ocorre em setembro de 1997 e, que desde seu lançamento, circula em todo território nacional. De sua aparição até os dias atuais, a revista *G Magazine* tornou-se a referência midiática homossexual brasileira, ou seja, ela colocou-se até o ano de 2007 como **a** revista¹⁴ que falava para os homossexuais e tratava especificamente de suas questões.

Par retomar a questão do tabu que significa abrir a *G Magazine*, acho válido relatar a experiência de pesquisa que tive na biblioteca nacional. Primeiramente para que me fosse permitido consultar as revistas, ainda por e-mail, me foi pedido uma declaração da instituição à qual minha pesquisa se filiava citando textualmente que era necessária a consulta à revista *G Magazine* para a realização deste trabalho. Já na biblioteca, apesar da declaração em mãos nos termos que me foram exigidos, a hesitação e desconforto dos funcionários eram nítidos (apesar

¹⁴ Coloco a *G magazine* como “**a** revista” devido ao fato de ter sido a única, até quase o final do período de elaboração deste trabalho, que trazia conteúdo jornalístico juntamente às fotos de nu frontal. Além disso, era a única editada em âmbito nacional. Outras revistas já haviam entrado em circulação com tal especificidade, mas não continuam a serem editadas, como, por exemplo, a revista *Suis Generis*, que foi editada até 2000. No período dessa pesquisa, houve, ainda, aquelas que apresentavam majoritariamente conteúdo erótico-pornográfico sem conteúdo jornalístico expressivo. Desde setembro de 2007, revista *Junior*, já mencionada em nota anterior, aparece no cenário midiático nacional, seguida pelas revistas DOM e Homens, ambas editadas a partir de dezembro de 2007.

da boa vontade de alguns deles). Esse ambiente desconfortável se intensificou a ponto de uma funcionária da seção que liberava o periódico descer até o balcão para questionar o trabalho do atendente, que já me havia autorizado a consulta. Depois de alguns minutos de discussão e depois de um trabalho de convencimento dessa funcionária de que se tratava de uma pesquisa acadêmica, outro problema foi *onde* eu iria consultar o periódico, já que perto dos outros consultantes não era permitido. Por fim, me reservaram uma mesa em um local de acesso restrito (permitido somente a funcionários), para a consulta daquele dia. Em outros dias de consultas, sempre me pediam para me sentar no canto da sala, afastado de todos, para que não se tornasse pública aquela consulta.

Entender o que é a *G Magazine* passa, entre outros, por tomar conhecimento desse lugar que ocupa uma revista que trata de sexo, e de sexo entre homens. Temos, então, reservado à sexualidade e à homossexualidade o lugar do que não deve aparecer; do que não deve se tornar público. O próprio trabalho de pesquisa com a *G Magazine* se revelou significativo, pois se tratou de um trabalho que visou fazer falar algo que se encontra no espaço do privado, não cabendo sua emersão no público. O que se pode notar é um silenciamento que acaba por manifestar o tabu em torno da questão da sexualidade e da homossexualidade, cabendo a elas o silêncio, como se esses sentidos pudessem permanecer calados, no lugar da invisibilidade.

Dessa forma, afirmamos que o surgimento da revista gera conflito. Esse conflito causado pela emersão em esfera pública de algo que ficava restrito ao privado pode explicar, por exemplo, as dificuldades de afirmação da revista no espaço jornalístico. Não é por acaso que, até hoje, as edições dos assinantes da *G magazine*, assim como os da *Playboy*, chegam às residências enroladas num plástico que não permite a visualização de seu conteúdo. Isso aponta para a manutenção de sentidos de sexualidade como algo que deve ser guardado na esfera do privado, não cabendo seu aparecimento na esfera do público.

Sobre a questão, Sennett (*apud* Souza, 1997) afirma que, no século XIX, a sexualidade foi um importante recurso para a definição de si. Fora dos ambientes familiares, os homens heterossexuais tinham a liberdade de expor-se a todo tipo de experiências sexuais: encontros com prostitutas, aventuras passageiras, etc. Mas a aceitação dessa prática era motivo de vergonha, pois não se tinha espaço no âmbito do público, não podia ser do conhecimento das outras pessoas. O sexo devia ficar restrito à esfera do privado.

Em relação ao homossexual, a sexualidade significa, em momento de sua emergência midiática com a *G Magazine*, um dispositivo para o qual se voltar a fim de tornar-se sujeito perante si mesmo e os outros. Identificar-se segundo uma prática sexual configura uma forma interpelativa de subjetividade e composição desses sujeitos.

Percebemos, assim, o conflito existente em torno das questões de que trata esse trabalho. Primeiramente porque se trata da emergência midiática de uma sexualidade reservada ao espaço do privado e que passa a se realizar na esfera do público e, além disso, porque o que emerge já é marcado historicamente pelo olhar da discriminação e do preconceito: a homossexualidade.

Em entrevista à *folha online*¹⁵, parte jornalística do site UOL, a diretora e editora da revista, Ana Fadigas, relata suas dificuldades para a primeira edição do periódico: *Só assinei o primeiro editorial da G porque simplesmente nenhum dos jornalistas que convidei aceitou. Aliás, quando contei a amigos o plano da revista, ouvi comentários preconceituosos, me perguntavam por que queria mexer com esse público.*

Segundo a editora, até o momento dessa pesquisa, a revista continuava enfrentando problemas para conseguir anunciantes em suas páginas. Quando o Banco do Brasil passou a fazer anúncios na *G*, esse fato se tornou até mesmo tema de editorial e reportagens nas edições seguintes, o que demonstra um processo que não se efetua “naturalmente”¹⁶ como em outras revistas.

Mesmo nesse lugar midiático conflituoso, ao longo desses dez anos de *G Magazine*, a revista viu-se ganhando um espaço expressivo no mercado editorial brasileiro. Em seu oitavo ano, alguns números mostram que ela já podia ser comparada à revista *Playboy*, que possui aproximadamente 50 anos de mercado norte-americano e 30 anos de mercado brasileiro. Em 2005, a *G Magazine* chega a tiragens de 110 mil exemplares vendidos, atingindo quase metade dos recordes da *Playboy*, que chegou a 240 mil exemplares.

É nesse momento que podemos apontar a forma como tomei a temporalidade na elaboração destas análises.

A editora da revista, Ana Fadigas, divide as edições da *G magazine* em dois momentos cronológicos: de 1997 a 2005 e de 2005 até os dias atuais. Como causa dessa transição da revista

¹⁵ Conferir endereço da página nas referências bibliográficas.

¹⁶ Chamo de “natural” o processo de procura por parte das empresas de espaços na mídia para fazerem seus anúncios. No caso da inserção do Banco do Brasil como anunciante na *G magazine*, vemos uma inversão nessa ordem em que a empresa procura a mídia. Nesse caso, é a revista que procura o anunciante e só o consegue mediante insistência e esforço.

em 2005, a editora aponta para um processo de reformulação jornalística que visou à abrangência de outros sentidos que circulam sobre homossexualidade. A revista criou, assumidamente pela sua comissão editorial, colunas para grupos específicos, assinadas por representantes de *gays*, lésbicas, soropositivos e transexuais, além de reportagem de saúde, estética, comportamento e notícias nacionais e internacionais relacionadas direta ou indiretamente à homossexualidade. Sobre a questão, Ana Fadigas comenta: *Sentimos essa necessidade no nosso leitor aos poucos. Com o amadurecimento do movimento GLS¹⁷ no país, o engajamento político crescente, percebemos que precisávamos discutir mais profundamente, e com qualidade, temas como união civil, a adoção.*

Essa mudança na concepção editorial da qual fala Ana Fadigas acaba por permitir que outros sentidos para homossexualidade adentrem mais significativamente o espaço da revista, reorganizando as subjetividades que comparecem discursivamente nesse periódico.

É nesse ponto que o meu interesse pela passagem para um caráter mais jornalístico se faz relevante. Nessas análises, não trabalhei com a marca cronológica da qual fala Fadigas. Mesmo porque a análise do discurso, disciplina que conjuga história, sujeito e ideologia, propõe a substituição da noção de história enquanto sucessão cronológica de fatos para a de história enquanto processo discursivo. A noção de história com a qual trabalhamos em análise do discurso, conforme Mariani (1998, p.114) *é relação de forças, é produção de memória resultante do confronto e gerenciamento de sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social.* Uma vez que tomo como material para essa pesquisa o ano de 2000/2001 e o ano de 2005/2006, também se fizeram relevantes essas mudanças que ocorrem no ano de 2005, mas não me interessa o entendimento dessa reformulação jornalística centrada numa data específica. Essa data, nesse trabalho, funciona como a materialização de algo que se opera na esfera do discursivo, ou seja, a data materializa algo que está em processo. Por essa razão, procuramos entender esse deslizamento no que diz respeito ao homossexual no espaço da revista como rupturas, falhas, brechas no ritual ideológico, em detrimento de uma reformulação editorial centrada numa data.

¹⁷ A sigla GLS funciona na adjetivação do que se refere ao *gay* e quer dizer Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

2.2 – De olho na *Olho no olho*

A coluna *Olho no olho* servirá aqui neste trabalho como material de análise. Essa coluna aparece pela primeira vez na revista *G* em junho de 2000, em sua 33ª edição, sendo assinada, desde então e até os dias atuais, pelo escritor ativista homossexual João Silvério Trevisan.

O contato com as colunas faz, então, refletir sobre dois pontos que visei observar. Esses pontos dizem respeito: (i) ao lugar onde é colocado o homossexual quando ele é falado nas colunas e, conseqüentemente, (ii) a como abordar a questão dos processos identificatórios do sujeito homossexual a partir das colunas.

É nessa medida que tentamos entender nesse trabalho como funciona, em termos de processos de subjetivação, o dizer sobre o homossexual nessas colunas, isto é, pretende-se observar o que permite que haja identificações entre o leitor das colunas e o que se fala dele e que sentidos aparecem nos processos de subjetivação do homossexual.

Mas antes de passar à próxima seção, cabe uma justificativa de que denominações usarei neste trabalho, já que se postula a impossibilidade da neutralidade quando se denomina.

É somente no século XIX, como desenvolvemos na seção seguinte, que a prática sexual entre sujeitos do mesmo sexo começa a ganhar uma identidade. A partir do discurso médico-psiquiátrico esses sujeitos passam a ser chamados de *homossexuais* e suas práticas sexuais de *homossexualismo*. Pensando no sufixo *-ismo*, no discurso médico, podemos observar como este sufixo funciona semântico-morfologicamente para a designação de doenças, por exemplo, alcoolismo, tabagismo, bruxismo, etc O termo passa a servir de denominação para esses sujeitos sendo incorporado inclusive nos discursos religioso e jurídico, como forma de designar desvios (e desviados), seja de ordem moral, seja de ordem legal. Vemos, então, como a termo *homossexualismo* inaugura uma identidade marcada pelo lugar da anormalidade, impregnando-se de sentidos negativos.

O psicanalista Jurandir Costa (*apud*, Trevisan, 2007, p.37) propõe a substituição do termo *homossexualismo* por *homoerotismo*, considerando que o primeiro possui uma carga semântica já marcada pejorativamente. Trevisan concorda parcialmente com Jurandir Costa quando afirma que

Do ponto de vista do significado, a vantagem do termo homoerotismo é indiscutível: ao contrário do termo homossexualismo, exclusivamente voltado para a prática sexual, sua abrangência pode abrir uma gama bem mais ampla de comportamentos e tendências. Por isso acredito que seja importante tentar introduzi-lo no vocabulário cotidiano. Ainda assim, as ponderações de Jurandir Freire Costa não me parecem totalmente convincentes, pelo simples motivo de que no dia-a-dia precisamos de um termo para nos referenciarmos.(...) qualquer descrição ou definição da atração sexual (ou meramente erótica) entre pessoas do mesmo sexo continuará se carregando de elementos pejorativos enquanto a sociedade mantiver a tendência de estigmatizar esse tipo de tendência. (Trevisan, 2007, p. 37)

Concordo com Jurandir Costa no que tange à carga semântica pejorativa que carrega o termo *homossexualismo*, até mesmo pelo fato de esse termo ter surgido num contexto psiquiátricos que nomeava, então, uma patologia. Portanto, não o usarei. Mas também concordo com Trevisan no que diz respeito a sua afirmação de que a substituição meramente lingüística de um termo por outro parece artificial e acaba por não funcionar no cotidiano como forma de referência a partir na qual esses sujeitos se reconhecem e são reconhecidos, além de não concordar que possa haver uma substituição vocabular meramente lingüística. Por isso, também não usarei o termo *homoerotismo*.

Prefiro, então, o termo *homossexualidade*, substituindo-se o sufixo *-ismo* por *-dade* (que aponta, dentre outros, para um modo de ser, como em *baianidade*, *brasilidade*, etc.), acreditando que, mesmo não apagando as redes de sentido às quais a designação se filia, podemos apontar para a circulação de outros sentidos que passam a dizer desses sujeitos. Num quadro teórico no qual se crê que os sentidos funcionam por filiações, a pretensão de apagar o surgimento patológico da designação desses sujeitos seria uma incoerência com a própria teoria. Mas creio que o sufixo *-dade* distancia, de certa forma, a questão de seu surgimento ligado então ao discurso médico, por apontar para um modo de vida, e a faz significar de outro modo, em outro lugar. E quanto ao sujeito, mantenho o termo *homossexual*.

Também trabalharei com o termo *gay* (do inglês *alegre*), para falar desses sujeitos, por acreditar que esse termo pode conferir à questão a entrada de outros sentidos que passam a circular a partir do século XX, inserindo esse termo nas redes de sentido que colocam a homossexualidade, entre outros, como festa, alegria. *Gay* prediz, então, a possibilidade de significar a questão de forma diferente.

Neste momento do trabalho, nos voltamos para a observação das formas de referir que incluem denominações, expressões denominativas e sintagmas de referência¹⁸ ao homossexual, no item 2.2.1. E, posteriormente, no item 2.2.2, nos atemos ao funcionamento dessas formas de referir em relação às posições discursivas que as sustentam, nos voltando para a questão dos efeitos de sentido promovidos por essa sustentação.

2.2.1 – As formas de referência

Esse trabalho, que levou à observação das formas de referência ao homossexual nas colunas, também suscitou a reflexão sobre esse ato lingüístico a partir do qual a estrutura lingüística se presta a fazer menção a algo que é de sua exterioridade.

A semântica de base lógica, bastante inspirada nos trabalhos de Frege, trabalhou o conceito de referência como o objeto posto no mundo, isto é, aquilo para que a língua aponta no ato de referir. Para Frege (Fiorin, 2005) o sentido da referência poderia variar, mas teríamos a mesma referência, como em seus exemplos para a denominação do planeta Vênus (que já é uma denominação): a estrela da manhã e a estrela da tarde. Frege reconhecia que a alteração de uma expressão pela outra implicava uma alteração do sentido, mas o referente não se alterava, pois se estaria sempre tratando da estrela Vênus, ou desse referente que existe no mundo, preenchendo a condição de verdade de ambas as expressões.

Nesse trabalho, não tomo o ato de referir em termos fregeanos. Não se pode, então, crer que há uma realidade empírica que contém as verdades e que a língua seja uma forma de se chegar a essa verdade (referente). Essa concepção fregeana de referente se mostra equivocada, pois separa o lingüístico e o extralingüístico em duas instâncias distintas e de ordens diferentes, sob pena de incorrer no idealismo do *empirismo lógico* (Pêcheux, 1998, p.121).

Em análise do discurso o ato de denominar não é de outra ordem senão a de construção do objeto referido. Segundo Mariani (1998, p.118), *denominar não é apenas um aspecto de caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente*

¹⁸ Quando se fala em *referência* nesse trabalho, nada se tem a ver com a referência enquanto categoria da lógica, que a considera como o objeto posto no mundo. Referência, aqui, diz respeito, em termos lingüísticos, às formas de se fazer menção ao homossexual, sejam elas as denominações, expressões denominativas (ou seqüências lingüísticas que podem chegar a sintagmas) que dizem do homossexual.

do processo social geral de produção de sentidos. O trabalho com os conceitos de simbólico e de real nos esclarece sobre a concepção de denominação que se apresenta aqui: ao real não se tem acesso e a realidade se apresenta como um processo de simbolização, de construção semântica, processo este localizado no social e no histórico. Assim, denominar é significar, é manifestação de um processo discursivo em dada conjuntura e em dada formação social. Falar de sujeitos e objetos não pode de forma alguma isentar a língua de um trabalho de construção simbólica, que se dá no discursivo, daquilo a que ela se refere, num gesto ideológico que engloba, inclusive, as formações discursivas. Dessa maneira, o trabalho com as denominações nos leva a concordar com Mariani quando afirma que

as denominações significam, e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que elas “iluminam” a natureza das relações de força existentes numa formação social [...] tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais.(Mariani, 1998, p.118)

É, então, sob essa “luz” da qual fala Mariani, que realizamos essas análises, buscando a compreensão das disputas, jogos de poder, movimentos de inclusão/exclusão, silenciamentos, e também falhas e brechas em nossa formação social na qual se misturam vários sentidos para dizer da homossexualidade brasileira e dos sujeitos que se identificam em torno desse nome.

Mais uma vez, quando me volto para o trabalho com as formas de referir, está sendo levado em consideração o fato de não poder haver neutralidade na tomada de palavra. Denominar ou referir já é um gesto ideológico. É essa referencialização, nunca livre do acionamento de sentidos, que chamamos de *dizer de/sobre*. Ou seja, esse ato que toma a palavra para a enunciação *sobre* acaba por constituir também o objeto sobre o qual se diz.

Volto-me, então, para as formas (vocabulário, expressões e sintagmas) por meio das quais são designados e referidos o homossexual e a homossexualidade, a fim de observar: a) a que filiações de sentido se ligam os dizeres sobre o homossexual e a homossexualidade nas colunas e b) o funcionamento dos sentidos que instauram subjetividades que se materializam e se atualizam nesse espaço midiático. Subjetividades estas que funcionam como produto de um processo discursivo em que as relações de poder se desdobram em movimentos de inclusão, exclusão, identificação, desidentificação e até contra-identificação no que tange aos processos interpelativos desse sujeito homossexual.

2.2.1.1 – As formas de referência: denominações, expressões e sintagmas de referência - um breve panorama histórico.

Quando, em análise do discurso, falamos em filiações semânticas, está-se referindo às redes de sentido que se processam, a partir da enunciação, dentro do que entendemos por interdiscurso. Esse conceito se torna relevante para o entendimento de como significou e significa a homossexualidade e os sujeitos identificados a essa questão.

Não se tem a pretensão de um esgotamento nesse histórico sócio-semântica até mesmo porque o conceito de interdiscurso pressupõe silenciamentos e interdições ao dizer, ou seja, não se tem acesso ao todo já-dito, mas somente a regiões dele.

É então com o objetivo de percorrer um pouco dessa rede interdiscursiva de sentidos sobre homossexualidade que me volto para esse breve panorama do histórico das denominações dos sujeitos homossexuais que aparecem nas colunas para entender de onde vêm esses sentidos que circulam na coluna *Olho no olho*.

Apresentaremos as denominações (e seus históricos) que se fizeram recorrentes na análise deste material por meio das seqüências discursivas nas quais elas aparecem, e na subseção seguinte analisarei o funcionamento dessas denominações nas colunas em questão.

Passemos a elas.

SD1 - Miguella poderia estar apenas interpretando fatos da vida, já que nós, homossexuais masculinos, muitas vezes matamos exatamente o que mais amamos. (junho 2000 – sublinhado meu)

A seqüência acima foi retirada de uma coluna que fala de um filme de Anthony Mighella, no qual um homem mata seu amante no final. Chamo a atenção para o funcionamento das designações desta seqüência. A designação *homossexuais masculinos* nos salta aos olhos primeiramente por seu funcionamento restritivo: não se fala de toda relação entre pessoas do mesmo sexo, mas somente das que ocorrem entre pessoas do sexo masculino. Essa marcação no vocabulário nos leva à percepção de que há a constituição de subjetividades distintas no que tange à homossexualidade e às matrizes genéricas homem/mulher, isto é, dizer homossexuais masculinos aponta para um silenciamento dos sujeitos homossexuais femininos.

Designar os sujeitos que possuem inclinações afetivo-sexuais por pessoas do mesmo sexo tem relação com lutas de sentido e afirmação de determinadas crenças em determinadas conjunturas sócio-históricas. Juntamente com Costa (1992, *apud*, Simões Jr, 2006, p.89) afirmamos *que a homossexualidade é lingüisticamente construída sendo historicamente circunscrita em seu modo de produção e conhecimento*. Estamos postulando que as formas de dizer do homossexual são historicamente marcadas por crenças e valores inseridos nas relações de força com dominante.

Foucault (2003) nos fala sobre a noção de identidade sexual em torno da homossexualidade. Segundo esse autor, a identidade homossexual se constitui apenas na modernidade. Mas reconhece-se que a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo é algo secular. Não existia, no entanto, no vocabulário nada que designasse homossexual em torno de suas implicações identitárias. Para designar o ato de sujeitos que mantinham tal comportamento sexual eram empregados termos como *sodomia* ou *pecado nefando* e o praticante era denominado *sodomita*. Trevisan (2007) faz remissão ao discurso da igreja católica como lugar de origem de tais designações e como discurso que regulava as condutas de vida.

Simões Jr. (2006) nos precisa cronologicamente o aparecimento do termo *homossexual*. Segundo esse autor, o termo foi cunhado pelo médico suíço Karole Maria Benket e passou a ser difundido na língua inglesa na última década do século XIX, por adoção do sexologista Havelock Ellis. Atribui-se o termo ao discurso médico-psiquiátrico já que a prática sexual entre sujeitos do mesmo sexo era considerada como doença.

Costa (2002, *apud* Simões Jr, 2006, p.90) aponta para o caráter derivacional do termo *homossexualismo* como o nome da doença que apresenta o homossexual.

É, então, a partir de uma designação médico-psiquiátrica que coloca a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo como doença que se fundam as questões identitárias em torno da homossexualidade. Vejamos mais uma seqüência:

SD2 - Daí porque o enrustimento costuma ser o pior inimigo das bichas, por trair o seu amor, que deveria ser sua parte mais verdadeira do ser humano. (junho 2000 – sublinhado meu)

Atentamos, na seqüência acima, para uma outra designação para os sujeitos de inclinação afetivo/sexual por pessoas do mesmo sexo. O termo *bicha* (Green, 1999, *apud* Simões Jr, 2006,

p.91) aparece já no século XX, na década de 30. Apesar de não se saber ao certo a origem do termo, estima-se que poderia tratar-se da apropriação da palavra francesa *biche*, que significa corsa, feminino de veado. *Biche* também era usado na França para designar moças, jovens mulheres. Já no nordeste brasileiro, o termo *bicha* é empregado para designar as mulheres que fazem sexo por dinheiro, numa remissão à prostituição.

Percebemos, dessa maneira, a aproximação que se estabelece entre homossexualidade e efeminação e prostituição (e promiscuidade por desdobramento), quando se designa pelo termo *bicha*.

Vale mencionar que o termo *bicha* também era usado freqüentemente pelo jornal *Lampião da esquina* na tentativa de esvaziar os significados pejorativos do termo e ressignificá-lo (Simões Jr, 2006). O *Lampião da esquina* foi um jornal que circulou na ditadura militar brasileira de 1978 a 1981 e buscou uma postura politizada para a homossexualidade. Usar *bicha* no lugar de qualquer outro termo funcionou nesse jornal como forma de resistência que imprimia ao termo um cunho de politização, promovendo uma tensão de sentidos entre a pejoratividade do qual o termo era historicamente impregnado e os novos sentidos que disputavam espaço em torno dele. Avancemos nas seqüências.

SD3 – conheço um bocado de bibas que vivem se punindo indiretamente (junho 2000 – sublinhado meu)

O termo *bibas*, que figura na seqüência acima, aparece primeiramente como uma outra forma para o termo *bicha* e também se refere ao homossexual. Em seu surgimento (cf. www.wikipedia.com.br), *Biba* era o nome de uma loja em Londres conhecida por seu destaque no que se refere à moda feminina. Na década de 60 e 70, o bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, ganha uma loja, inspirada na londrina, cujo nome era Bibba. Esse significante cola então ao homossexual por se tratar de algo que gira em torno do universo feminino se aproximando do estigma de efeminação que se atribui ao homossexual.

Podemos também percorrer filiações pelo lugar de demérito que se constituiu historicamente para o homossexual e a tentativa de facilitação de uma circulação social mais anônima para esse sujeito. Esses sentidos negativos também podem ser apontados como facilitadores do emprego do termo *biba* se referindo ao homossexual. Numa espécie de disfarce do que se enuncia, o termo *biba* funciona como o vocábulo novo, no qual os sentidos de

homossexualidade no imaginário social podem ser, num primeiro momento, mascarado, mas sem deixar de remeter a características do estereótipo da homossexualidade, a efeminação. A nova designação passa, então, a funcionar como um disfarce, mas que pode ser reconhecido pelas filiações nas quais o termo se insere. É num mascarar/transformar de significante que de *bicha* passa-se à *biba* para que este último torne-se um código da comunidade homossexual. Num primeiro momento o termo *biba* serve para substituir/ocultar o termo *bicha*, que carrega historicamente o peso do estigma social. Não somente no que diz respeito ao jogo de significantes, o termo *biba* também aponta para a movência dos sentidos que promovem a configuração de outras subjetividades para a denominação do homossexual.

Em relação ao homossexual, essa pluralidade de termos designativos traduz uma necessidade de novas designações para identidades que estão em permanente processo de reformulação na qual novos sentidos arejam os velhos e produzem deslocamentos e, conseqüentemente, outras subjetividades.

Assim, o aparecimento de um novo termo não se dá simplesmente por sinonímia, como se a língua pudesse guardar dois significantes com mesma significação. O próprio deslizar de significante já é marcado por reformulações semânticas. Dessa forma, dizer *biba* no lugar de *bicha* já aponta para uma atualização de sentidos na qual o velho serve de pano de fundo, mas não é tão somente reproduzido no novo o sentido do qual ele deriva. A remissão às lojas de moda feminina já apontam para sentidos que colocam o homossexual como aquele que se liga à moda, que possui características de vaidade e elegância como conseqüência dessa aproximação entre homossexualidade e o universo feminino.

Passemos a outra seqüência:

SD 4 – Sabe-se que o preconceito sempre levou o segmento homossexual a viver segregado dentro das sociedades. A semi-clandestinidade agregou-lhe uma maneira peculiar de ver o mundo a partir das margens, criando características culturais próprias e signos particulares do mundo homossexual. Tal situação propiciou uma subcultura com dicção e até uma linguagem típicas - “bofe” (parceiro ativo), “gilete” (guei que dá e come), “fazer uma chupetinha” (sexo oral), são alguns exemplos entre milhares. (março 2006 – sublinhado meu)

Na seqüência acima, mais uma vez chamo atenção para as denominações que exemplificam a linguagem típica do que é chamado de *subcultura* da homossexualidade.

O uso de aspas (Authier, 1982) marca um lugar outro em relação ao dizer nesse espaço jornalístico. Nessa coluna, esse outro lugar fica evidente, pois ele é mencionado. Esse outro lugar é apresentado como a comunidade *gay*, que possui um falar singular a ponto de se solicitar uma espécie de tradução sobre o que é dito. É, então, nesse trabalho ilusório de correspondência entre os sentidos (como se pudesse haver uma correspondência semântica precisa e objetiva entre a comunidade *gay* e esse espaço jornalístico que fala dessa comunidade) que trabalham os parênteses. Estes últimos funcionam, então, como os evidenciadores dos lugares onde as explicações das denominações trabalham essa ilusão de referencialidade objetiva e precisa.

Volto-me, então, para uma divisão que se pretende, a princípio, incidir sobre o comportamento sexual do homossexual no momento da relação. Percebemos que há um apontamento para duas direções: uma que conduz ao homossexual que se comporta de maneira ativa, se aproximando de comportamento do homem na relação sexual (bofe), e, por oposição, outra que conduz ao homossexual que é passivo nas relações, se aproximando do papel feminino.

Como dissemos anteriormente, o termo homossexual aparece no século XIX como o modo designativo de síndromes em sujeitos masculinos que praticam sexo com outros do mesmo sexo, fazendo deslizar o sentido de pecado nefando para a patologia. O século XX inaugura, então, uma pluralidade de formas designativas para o homossexual. Segundo Green (1999, p.62, apud Simões Jr, p.90), no final do século XIX e início do século XX, aparecem termos como *puto, fresco e fancho*.

O termo *puto* era usado para se referir aos homens que mantinham relações sexuais com outros homens por dinheiro, sendo encontrados geralmente no Largo do Rossio, atual praça Tiradentes no centro do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que esses sentidos que relacionavam o homossexual à prostituição significaram dessa maneira, sem brechas ou falhas, até meados dos anos 60 (Green, 1999, apud Simões, 200, p. 91).

O termo *fresco* aparece nos fins do século XIX e se referia aos homens que se vestiam de mulher nos bailes de máscara no carnaval. Tal termo era utilizado com valor pejorativo pelo próprio lugar que lhes era atribuído na sociedade carioca do início do século XX, o Largo do Rossio e os morros. O primeiro era tido como lugar de prostituição e o segundo como regiões habitadas pelos escravos libertos, ex-combatente da guerra de canudos que receberam terreno em

regiões menos favorecida da cidade e migrantes que, por falta de opção, iam habitar os morros ou cortiços. O Dicionário Moderno de 1903 já apontava para o registro do termo *fresco*:

Fresco – Adjetivo arejado de modernização depravada. Quase frio, ameno, suave, que não tem calor nem quenturas. Que faz frescuras, que tem o sopro da brisa. Encontra-se muito nos morros e no Largo do Rossio (Green, 1999, p.63, *apud*, Simões Jr, p.90)

O termo *fanchono* era usado para designar sujeitos que detinham uma postura ou imagem masculina. Eram, geralmente casados e procuravam outros homens para relações sexuais. Pela aparência masculina, conseguiam burlar mais facilmente a perseguição médico-legal da época.

Observamos com as considerações acima que o termo homossexual não basta para que se designem sujeitos praticantes de sexo com outros do mesmo sexo. Os termos denominativos começam a ser marcados por um critério genérico no qual o masculino e o feminino funcionavam como matrizes para as novas denominações.

O termo *bofe* da SD 4 encontra suas origens, então, em sentidos que reverberam de forma a constituir uma subjetividade que aponta para a matriz masculina de sentido. É válido lembrar que, apesar de seu funcionamento semântico na coluna remeter ao parceiro *gay* que desempenha papel ativo nas relações sexuais, o dicionário Houais registra o termo como aquilo que aponta para, *na linguagem dos homossexuais, indivíduo do sexo masculino*¹⁹. Dessa forma, percebemos como ser *ativo* significa não se identificar às características de passividade que se atribuem ao gênero feminino, se aproximando mais das características do gênero masculino.

As lutas de sentido que simbolizam o homossexual giram, a princípio, em torno de um modelo heterossexual genérico e dicotômico (Green, 1999, *apud* Simões Jr) no qual o homem é dominador e a mulher, fraca e dominada. Ainda segundo esse autor, tal modelo permite o surgimento dos binarismos como “dominador/dominado”, “bofe/bicha” e “fanchono/lady”.

Destaco também o termo *gilete*. Esse último se refere ao homossexual que desempenha função ativa e passiva nas relações sexuais. Temos um outro lugar em que se coloca o homossexual, nem totalmente atrelado ao gênero masculino, nem ao feminino, mas em um entrelugar que tem ambos como pano de fundo. O termo *guei* será tratado mais adiante. Passemos a próxima seqüência .

¹⁹ Cf. www.houais.uol.com.br

SD5 – Outro dia (sic) conheci uma delícia de rapaz que me deixou comovido com a narrativa de suas agruras quando adolescente. Filho de classe média, noivou até 20 anos, quando então se descobriu sexualmente atraído por outros homens. Foi a uma boate gay pela primeira vez e, depois, entusiasmado, comentou o assunto com um amigo, sem saber que sua mãe ouvia tudo por trás da janela. Foi um escândalo, com gritarias e ofensas pesadas. O pai apanhou uma espingarda para atacar o filho viado. Ao final de uma conferência familiar, o veredicto foi: “Ou deixa de ser viado, ou cai fora de casa”. O garoto decidiu se mandar. Como despedida, ouviu o irmão mais velho lhe dizer: “Espero que você pegue aids e morra logo” (...). Eu o conheci sete anos depois desse fato, e constatei que ele continua um lutador, não abriu mão de sua sexualidade e é **uma delícia na cama** (...).(agosto 2000 – sublinhado meu e negrito do autor)

Nessa seqüência, primeiramente chamamos a atenção para o sintagma *sexualmente atraído por outros homens*. Nesse sintagma, que designa, de certa forma, um comportamento, temos uma atração sexual que se iguala à própria homossexualidade. Nessa lógica, ser *gay* significa sentir atração por outros homens, ou seja, é ser homem e se sentir atraído por outros do mesmo sexo. Além disso, essa atração se dá na esfera do sexo, é atração de ordem sexual (*sexualmente*). Os sentidos que são acionados para a homossexualidade nesse trecho significam de forma a colocá-la como uma prática sexual, isto é, identitariamente, tem-se a materialização de um sentido para a homossexualidade que reduz o homossexual ao seu sexo ou à sua prática sexual (Souza, 1997).

Chamamos a atenção ainda para o adjetivo na expressão *filho viado*. O ambiente desestabilizado, evidenciado até mesmo por ataques de espingarda, denota o quão perturbador é para a família ter um filho homossexual. A posição-narrador²⁰, na designação desse filho, utiliza o termo *viado* num jogo no qual o discurso indireto livre faz falar nas palavras do narrador as palavras de um outro. Sem que haja marcas no fio enunciativo do discurso do outro, o termo é apropriado das palavras do pai para dizer do lugar onde o filho é colocado pela família e os sentidos negativos dos quais o termo está impregnado acabam por recair sobre esse filho que é, dessa forma, designado.

²⁰ Entendo o conceito de posição-narrador como a posição que se autoriza falar em primeira pessoa nas colunas e organiza a dispersão de textos que compõem a coluna *Olho no olho*. Retomo e explico mais amplamente esse conceito mais adiante, quando trato das posições discursivas.

Simões Jr. (2006) nos esclarece sobre o surgimento do termo *viado*, apontando para a década de 20 como período de seu aparecimento. O termo seria derivado de *veado*, o animal, mas não se sabe inicialmente ao certo o porquê de sua associação aos homossexuais. O fato é que, desde seu surgimento, o termo serve para designar homens efeminados e que praticam sexo com outros homens. Na década de 40, esses sentidos são reafirmados e reforçados com a criação do personagem Bambi, da Disney. Esse personagem, por sua doçura e fragilidade, acaba por endossar os sentidos que ligam homossexualidade às características do estereótipo feminino de passividade, fragilidade e doçura.

Em seguida, chamo a atenção para o discurso direto que presentifica as palavras do irmão mais velho: *Espero que você pegue aids e morra logo*. Percebemos, nesse momento, a forma como ser homossexual se iguala a ser portador do HIV. Soares (2006) discute essa relação semântica quase obrigatória que liga homossexualidade e AIDS, postulando que uma coisa leva a outra no imaginário de revista semanais na década de 80. Dizer da homossexualidade naquele período, naquelas revistas é dizer de um sujeito portador do vírus do HIV. Esse autor nos fala que, mesmo que o discurso da medicina já tivesse deslocado o conceito de *grupo de risco* para o de *comportamento de risco*, a imprensa continuava, na década de 80, a veicular sentidos que equiparavam ser homossexual e ser portador do vírus do HIV, concluindo que:

O sujeito homossexual não ocupa uma posição-discursiva que possa se dizer de outra maneira. Ele só significa a partir dos já ditos em relação à sua sexualidade e em relação à AIDS. (Soares, 2006, p.212)

Dessa maneira, as palavras do irmão mais velho acabam por materializar esses sentidos que atrelam homossexualidade e AIDS como numa relação de causa e efeito sem que homossexualidade possa significar em outra formação discursiva diferente da que o coloca como portador do vírus e doente.

Dos sentidos que ligam AIDS à homossexualidade podemos, por desdobramento, chegar à questão da prática sexual como uma coisa que se exacerba entre os *gays*. Mais uma vez, Soares (2006) analisa a forma como o discurso médico, para chegar à designação de *grupo de risco*, coloca o homossexual como aquele que pratica sexo de forma exacerbada e com número variável e elevado de parceiros. Essa prática seria, nessa formação discursiva, a responsável pelo aumento

das chances de contração da doença, já que os *gays* são os que não possuem parceiros fixos, aumentando as probabilidades de contaminação.

Mais uma vez, por desdobramento, e juntamente com Soares (2006), podemos caminhar em direção à forma como significa o sexo com número elevado de parceiros no discurso religioso. Temos, então, o lugar da promiscuidade reservado ao homossexual devido ao seu comportamento sexual, numa equação que opera em direção a um igualar de homossexualidade à prática sexual com vários parceiros e, conseqüentemente, à promiscuidade. O discurso médico amplia essa equação acrescentando a ela o *ser contaminado*, numa relação quase que obrigatória. Dessa forma, teríamos uma aproximação semântica que liga *gay* à promiscuidade e ao vírus do HIV.

Retomando as palavras do irmão mais velho, os votos para que o irmão mais novo contraísse a doença e morresse só reafirmam os sentidos que predominam no imaginário social. Sentidos esses que significam em direção à homossexualidade se igualando à AIDS.

Continuando sobre a mesma seqüência, destaco o adjetivo *lutador*²¹ (que não é uma denominação, mas trabalha uma referencialização) em relação com o substantivo *sexualidade*. Na seqüência, trata-se de alguém que não desistiu de lutar por sua *sexualidade*. Podemos perceber que, nesse ponto, o sentido de homossexualidade não se separa do de sexualidade, ou seja, ainda estamos num sítio de significância onde ser *gay* se aproxima de fazer sexo como outro do mesmo sexo, mas essa sexualidade desliza na forma de significar uma vez que se transforma em motivo de luta, ou seja, podemos apontar um deslocamento do sentido dessa sexualidade na medida em que esse sexo pode ser objeto de luta. Esse sujeito, que até então aparece identificado por sua prática sexual, ressignifica, de certa forma, essa prática colocando-a como objeto de reivindicação de direitos. Esse sujeito busca o direito ao seu sexo.

O termo *gay* será tratado mais adiante. Avancemos.

SD 6 - Está na hora de mostrar que quem sofre danos morais são os cidadãos discriminados com base naquilo que fazem na cama. (julho 2000 – sublinhado meu)

Na seqüência acima, percebemos formas designativas diferentes das que pudemos observar até este momento de análise. Primeiramente observamos o funcionamento do pronome

²¹ Incluo, aqui, o adjetivo *lutador* por entender que denominar também é predicar, assim como faz a função adjetiva.

quem que acaba por funcionar como *aquela que* ou *qualquer um que*, se instituindo como um espaço que pode ser ocupado por qualquer um que se enquadre no sofrimento dos danos morais por sua prática sexual com pessoas do mesmo sexo. Temos, então, o que Paul Henry (*apud* Pêcheux, 1998, p.99) chamou de *efeito de pré-construído*, isto é, o termo que designa *uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático*. Vemos, dessa forma, um efeito de impessoalidade, que se presentifica sob o pré-construído, funcionar de forma a fazer deslizar o recorte sobre o qual o *quem* opera, ou seja, a impessoalidade esvazia o recorte referencializado promovido por um efeito discursivo de pré-construído, transferindo essa impessoalidade para outro recorte que pode englobar os homossexuais, referidos, então, nesse deslizamento, como cidadãos. Isso nos permite afirmar que os sujeitos passíveis de se enquadrarem no pronome *quem* são os homossexuais, já que esse pronome abre um espaço que engloba todo e qualquer sujeito que pratique sexo com pessoas do mesmo sexo. Uma vez estabelecido que o *quem* se refere aos homossexuais, convocam-se, para esses sujeitos, sentidos que não se restringem somente ao sexo e legitimam direitos político-sociais a eles. Chama-se à cena enunciativa a questão da cidadania. Não é somente pela prática sexual que esses sujeitos são identificados. O cidadão de direito também é levado em conta para que se possam reconhecer direitos desse sujeito enquanto cidadão numa sociedade que, nessa perspectiva, deveria lhe conferir mais que discriminação. O teor discriminatório seria mesmo uma forma de reduzir os direitos desse sujeito, que é também cidadão e tem sua cidadania restrita pela sua prática sexual. Portanto, a desautorização e ilegitimação da discriminação se baseiam no fato de serem esses sujeitos também *cidadãos* e tão portadores de direitos como os outros que não são enquadráveis no *quem* que reúne e circunscreve sujeitos de prática sexual com pessoas do mesmo sexo.

Voltemos nessa análise à seqüência discursiva 5, mais especificamente ao fragmento *Foi a uma boate gay*. A decisão por não tratar dos termos *gay* e *guei* nas análises que seguem as seqüências onde eles se encontram se dá por um critério que leva em conta os sentidos das denominações, ou seja, caminhamos em direção a sentidos outros no dizer sobre a homossexualidade quando se denomina por *gay* ou *guei*.

No fragmento de texto *Foi a uma boate gay*, temos o emprego do termo *gay*, do inglês *alegre*. Esse termo aparece nos EUA, na década de 20, como referência aos homens que tinham atração sexual por outros homens independente de qualquer outro fator. A origem do termo

remete também a um valor pejorativo já que ele era usado para fazer referência a mulheres de *moral duvidosa* (Jacose, 1996, *apud*, Simões Jr, 2006, p.93). De início, o termo não tem aceitação no Brasil pelos primeiros movimentos militantes. Segundo Fly & MacRae (*apud* Simões Jr, 2006, p.93)

A peculiaridade dos primeiros grupos do movimento homossexual é que resolveu (sic) rejeitar tanto “entendido” como *gay*, preferindo ficar com o velho termo “bicha”. Propondo uma nova “bicha”, militante e consciente, a idéia era de conseguir esvaziar, tanto a palavra quanto seu conceito que representava de suas conotações negativas. Se autodenominar “bicha” veio a ser uma maneira de “assumir” uma homossexualidade considerada mais “consciente” do que a dos *gays* e entendidos e obrigar a opinião pública a reconsiderar suas atitudes em geral. Mais tarde, outros grupos viriam a adotar outras estratégias, como é o caso do Grupo Gay da Bahia, que adotou o termo americano (Fry & MacRae, 1984, p.25 *apud* Simões Jr, 2006, p. 93, *sic* de Simões Jr)

O termo *gay* passa a ser usado no Brasil, então, pelo Grupo Gay da Bahia, na década de 60, e acaba por funcionar como designação para todo e qualquer sujeito que pratique sexo com outro do mesmo sexo. Essa forma denominativa disputa sentidos com as precedentes de forma a englobar todas elas e configurar uma subjetividade que compreende todas as anteriores.

Quarenta anos depois de seu aparecimento nos EUA, o termo *gay* entra para o português como um estrangeirismo advindo de uma língua e uma cultura que, de certa forma, ditavam os modos de ser homossexual no Brasil, devido a uma dominação que não se restringia ao econômico, no pós-guerra, mas também se efetuava no lingüístico-cultural.

Com a entrada do termo *gay*, assistimos a uma reconfiguração das formas denominativas para o homossexual na medida em que ocorre uma certa reunião de características como efeminação e doçura ou traços de masculinidade e dominação, ficando tudo isso expresso pelo termo *gay*. Esse termo acaba por desempenhar uma função de abarcamento das outras formas denominativas que o precedem. Não estou dizendo aqui que há uma substituição de formas designativas ou que as designações possam ser simplesmente substituídas sem que haja mudança de sentido. O que estou afirmando é que o termo *gay* promove um recorte de sujeitos que também se identificavam por *ativo*, *passivo*, *bofe*, *bicha*, *biba*, *viado*, *gilete*, etc. Tudo passa a possibilidade de denominação por *gay*.

Todavia, as tensões, jogos de disputa de poder, movimentos de inclusão/exclusão, etc., entre as formas denominativas para homossexual não são apagados dentro desse outro recorte que promove o termo norte-americano. Esse termo - uma vez que denominar não é somente um

gesto designativo na língua - reorganiza as formas de subjetivação porque significa o homossexual de uma outra perspectiva cultural, a americana. Todavia, dizer *gay*, no Brasil ganha outro *status*, toma outros ares, significa de forma a constituir um homossexual brasileiro, a partir de uma outra referencia cultural.

Uma vez que postulamos que os signos não *são*, mas *estão* signos, podemos já perceber falhas que apontam para reorganizações e reformulações semânticas no que se refere à homossexualidade brasileira. A própria influência norte-americana, que se materializa inclusive nas formas de denominar o homossexual, aporta consigo sentidos outros que fazem deslizar o conceito de homossexualidade.

Passemos a próxima seqüência para refletir também de que forma os sentidos americanos se instauram no Brasil para constituição dos sujeitos homossexuais e os modos denominativos desse sujeito. Nesta seqüência, não temos formas denominativas, mas optei por incluí-la devidos aos desdobramentos de sentido que o substantivo sublinhado pode trabalhar na referencialização do *gay*. Nesse ponto, me refiro aos sentidos de alegria e festividade. Passemos à seqüência:

SD 7 – A grande sacada que propiciou essa guinada coletiva, foi abandonar a idéia fechada de “passeata”, tão cara à esquerda brasileira de classe média, e substituir pelo conceito de celebração e festa, no estilo “parada”. Ou seja, supera-se o mero protesto (contra algo injusto) por um gesto afirmativo (de algo digno de celebração). (agosto 2004 – sublinhado meu)

Destaco a palavra *festa* na seqüência anterior na tentativa de observar o modo de entrada das influencias norte-americanas no cenário homossexual brasileiro.²² Neste, momento, mesmo reconhecendo que *festa* é um nome, e não uma denominação, faço uma passagem pelo trabalho com o nome, por reconhecer que, por movimentos de paráfrase, esse nome trabalha uma denominação.

E para entender como *festa* está ligada às formas de referir à homossexualidade, lembro que a palavra *gay*, do inglês, designa pessoas *alegres*. Essa alegria da qual seria portador o homossexual, no imaginário social, se mostra tão flagrante em seu modo de ser que se torna mesmo uma forma de identificação imaginária para esse sujeito. Essa alegria funciona de maneira a ligar a festividade ao *gay* nas suas formas de expressão. Expressar-se de forma *gay* é

²² Dessa seqüência, também será trabalhado o jogo dos substantivos *passeata* e *parada*. Esse jogo será retomado na seção 2.2.4.

sinônimo de uma alegria que inicialmente tende a uma denominação irônica, se retomarmos a origem do termo, mas que toma ares de festividade, como numa espécie de assunção dessa denominação e transformação da mesma em algo que passa a diz do homossexual. Essa alegria desloca sentidos anteriores que colocavam o homossexual num lugar negativo, todavia sem apagar essa filiação semântica. Segundo Bandinter,

No final dos anos 60, paralelamente à reconciliação, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de homossexuais, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de gays (...) mais neutra, que designará uma cultura específica positiva. (1992, p.113, *apud* Simões Jr, 2006, p.56)

Não trabalhamos, aqui, com a possibilidade da neutralidade na tomada da palavra, mas concordamos com Bandinter que a palavra *gay* aparece como uma forma outra, servindo à ressignificação do homossexual americano na década de 60 e propiciando a instauração de sentidos que podem ser positivos, como o caráter festivo.

Vale lembrar, juntamente com Simões Jr. (2006), que o ano de 1969 é marcado por um episódio memorável no movimento homossexual mundial. Na noite de 28 de junho de 1968, na cidade de Nova Iorque, um confronto entre polícia e homossexuais marcou a história da militância mundial. Tal confronto se deflagra quando policiais decidem fechar o bar *Stonewall Inn*, freqüentado por homossexuais, alegando que o local descumpria as leis de venda de bebidas alcoólicas e era a sede da máfia italiana instalada na cidade. Muitos freqüentadores foram agredidos e presos. Mas a recepção à ação policial não se deu de forma pacífica. Os policiais foram atacados pelos freqüentadores com pedradas e garrafadas e gritos de ordem do tipo “Poder Gay”, “Eu gosto de rapazes” e “Sou bicha e me orgulho disso”. Tal incidente chamou a atenção da imprensa local e ampliaram-se suas proporções. O confronto só teve fim com a intervenção do prefeito da cidade, cinco dias depois de seu início, decretando que a força policial deixasse o local. Pouco depois, a Frente de Libertação Gay decretou o dia 28 de junho o Dia Internacional do Orgulho Gay, hoje comemorado em mais de 140 países (Fry&Macrae, 1984, *apud* Simões Jr, 2006, p.57). E um ano depois, dia 28 de junho de 1969, acontecia, nas ruas de Nova Iorque, a primeira Parada do Orgulho Gay, relembrando o episódio do *Stonewall Inn*.

Esse relato nos ajuda a entender a forma como essa alegria atribuída ao homossexual se efetua de forma constitutiva de seu modo de ser. A parada, enquanto meio de protesto ou reivindicação, aponta para essa festividade e alegria que passa a significar o homossexual não só nos EUA, mas também no Brasil. A entrada do termo *gay* no português (sob a forma de estrangeirismo) materializa um arejamento dos sentidos da homossexualidade não só formando um termo que abarca várias outras formas designativas, mas também ressignificando o próprio homossexual brasileiro.

Em relação ao termo *guei*²³, (cf. SD4), percebemos, pela incorporação do termo americano no sistema da língua portuguesa, que se trata de algo diferente do qual deriva, ou seja, o termo passa a significar em língua nacional. Por desdobramento dessa incorporação, podemos falar também em uma denominação outra, pois dizer *gay* não é o mesmo que dizer *guei*. Estamos diante de formas denominativas que não se diferem apenas por questões fonético-fonológico-ortográficas, temos nelas um movimento que aponta para uma outra forma de ser do homossexual no Brasil. Não apenas se resiste à dominação cultural dos EUA, mas também se materializa, na língua, uma subjetividade (ou subjetividades) que difere da norte-americana. Esta-se falando de uma homossexualidade brasileira, marcada por aspectos particularizados dessa comunidade e não da outra. Diante dos dois termos e desse movimento de incorporação lingüística, evidencia-se o movimento semântico do novo que guarda o velho como pano de fundo, mas não somente num processo de repetição: *guei* guarda em si os sentidos de *gay*, mas já aponta para uma outra subjetividade que diz respeito à homossexualidade brasileira, mesmo que haja filiação à norte-americana.

Mais uma vez, é válido dizer que a entrada do termo *gay* ou a apropriação deste termo traduzido em língua portuguesa, acabam por criar um conflito dentro do que se denomina como *gay*. Nesse gesto denominativo dentro do qual todos os outros termos são circunscritos pelo termo norte-americano, *gay*, está inserida a pressuposição de se dizer de todas as outras formas denominativas a partir desse termo, numa espécie de neutralização das características para as quais os outros termos apontam.

Podemos perceber que o termo *gay*, de certa forma, serve como um novo recorte que circunscribe as outras formas denominativas, tendo como efeito uma ressignificação dos

²³ Retomamos somente nesse ponto o termo *guei* por entender que este se filia ao termo *gay*. Preferimos, então, primeiramente falar do termo *gay* para posteriormente falar do termo *guei*.

sentidos para homossexualidade, na medida em que aciona outras características que passam a ser constitutivas da homossexualidade. Esse termo trabalha o deslocamento dos sentidos dos quais as outras denominações eram impregnadas, para um recorte identitário de homossexualidade no qual características como a alegria e um modo de ser/viver específicos passam a compor a subjetividade homossexual.

Esse novo recorte promovido pelo termo *gay* acaba, ilusoriamente, por apagar características que se marcavam nas formas de subjetivação, pois dizer *gay*, por um lado, só aponta para os sujeitos que se identificam pela prática sexual com pessoas do mesmo sexo, mantendo os sentidos fundadores da homossexualidade e por outro, aciona-se uma memória outra que constitui o homossexual. Mas essa denominação não aponta para características ligadas às matrizes genéricas de masculino e feminino que promovem divisões, inclusões, prestígio ou exclusões dentro da comunidade *gay*. Dizer *gay*, por um lado aciona a memória discursiva na qual homossexual ganha contornos de feminilidade e por outro, apaga, dentro da homossexualidade, as características dos sujeitos homossexuais atreladas às matrizes genéricas masculino/feminino. E nesse efeito semântico que apaga as múltiplas subjetividades dentro da homossexualidade acaba por criar uma homogeneidade sob o nome de *gay*.

Então, outras formas se fazem necessárias para que se designem os sujeitos que têm marcas distintas dentro do que se concebe na aparente uniformidade da comunidade homossexual.

Observamos, pelas denominações e formas de referir neste histórico das denominações, que a prática sexual desses sujeitos é tão fundadora de suas identidades que se manifesta nas próprias formas denominativas destes. Partindo do termo homossexual, cunhado no século XIX, podemos perceber que ele surge para designar uma prática sexual, ou seja, a prática (que era chamada de sodomia) precede a própria construção identitária em torno da homossexualidade. Temos, então, um sujeito que se inaugura pelo seu sexo. E essa prática continua a oferecer formas denominativas para esses sujeitos na medida em que seus comportamentos sexuais se traduzem em outras formas denominativas, como *ativo*, *passivo* e *gilete*. As formas que remetem à efeminação, nos fazem pensar na maneira como é visto o homossexual pela sociedade no início do século XX, quando termos como *viado*, *bicha* e *biba* aparecem. Teríamos sujeitos que abrem mão do papel de dominador (ligado ao que é do homem) para se alinhar ao que é do dominado

(ligado ao papel da mulher), inclusive na prática sexual, uma vez que o *viado* e a *bicha* seriam os passivos das relações sexuais.

Percebemos, dessa forma, uma recorrente matriz de sentido que remete ao sexo e à prática sexual desses sujeitos a partir das formas denominativas para o homossexual. Mesmo quando eles são conclamados ao papel de cidadãos, esse chamado se dá pela sexualidade.

2.2.1.2 – As formas de referência: denominações, expressões e sintagmas de referência - funcionamento na coluna *Olho no olho*

Chegamos, então, ao funcionamento das formas de referir nas colunas. É preciso dizer que essas formas de referir com as quais trabalhamos aqui se fizeram relevantes nesse trabalho de análise pelo fato de suas recorrências nas maneiras de designar a homossexualidade e o homossexual. O trabalho com formas de referir nas colunas no período delimitado para essas análises (06/2000 a 06/2001 e 06/2005 a 06/2006) nos levou, então, a quatro grandes grupos, que foram estabelecidos em função do funcionamento dos sentidos que acionam. São os grupos, então: as *formas de referir generalizantes*, as *formas de referir de sexualidade*, as *formas de referir estigmatizantes* e as *formas de referir de cidadania*.

a) As formas de referir generalizantes

Esse grupo de formas de referir funciona de maneira a promover um abarcamento das múltiplas formas de se referir ao homossexual, criando a ilusão de homogeneidade dentro da comunidade homossexual. Chamo de formas de referir generalizantes os termos *homossexual*, *gay* e *guei*.

Mas, antes de passarmos às formas de referir, se faz relevante observar o funcionamento do pronome *nós* nas colunas pela sua recorrência também em uma função semelhante a das formas de referir no que tange à generalização. Como dito, é recorrente nas colunas a posição-narrador, ao se referir ao homossexual, fazer construções do tipo *nós*,

homossexuais masculinos, como mostrado na SD1 deste trabalho. Primeiramente, há que se observar que o emprego do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, *nós*, tem por efeito incluir o locutor no grupo para o qual se dirige. O público homossexual é alvejado de maneira que esse locutor também se coloca como alvo daquilo que enuncia. Nas colunas, não simplesmente se fala *do* homossexual, mas para tanto, marca-se no fio enunciativo que essa voz que *diz de* também se inclui no que é dito. Isso acaba por respaldar, de certa forma, esse dizer *sobre*, que oscila entre o lugar de quem fala do outro e o lugar de quem é falado. O *nós* acaba por funcionar como uma licença para a fala *sobre* porque essa voz também fala de si. É nessa medida que coloco o pronome *nós* com função generalizante pelo seu funcionamento que abarca também a posição-narrador nesse grande grupo, ilusoriamente homogêneo, que é a comunidade *gay*. Dessa maneira, para entendermos como funcionam essas formas de referir que generalizam, avancemos.

O termo *homossexual*, por sua vez, também trabalha esse processo de homogeneização da homossexualidade, sendo uma forma designativa que inaugura as questões em torno da identidade homossexual e historicamente se presta à referência a esses sujeitos. Nas colunas, o termo *homossexual* opera na construção de um leitor homogêneo, ou seja, essa designação cria um sujeito-leitor que se iguala a todos os outros sujeitos-leitores pelo reconhecimento intersubjetivo de pertencimento a esse grupo de sujeitos que funcionam sob a denominação de homossexual.

O termo *gay* também trabalha esse processo de homogeneização, mas numa ordem ressignificativa dos sentidos de homossexualidade. Não estou dizendo que os sentidos do termo *homossexual* se estagnaram e se estabilizaram nos processos discursivos – o que seria um paradoxo ao próprio conceito de *discursivo* – mas que o termo *gay* atualiza nas colunas outros sentidos além daqueles acionados pelo termo *homossexual*. As filiações de sentido promovidas pela enunciação do termo *gay* já apontam para um funcionamento que atualiza nas colunas sentidos de festividade, alegria e, sobretudo, um modo de vida em torno da homossexualidade.

São, então, três os funcionamentos de *gay* que nos fazem afirmar que esse termo aponta para um modo de ser/viver em detrimento de um sujeito que se identifica pela sua prática sexual.

O primeiro funcionamento pode ser percebido na expressão *Foi a uma boate gay* (cf. SD5). Nela, o termo *gay* está adjetivando um lugar de diversão e festa, a boate. Não seria equivalente, por exemplo, uma substituição de *gay* por *homossexual* nesse caso. Não seria o

mesmo se disséssemos *boate homossexual*. O termo sobre o qual pode incidir os sentidos de festa e alegria é o termo *gay*.

Esse termo aparece também em referência, num segundo funcionamento, às questões ligadas à comunidade homossexual, quando se aponta para um modo de vida em torno da homossexualidade, em detrimento de uma identificação restrita à prática sexual. Temos, então, construções nas colunas como *Ou de mentiras infames dentro e fora do casamento gay* (fevereiro 2001). Aqui, *gay* funciona na adjetivação do casamento, fazendo deslizar os sentidos que reduzem a homossexualidade ao sexo e apontando para um modo de ser/viver.

Num terceiro funcionamento, o termo também aparece para denominar os sujeitos homossexuais, como em *O que um gay leva para o segundo encontro?*(*idem*). Nesse caso, temos a denominação de um sujeito homossexual que pode se enquadrar nesse mesmo modo vida que inclui casamento, encontros, etc. É nessa medida, então, que afirmamos que o termo *gay* funciona na referência a um modo de vida em detrimento da identificação somente pela prática sexual.

O termo *guei*, em português, não é observado nas colunas no primeiro ano do material dessas análises (junho de 2000 a junho de 2001). Nesse primeiro ano só se observou o uso do termo *gay*. Já no segundo ano destas análises (junho de 2005 a junho de 2006) há a presença sistemática do termo *guei* no lugar de *gay*. Mas, como já dissemos, não pode haver na língua uma simples substituição vocabular sem que isso acarrete movimentos semânticos. Observa-se que, nas colunas, o termo *guei* também funciona na expressão dos modos de vida em torno da homossexualidade, mas apontando para algo que desliza, a partir da matriz norte-americana, para uma homossexualidade brasileira. Temos, nas colunas, construções do tipo *como mostram [os skinheads] em recente ataque a mais de um point guei em São Paulo* (abril 2006) ou em *boate guei em São Paulo* (*idem*). Podemos notar que o termo *guei* continua designando a festividade como em *boate guei* e modos de organização social em torno da homossexualidade como em *point guei*. Mas temos na língua, mais especificamente no termo *guei*, uma resistência. Resistência esta que aponta para modos de subjetivação que giram em torno de uma homossexualidade brasileira.

Como os sentidos estão em permanente processo de movência e como as direções para as quais se movem esses sentidos também não são uniformes, o termo *guei* desliza e passa a designar também os sujeitos, mesmo quando se fala em homossexualidade atrelada a uma prática

sexual, como na expressão “*gilete*” (*guei que dá e come*), da SD4. Temos nessa expressão, então, sentidos que apontam para um modo de vida abrindo também espaço para esse lugar interdiscursivo impregnado dos sentidos onde o sexo identifica esses sujeitos, ou seja, esse modo de vida particular em torno da homossexualidade também comporta o sexo que diz desses sujeitos desde o aparecimento das questões identitárias em torno dessa mesma homossexualidade. *Guei* aponta, então, para uma homossexualidade ou para um homossexual que possui modos de vida que se realizam com cor local.

b) As formas de referir de sexualidade

O que me levou a esse segundo grupo de formas de referir foi o fato de elas funcionarem em torno de uma identificação de sujeitos ligada a uma prática sexual. Não nego que essa prática sexual aponta para um modo de ser sujeito, Mas esse modo de subjetivação acaba passando por um critério que remete à sexualidade e ao ato sexual em si. Coloco nesse grupo, as denominações *bofe*, *ativo* e *gilete*, além do sintagma *sexualmente atraído por outro homem*. Nelas, esse lugar interdiscursivo que liga homossexualidade a sexo marca diretamente as formas de dizer do homossexual a partir de um critério que leva em conta sentidos que falam da homossexualidade a partir de sua prática sexual.

Aponto, nesse grupo de denominações, o termo *bofe*, (cf. SD4). Essa denominação funciona nas colunas promovendo a atualização de sentidos que atrelam o sujeito homossexual a uma matriz de gênero masculino, que desempenha o papel de ativo na relação sexual. Observamos em “*bofe*” (*parceiro ativo*), como na SD4, uma identificação por características que se ligam ao homem, o que promove, por desdobramento semântico, o comparecimento de sentidos de masculinidade, de virilidade se atrelando a esse sujeito designado por *bofe*. Esse termo acaba por dicotomizar os sentidos das formas de referência aos sujeitos homossexuais, colocando no outro extremo dessas características masculinas a efeminação dos sujeitos homossexuais que se designam por *passivos*. A estes últimos ficam reservados os sentidos de fragilidade e, como dito, de efeminação que são ligados à feminilidade. Dizer *bofe*, então, aponta para a marcação de um homossexual que não é passivo, que não é efeminado, que não traz, em seus modos de subjetivação, características femininas.

Funcionando, também, a partir dessa matriz de gênero masculino aponto o termo *ativo* (cf. SD4). As implicações da denominação pelo termo *ativo* se dão a partir, primeiramente, do ato sexual propriamente dito, uma vez que o ativo desempenha um papel específico e marcado na relação. Os sentidos que identificam, então, os sujeitos homossexuais ativos vão além do ato sexual, se expandindo, como o termo *bofe*, para um modo de subjetivação que traz em si características de masculinidade e virilidade.

Mais um termo desse grupo de formas de referir para o qual chamo a atenção é o termo *gilete* (cf. SD4). A partir dele se denomina um modo de ser sujeitos homossexuais que, no ato sexual, podem desempenhar tanto o papel de ativo quanto o de passivo. Essa identificação dupla às matrizes genéricas homem/mulher acaba por produzir um sujeito que se coloca também num entrelugar, onde as identificações relativas à prática sexual se reorganizam a partir de características de masculinidade e efeminação ao mesmo tempo.

Destaco também nesse grupo o sintagma *sexualmente atraído por outro homem*, (cf. SD5). O que serve como construção desse sujeito que passa, então, a fazer parte da comunidade *gay*, é uma descoberta que se efetua na esfera da atração sexual por outros homens. Ser homossexual, aqui, funciona na manutenção de sentidos que colocam o homossexual como um sujeito identificado por suas práticas sexuais. Sujeito este que tem sua identidade atrelada à esfera do sexo, ou seja, ser *gay* iguala-se a sentir atração sexual por homem.

É importante dizer que, em termos de funcionamento nas colunas, as denominações *ativo* (e por desdobramento *passivo*) e *gilete* se filiam interdiscursivamente a um comportamento sexual baseado nas matrizes genéricas de homem e mulher, mas apontam para sujeitos que possuem modos de ser específicos. Esses processos de identificação a partir da prática sexual ultrapassam os limites da cama para compor também num modo de existência de sujeitos dentro do que se chama comunidade homossexual.

c) As formas de referir estigmatizantes

Neste terceiro grupo de formas de referir, coloco as denominações *bofe*, *ativo* e *gilete*, além do sintagma *sexualmente atraído por outro homem* e o período *espero que você pegue aids e morra logo*²⁴ (que pode ser desdobrado, numa relação de paráfrase em *portador do HIV*).

Chamo de formas de referir estigmatizantes os termos que têm o potencial de colocar o homossexual num lugar pejorativo por estigmatizar a homossexualidade. O lugar interdiscursivo do preconceito e da discriminação se atualiza nessas denominações de forma a fazer da homossexualidade algo passível de julgamento de valor e de ironia. É válido mencionar que essas denominações de estigma funcionam pelas palavras do outro sobre a homossexualidade, ou seja, quem estigmatiza é um outro ou um outro lugar de enunciação. E esse dizer do outro entra nas colunas de forma ressignificada apontando para deslizamentos nas próprias formas de estigmatizar.

Um termo regular nessas análises é *bicha*. Já vimos, no histórico das denominações, o quão negativo é denominar pelo termo *bicha*. Por uma aproximação a características de efeminação, esse sujeito designado por *bicha* é significado pelo estigma de um olhar social que recrimina os sentidos de efeminação que esse termo aciona. Nas colunas, esse termo comparece em dois funcionamentos.

O primeiro funcionamento de *bicha* se efetua a partir do dizer do lugar do outro e estigmatiza a homossexualidade, como nesta seqüência:

SD8 - Assim ocorreu em dezembro do ano passado, com a *Rede TV!*, quando seis grupos de direitos humanos de São Paulo (entre eles quatro ONGs de direitos homossexuais) entraram com uma ação cível junto ao Ministério Público Federal contra os programas de João Kléber. Exemplos dos títulos de algumas pegadinhas apresentadas no *Tarde Quente*, um dos seus programas na *Rede TV!*: “Bicha atrevida faz pedestre se passar por gay e apanha”; “Bichas fazem festa no banheiro, irritam as pessoas e apanham”; “Acha que vai ser servido por ‘gostosa’ mas é travesti”; “Repórter faz pedestre passar por marido de travesti e apanha”; “Ator insiste que pedestre é gay e acaba apanhando”. O resultado do processo saiu em uma semana, com uma punição inédita na história brasileira. A *Rede TV!* foi obrigada a pagar a produção de trinta programas culturais sobre direitos humanos de vários grupos sociais, para exibir no horário do *Tarde Quente*, por seis semanas. Três desses programas falavam sobre homossexualidades, num esquema de contra-propaganda às

²⁴ Não se trata de uma denominação ou sintagma, mas de uma oração que produz efeitos de construção de uma subjetividade homossexual. Por isso, a opção por trabalhar com essa oração dentro das formas de referir ao homossexual, mesmo sabendo que se efetua, aqui, um corte no tipo de fragmento lingüístico posto em análise. A opção pela manutenção desse corte se deve ao fato de se crer que a oração trabalha também uma produção de sentidos que dizem do homossexual.

mensagens preconceituosas veiculadas nos programas do João Kleber. (fevereiro 2006 – sublinhado meu)

Nesse primeiro funcionamento, os sentidos que são acionados pelo termo *bicha* funcionam de forma a colocar a homossexualidade em lugar negativo, no lugar daquilo que pode servir de zombaria, na estigmatização desses sujeitos. É válido ressaltar que fica marcado no fio discursivo, por meio das aspas que introduzem um discurso direto, um outro que diz dessa forma do homossexual, ou seja, não é nas palavras da posição-narrador que o estigma ocorre, mas é presentificado nas colunas esse outro lugar onde denominar por *bicha* funciona sob a forma de estigma.

No segundo funcionamento, o termo *bicha* se aproxima de um deixar falarem todos os sentidos de homossexualidade, incorporando o estigma e correndo seu sentido na promoção de um deslizamento que aponta para uma *bicha* de outra ordem. É como se dizer *bicha* assumisse o estigma e devolvesse para esse outro lugar que estigmatiza o termo já com seus deslizamentos de sentido. A corrosão se dá pela assunção e pela devolução resignificada do termo numa disputa de sentidos que determinará qual deles falará mais alto sobre o termo *bicha*. Nesse segundo funcionamento, esse dizer do outro não é silenciado pela posição-narrador. Ou seja, ocorre também o uso do termo *bicha* na posição-narrador, sem uma atribuição a um dizer outro. Temos, também, o emprego de *bicha* como em construções *Daí porque o enrustimento costuma ser o pior inimigo das bichas, por trair o seu amor(...)*, (cf. SD2 – sublinhado meu). Ou ainda em construções como *Por motivo semelhante, um homossexual que tem horror de desmunhecação irá se travestir de bicha discreta* (dezembro 2005 – sublinhado meu). Temos o emprego do termo como se a posição-narrador estivesse dizendo para essa exterioridade estigmatizadora: se você me chama de *bicha*, sou *bicha* sim e daí?!

O termo *biba* também funciona nesse movimento de devolução ao outro desse lugar de estigma em que a alteridade coloca a homossexualidade. Percebemos esse funcionamento em construções como *conheço um bocado de bibas que vivem se punindo indiretamente*, da SD 3. Na designação de sujeitos pelo termo *biba*, a posição-autor resignifica também esse estigma de efeminação e aproximação com o universo feminino que recai sobre os sujeitos homossexuais. Assumir-se *biba* desloca, de certa forma, o lugar do estigmatizado naturalizando e assumindo a

denominação por *bibas* e devolvendo o dizer ao outro como se o incômodo de ser estigmatizado estivesse corroído. Também é como se a posição-narrador dissesse: sou *biba* sim, e daí?!

A última denominação que colocamos nesse conjunto é o termo *viado*. Também vimos, no histórico dessa denominação, como sentidos de efeminação são acionados e atribuídos ao sujeito homossexual quando se denomina pelo termo *viado*. O funcionamento desse termo nas colunas se difere dos outros desse grupo não por ser menos estigmatizante, mas pela relação da posição-narrador com o outro lugar de enunciação que diz *viado*. Observamos o termo em construções como *O pai apanhou uma espingarda para atacar o filho viado. Ao final de uma conferência familiar, o veredicto foi: “Ou deixa de ser viado, ou cai fora de casa”*, da SD 5, ou na construção *na fantasia mercadológica, viado só pensa no corpicho* (junho2006) ou ainda *para eles [os skinheads], viado é criminoso* (idem). Percebemos que o termo *viado* é sustentado na posição-narrador funcionando no discurso indireto livre. Nos exemplos anteriores, *viado* é o termo que usa o pai, a fantasia mercadológica ou os *skinheads* para designar o homossexual. Essa sustentação na posição-narrador pelo discurso indireto livre sem que haja uma incorporação do termo acaba por marcar que os sentidos que são acionados pelo termo *viado* e o estigma decorrente dele são das palavras do outro. A posição-narrador, então, com o discurso indireto livre denuncia essa outra voz que estigmatiza o homossexual sem assumir para si o termo *viado*.

Para fechar esse grupo, aponto o período *Espero que você pegue aids e morra logo*, (cf. SD5). Já falamos na seção anterior de como os sentidos de *gay* se ligam ao de Aids no imaginário social. Esses sujeitos seriam, então, portadores por excelência do HIV por seu comportamento sexual promíscuo e com número exacerbado de parceiros. Nas colunas, o comparecimento desse sintagma em discurso relatado - lembrando que essas são as palavras do irmão mais velho (cf. SD5) - promovem a atualização desses sentidos que ligam homossexualidade à Aids para falar de um dizer exterior que coloca o homossexual nessa condição de portador do vírus do HIV. A corrosão desse sentido de *gay* como portador do HIV se dá quando a posição narrador coloca esse mesmo sujeito de quem fala na SD 5 como um *lutador* (desenvolvo essa forma de referir mais adiante no quarto grupo das formas de referir).

Dessa forma, as formas de referir de estigma marcam um outro lugar de onde o homossexual é falado e é estigmatizado. Nas colunas, há ora a incorporação desses termos ocorrendo uma corrosão e ressignificação dos mesmos (*bicha* e *biba*), ora a denúncia desse outro

lugar que estigmatiza o homossexual (*viado* e *bicha*, no seu primeiro funcionamento apontado aqui).

d) As formas de referir de cidadania

Coloco, neste grupo, os termos *lutador*, *cidadão* e *festeiro* (ao qual chego por paráfrase do nome *festa*). Aqui, há uma referência ao homossexual de uma forma que, de certa maneira, rompem-se as filiações de sentido que colocam a homossexualidade no lugar do estigma ou do sujeito identificado somente pelo seu sexo.

A primeira forma de referir para que aponto nesse grupo é o adjetivo *lutador*²⁵ e seu funcionamento em construções como *Eu o conheci sete anos depois desse fato, e constatei que ele continua um lutador, não abriu mão de sua sexualidade*, (cf. SD5). Como já mencionado antes, esse termo abre à homossexualidade um espaço para um sujeito que pode reivindicar direitos, para um sujeito que pode lutar por algo na sociedade. O termo *lutador* estabelece relação com as formas de referência da SD5 como *portador do HIV, sexualmente atraído por outros homens* e ainda *viado*. É nesse ponto que apresentamos as formas de referir de cidadania como um deslocamento que faz deslizar os sentidos de homossexualidade para outros sítios de significância que compreendem a luta por direitos como sentidos que dizem desses sujeitos. Esse sujeito homossexual que é designado também por sua prática sexual e pela promiscuidade que o leva a ser portador do HIV pode ser lutador e lutar pelo seu direito ao sexo, abrindo um espaço de cidadania que compreende suas identificações pela prática sexual.

Outra forma de referir que coloco nesse grupo é a denominação *cidadão*, da SD 6. Na construção *quem sofre danos morais são os cidadãos discriminados com base naquilo que fazem na cama* (negrito meu), temos o apontamento para um sujeito que tem direitos de cidadania na sociedade que o discrimina. Por meio dessa denominação, podemos dizer que homossexual se iguala a cidadão. As implicações dessa denominação apontam para o direito a essa sexualidade que fala da homossexualidade, ou seja, o apontamento para a cidadania acaba por conferir ao homossexual o direito inclusive ao sexo.

²⁵ Justifico a escolha pelo trabalho com o adjetivo *lutador* por considerar que, se denominar é também predicar, o adjetivo compre bem esse papel de predicação e pode figurar como uma forma de referência. Por essa razão, me autorizo a colocar o adjetivo *lutador* como forma de referir.

Por fim, coloco o adjetivo de referência *festeiro* (a que se chega por paráfrase do nome *festa*, da SD7), como a última forma de referir desse grupo. Esse termo já é apontado desde a entrada do termo *gay* para a designação dos sujeitos homossexuais. A festa passa a significar a homossexualidade na medida em que a alegria e um modo de vida festivo passam, semanticamente, a falar desses sujeitos. Nas colunas, essa festividade do homossexual comparece justamente apontando para esse modo de vida particular que compreende a festa.

Como apresentado nesta seção, temos 4 grupos de formas de referir com funcionamentos distintos nas colunas. Para melhor organizar esses quatro grupos das formas de referir que apresento nestas análises, observemos o quadro a seguir:

Quadro 1 - AS FORMAS DE REFERIR: FUNCIONAMENTO NAS COLUNAS

GRUPOS DE FORMAS DE REFERIR	AS FORMAS DE REFERIR	FUNCIONAMENTO DAS FORMAS DE REFERIR NAS COLUNAS
FORMAS DE REFERIR GENERALIZANTES	homossexual	Cria a ilusão de um leitor homogêneo e de um grupo de sujeitos também homogêneo
	<i>gay</i>	Marca a entrada de um modo de vida outro na homossexualidade brasileira
	guei	Marca a resistência a algo da cultura norte-americana apontando para uma homossexualidade com cor local
FORMAS DE REFERIR DE SEXUALIDADE	sexualmente atraído por outros homens	Aponta para um modo de ser homossexual ligado à sua prática sexual
	bofe	Marca um modo de ser sujeito que se difere dos outros sujeitos homossexuais por um critério genérico de masculinidade
	ativo	Marca um sujeito homossexual pelo seu comportamento no ato sexual, com desdobramentos

		também para um modo se ser desse sujeito
	gilete	Marca um sujeito que se identifica num entrelugar que tem como base ambas as matrizes genéricas (homem e mulher)
FORMAS DE REFERIR ESTIGMATIZANTES	potencial portador do HIV	Marca o homossexual por sua promiscuidade que leva à doença
	bicha	Marca uma alteridade que estigmatiza o <i>gay</i> e resiste, pela assunção do termo, a essa alteridade estigmatizadora
	biba	Também resiste, pela assunção, a um outro lugar que diz do homossexual de forma estigmatizada
	viado	Denuncia, em discurso indireto livre, uma alteridade que estigmatiza o homossexual
FORMAS DE REFERIR DE CIDADANIA	lutador	Marca um sujeito que pode lutar pelo direito ao sexo
	cidadão	Marca um espaço de cidadania para os sujeitos homossexuais
	festeiro	Deriva dos sentidos de <i>gay</i> e aponta para um modo de vida marcado pela festa, pela alegria

A partir desse quadro das formas de referir (quadro 1), podemos entender, então, como funcionam os modos de referencialização na fala sobre o homossexual no decorrer da elaboração das análises das colunas que aqui apresento.

As *formas de referir generalizantes* nos permitem perceber como esses termos se configuram como formas de se referir de maneira geral ao homossexual. As formas de referir generalizantes promovem um recorte que agrupa esses sujeitos de maneira a promover um efeito de homogeneização do que é recortado. Elas fazem falar sentidos diferentes sobre o que

denominam, mas acabam por promover uma espécie de homogeneização dentro do que se entende por homossexualidade. Esse recorte generalizante acaba por funcionar como um movimento da posição-narrador que visa agrupar as diferentes subjetividades sob o nome de homossexual para colocá-las em outro lugar. Esse outro lugar diz respeito ou lugar da cidadania, como podemos ver no quarto grupo de formas de referir.

É nessa medida que essa generalização promovida pelo termo *gay* dá sinais dos conflitos que ele gera mesmo na língua. Se observarmos as siglas que se referem ao movimento homossexual no Brasil, podemos ver que o funcionamento do termo não consegue sempre ser um denominativo de todos pelos próprios conflitos identitários que ficam silenciados pela denominação pelo termo *gay*. Observemos em que medida isso se dá:

SD 9 – A Livraria Futuro Infinito, a primeira GLS no Brasil, está ameaçada de fechar, por falta de clientes. (...) Causa estranheza, por exemplo, o desamparo da comunidade GLBT paulistana na gestão de Marta Suplicy. (maio 2002, sublinhado meu)

Nessa seqüência, chamamos a atenção para o funcionamento das siglas no cenário das denominações para homossexual e homossexualidade²⁶. A primeira delas, GLS, significa *Gays, Lésbicas e Simpatizantes*, enquanto que a segunda, GLBT, significa *Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros*.

A sigla GLS passa a ser usada quando se designam lugares, boates, etc, freqüentados pelo público homossexual. Podemos, mais uma vez, perceber o apontamento para uma multiplicidade dentro do que se recorta como homossexualidade. A partir dessa sigla, dividem-se homossexuais masculinos (*gays*), homossexuais femininos (lésbicas) e aqueles que não se enquadram em nenhuma das denominações anteriores, mas compõem uma categoria social à parte pelo fato de terem “simpatia” ao que se refere à homossexualidade (simpatizantes). Essa sigla passa a significar, então, os ícones da comunidade homossexual na medida em que o seu emprego serve para que se faça uma oposição ao que não pertence a esse grupo. É válido, também, ressaltar o uso da sigla como algo que faz calarem sentidos, como num silenciamento de sentidos de *gay*. Teríamos, dessa maneira, uma oposição heterossexual *versus* GLS, no lugar de *gay*. A sigla

²⁶ Análise em decorrência de conversa com orientadora.

passa a adjetivar tudo aquilo que pertence à homossexualidade se opondo àquilo que não pertence. Diz-se, então, boate GLS, festa GLS, vídeo-locadora GLS, etc.

Como já vimos discutindo anteriormente, o termo *gay* acaba por dizer de uma gama de outras formas designativas de homossexual. Isso acarreta, mais uma vez, um apagamento de características que identificam subjetividades dentro da própria comunidade homossexual. Não estamos dizendo, mais uma vez, que o termo neutraliza sentidos ou se instaura de forma neutra. Há, ao mesmo tempo, um redirecionamento e um acionar de uma memória para os sentidos de homossexualidade. Mas esse movimento de circunscrição de outras formas denominativas pelo termo *gay* acaba por inaugurar conflitos designativos dentro da própria comunidade homossexual, que não se apresenta de forma homogênea e não produz subjetividade de maneira a haver apenas uma homogeneidade na produção de sujeitos. Caminhamos, então, para uma cisão na própria sigla GLS, que não dá conta de abarcar sob a designação do G (*gay*) as subjetividades que sob ela funcionam. Esse conflito gerado pela mesma maneira de designar ativos, passivos, versáteis, giletes, travestis (homem que se traveste de mulher e geralmente trabalha com prostituição), transformistas (homem que se traveste de mulher para fazer shows de dança ou de humor em casas noturnas), barbies (*gays* que se definem por seus corpos musculosos), bofes, homossexuais masculinos, etc, acaba por explodir a sigla GLS em GLBT. Do G (*gays*) saem B (bissexuais) e T (transgêneros) marcando as relações dentro da própria comunidade *gay* e as assimetrias subjetivas que a designação *gay* implica. Ultrapassa-se o limite que garante o pertencimento de subjetividades como os transexuais e os bissexuais dentro de uma mesma designação para homossexualidade.

Podemos apontar, também, para quando uma sigla é usada em detrimento da outra. A sigla GLS é encontrada freqüentemente para a adjetivação de lugares como boates, festas e estabelecimentos que têm a comunidade *gay* como público. A sigla GLBT é cunhada como derivação da primeira em ocasião da fundação, em 1999, da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Essa associação passa a organizar as Paradas do Orgulho GLBT, que acontecem no mês de junho em São Paulo e nos meses seguintes por todo o país. Percebe-se que, enquanto a sigla GLS fala do lugar comercial (designa estabelecimentos) e serve como oposição ao que é heterossexual, a sigla GLBT fala do lugar político-militante e é usada para designar os eventos em que se toma como alvo a temática da diversidade sexual ou ainda para qualquer assunto que se refira à homossexualidade com sentido militante.

Dentro dessa profusão de formas designativas para o homossexual, que são sintomas do próprio movimento permanente dos processos de subjetivação desses indivíduos interpelados em sujeitos – para parafrasear Althusser –, notamos que há diferentes subjetividades que mantêm entre si relações de disputa, de prestígio, de exclusão, etc., mostrando a diversidade dentro da diversidade, ou seja, as múltiplas formas de ser sujeito homossexual na sociedade brasileira de nossos dias.

As *formas de referir de sexualidade* ativam os sentidos de uma prática sexual que define e subjetiva sujeitos, ou seja, elas materializam modos de ser sujeito que se definem pela prática sexual. Temos então, um sintagma denominativo que iguala homossexualidade à atração sexual por homens (sexualmente atraído por homens) e outras formas denominativas que são atravessadas pelas matrizes de gênero de masculino e de feminino tanto na prática sexual como nos modos de ser, como no caso de *bofe*, *ativo* e *gilete*, o que atualiza sentidos interdiscursivos que colocam o *gay* perto do sexo.

As *formas de referir estigmatizantes* marcam o lugar pejorativo onde é colocado o homossexual na sociedade. Essas denominações funcionam de maneira a marcar uma fala outra sobre a homossexualidade e, num movimento de assunção desse dizer sobre, ressignificam esse lugar negativo, corroendo e denunciando o estigma.

As *formas de referir de cidadania* apontam para os deslocamentos nos processos semânticos que constituem o homossexual deixando que também falem nesses sujeitos sentidos ligados à reivindicação de direitos e a construção de um cidadão de direitos em nossa sociedade.

Passemos à próxima seção para entendermos como funcionam as sustentações dessas formas de referir nas posições discursivas que comparecem nas colunas.

3.2.2 – As posições discursivas e as formas de referência

Nesta seção do trabalho, me proponho a tecer considerações sobre o jogo das posições discursivas e os efeitos de sentido promovidos pela sustentação das formas da referência ao homossexual, na tentativa de observar o funcionamento semântico dessas referências instituídas pelo lugar discursivo que as sustentam, ou seja, as posições discursivas que sustentam esse dizer *sobre*.

No imbricado das formações discursivas, dentro das formações ideológicas, o sujeito, para enunciar e para que o seu dizer ganhe sentido, ocupa o que se chama de posições discursivas, ou seja, lugares discursivos que se constituem no dinâmico do processo discursivo e significam o enunciado. Nessa perspectiva, o dizer só ganha sentido porque o sujeito se insere numa posição discursiva dentro de formações discursivas. Essas posições não estão na ordem do empírico, mas na ordem do discurso. Não é o sujeito que garante sentido ao seu enunciado, mas a inserção desse sujeito em um lugar discursivo que possui história e sustenta o dizer. A título de exemplificação, nesse material com o qual trabalhamos para estas análises, poderíamos mencionar o lugar do autor, o lugar da igreja, o lugar do homossexual, etc., funcionando na sustentação dos sentidos que são acionados nesses atos enunciativos, dentro das matrizes de sentido chamadas formações discursivas. As posições discursivas se constituem, então, como esses lugares que possuem história e são arregimentados pelo discurso que sustentam o dizer.

Uma posição discursiva que se faz relevante observar é o que chamo de posição-narrador. Retomando o item 1.3.4, faço lembrar que a concepção de autoria neste trabalho diz respeito a uma unidade que organiza a dispersão, fazendo funcionar em torno dela um certo número de textos que passam a ser atribuídos a esse autor. É nessa medida que chegamos à posição-narrador, como o lugar discursivo que se estabelece nesse recorte da dispersão em direção à ilusão da unidade.

Isso que chamamos de posição-narrador não pode ser entendido como algo que não possui história; não se trata de algo dado *a priori*, como se existisse desde sempre. O nome Trevisan é algo que remete a um processo de militância e luta em prol da defesa dos homossexuais e da construção de direitos para essa comunidade.

João Silvério Trevisan, nascido no interior do estado de São Paulo, acumula, hoje, as funções de escritor, jornalista, dramaturgo, tradutor, cineasta e ativista GLBT²⁷. Na década de 70, fundou o *Grupo Somos* (primeiro grupo militante de afirmação *gay* no Brasil) na defesa dos homossexuais. Participou também da comissão editorial do jornal *O Lampião da Esquina*, considerado como imprensa *nanica*, que conseguiu circular durante o período de ditadura militar, entre 1978 e 1981, tendo como leitores o público homossexual.

Trevisan assina, desde sua primeira edição em junho de 2000, a coluna *Olho no olho*, que materializa uma significativa abertura para conteúdos jornalísticos e sentidos voltados para uma

²⁷ Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

cidadania homossexual na revista *G Magazine*. Não somente na vida política, mas também nas colunas, o nome Trevisan funciona como uma maneira de encarar a homossexualidade, acionando sentidos que versam sobre a militância e o engajamento político na construção da cidadania do homossexual.

Na coluna *Olho no olho*, falar em posição-narrador, especificamente posição-narrador Trevisan²⁸, remete a um lugar discursivo que sustenta sentidos para a homossexualidade que dizem respeito a um trabalho de construção de uma identidade *gay* que se volta também para a construção de uma cidadania.

É nessa perspectiva em que se toma a posição-narrador como algo marcado e constituído pela historicidade que buscamos entender os efeitos de sentido da sustentação das referências nas posições discursivas que se materializam nas seqüências discursivas presentes neste trabalho.

É válido mencionar que, no jogo das posições discursivas, no qual a alteridade é conclamada a comparecer nas colunas, esse comparecimento de outros lugares e outras vozes é orquestrado por isso que chamamos de posição-narrador. Temos, dessa forma, *um dizer de si através do outro*, jogando com o título de Medeiros (2003), ou seja, são presentificadas nas colunas o que a posição-narrador diz que a alteridade discursiva diz da homossexualidade.

As análises das posições discursivas no material analisado nos levaram a dois grupos distintos: as posições que se alinham à posição-narrador (as posições de aliança) e as posições que se desalinham com a posição-narrador (posições de confronto). Passemos ao primeiro grupo.

a) As posições discursivas de aliança

Esse primeiro grupo de posições discursivas comparecem nas colunas funcionando no estabelecimento de uma aliança com a posição-narrador, ou seja, elas mantêm uma relação de simetria nos sentidos acionados nas formas de referir com a mais recorrente posição discursiva nas colunas, a posição-narrador. Vejamos.

²⁸ Julgo necessária a distinção entre função-autor e posição-narrador. A função-autor seria, em termos foucaultianos, esse nome que recorta e singulariza os textos dentro de uma dispersão de enunciados. Já o que chamo de posição-narrador Trevisan diz respeito a uma posição discursiva que se constrói historicamente acionando em torno de si sentidos de militância e engajamento político em prol da homossexualidade. A função-autor pode se inserir em várias posições discursivas. Ela pode funcionar na posição-igreja, na própria posição-narrador, na posição-homossexual, etc.

SD10 – O escritor inglês Allan Hollinghurst, homossexual assumido que sempre cria protagonistas gueis em seus romances, também manifesta seu desencanto. Numa entrevista recente, ele disse lamentar que os homossexuais tenham perdido sua “dimensão heróica na civilização ocidental”. Não sei se concordo com tal associação entre heroísmo e homossexualidade. Mas, à parte isso, para ele, a cena guei atual oferece um espetáculo de homogeneização. E eu concordo. Na vida social guei, tudo é cada vez mais parecido, até beirar o conformismo. (abril 2006)

Na seqüência acima, temos a posição posta como do escritor inglês que aparece se legitimando enquanto homossexual pelo aposto explicativo *homossexual assumido*. Temos uma posição que é colocada em lugar de prestígio, pelo seu lugar na literatura e pela sua nacionalidade, já apontando para um efeito de sentido produzido pelo fato de ser ele de nacionalidade inglesa, ou seja, de um país da Europa, símbolo de desenvolvimento, etc. A condição de homossexual de alguém que possui prestígio por ocupar a posição de escritor de uma nacionalidade valorizada funciona aparentemente como uma positivação do *gay*, quer dizer, esse reconhecido escritor também é *gay*. Mas, por outro lado, os sentidos sustentados pela posição escritor homossexual coloca o *gay* num lugar de demérito: o aposto acaba por funcionar, discursivamente, como um mecanismo que autoriza essa voz a falar do *gay*, mas não se trata de qualquer comentário sobre o *gay*. Trata-se de alguém que sabe o que está dizendo por também pertencer a essa comunidade e que faz comentários que apontam para a falta de engajamento do homossexual. As aspas *em tenham perdido sua “dimensão heróica na civilização ocidental”* trabalham nesse distanciamento da posição narrador para a atribuição do dizer a uma alteridade, no caso, o escritor inglês. É marcado por esse sinal de alteridade o que é do um e o que é do outro para que os dizeres sobre o homossexual tenham, ilusoriamente, uma origem para que é dito.

A relação entre a posição-narrador e a posição-escritor inglês é de alinhamento. Dá-se voz a alguém que olha para a questão também de um lugar interior (no caso, o escritor), o que autoriza dizer do homossexual não como qualquer voz, mas como a voz de quem realmente sabe do que está falando. Há, por parte da posição-narrador um compartilhamento do sentido na produção do homossexual. Nessa seqüência confere-se ao homossexual um lugar negativo; o lugar do não-engajamento pela construção de sua cidadania.

Passemos a próxima seqüência.

SD11 – Fico assustado com o que tenho visto e ouvido sobre o desvairado consumo de drogas entre homossexuais. E não só os jovens. Um amigo nada careta descreveu horrorizado o clima de fim de festa numa famosa boate guei de São Paulo. Ele apareceu lá pela manhã e encontrou um bando de zumbis caindo pelos cantos. Ficou ainda mais chocado quando um amigo querido não o reconheceu, de tão drogado. (abril 2006)

Mais uma vez, temos o comparecimento da posição-narrador (“Fico assustado...”) em relação a outra posição, a posição-amigo (“Um amigo nada careta descreveu... tão drogado”). Essa posição que comparece junto com a posição-narrador trabalha na legitimação de um lugar que se pretende conferir ao homossexual. Aqui, a equação lingüística²⁹ que se cria é: gay + droga= lugar de depreciação. A posição-amigo, que aqui está identificada pelo fato de não ser conservador, na concepção do autor (“um amigo nada careta descreveu...”), trabalha no papel da realização desse lugar do *gay*, pois funciona como a voz do testemunho; é o relato de um fato. De certa forma, essa posição aparece não apenas se alinhando à posição-autor, mas legitima um sentido de *gay* construído pela incontestabilidade de algo que é fato e que funciona como verdade absoluta.

Passemos a mais um seqüência.

SD12 – O ato de fumar é bastante emblemático: como ele você mantém a boca ocupada por um objeto (o cigarro), movimentos (de sugar e expelir a fumaça) e gostos (o do cigarro em si, mas também outros gostos solicitados, como a bebida e o café). Não vou entrar no Mérito psicanalítico da questão, que remete à fase oral quando precisávamos do peito materno e, após o desmame, de uma chupeta. *Quer dizer*, as drogas apontam para um desamparo infantil que busca reforço fora de si. (abril 2006)

Temos, aqui, a posição-psicanálise (“Não vou entrar no mérito psicanalítico da questão...”). Essa posição acaba por produzir efeitos de verdade sobre o que afirma por funcionar como voz da ciência. A posição que fala do homossexual é uma posição legitimada, nesse caso, pela sua confiabilidade por se tratar de ditos baseados em estudos psicanalíticos. Após uma remissão a um quadro psicanalítico de dependência e carências, temos um *quer dizer* que funciona como uma espécie de ponte de ligação direta para o que enuncia a posição-narrador (as

²⁹A expressão *equação lingüística* é cunhada por Mariani (1998, p.18) e definida por Soares, 2006, p. 64) como aquilo que designa uma equivalência de sentidos entre duas ou mais expressões produzidas e recorrentes no interior de uma formação discursiva a partir de determinadas condições de produção.

drogas apontam para um desamparo infantil que busca reforço fora de si). E nessa tentativa de equivalência entre os sentidos acionados pela posição-psicanálise e posição-narrador, como se fosse dito exatamente a mesma coisa pelas duas posições, ocorre o que chamo de aliança de posições discursivas, ou seja, a posição-psicanálise, que se presentifica aqui como a voz científica, e por isso absoluta, se linha mais uma vez à posição-autor para conferir ao *gay* o lugar da dependência, da falta e do desamparo.

Aponto para uma regularidade nas colunas no que diz respeito a essas posições que aparecem em concorrência com a posição-narrador. Podemos perceber pela posição-escritor inglês, pela posição-amigo e pela posição-psicanálise o comparecimento de alteridades discursiva que funcionam num movimento de aliança com a posição-narrador. Mas não só de alianças se fazem as relações entre as posições discursivas nas colunas. Passemos ao outro grupo de posições.

b) As posições discursivas de confronto

Esse segundo grupo de posições, diferentemente do primeiro, mantém com a posição-narrador uma relação de desalinhamento e confronto. Observemos.

SD13 –Um longo documento publicado em 2003, sob seu [do Papa João Paulo II] pontificado, dizia que “as relações homossexuais estão em contraste com a lei moral natural” e denunciava o “caráter imoral” da união entre pessoas do mesmo sexo. Nada mudou no pontificado de Bento 16. Em 30 de novembro último, o Vaticano publicou um documento visando impedir que entrem no seminário ou sejam ordenados padres todos aqueles que “praticam o homossexualismo; apresentam tendência homossexual profundamente arraigada; e sejam engajados na considerada ‘cultura gay’” (...) Já trepei com seminarista homossexual que tinha burlado a vigilância de seus superiores, por não desmunhecar. Assim, não imagino quais evidências de homossexualismo a Igreja buscará. Que tal utilizar o velho teste da farinha? Par quem não sabe, conta-se que antigamente se mandava o suspeito de viadagem sentar em cima da farinha, para testar a dimensão do seu ânus. (fevereiro – 2006)

Nessa seqüência, a alteridade é posta como posição-igreja católica, que aparece nas aspas e no termo *homossexualismo*, em discurso indireto livre. Essa posição é colocada em relação com a posição-narrador.

No que diz respeito à posição-igreja católica, temos a voz do documento. Não são simplesmente os papas que dizem, mas os documentos que aparecem sob seus pontificados. A força desses dizeres se acentua devido a essa característica documental. E o lugar onde é colocado o *gay* nesses documentos é, mais uma vez, o da imoralidade, da perversão e da anormalidade. Ouvimos ecoar o discurso moralista que condena práticas sexuais que destoam da conduta dita normal.

Chamo a atenção para forma como a posição-narrador compõe o contraponto ao documento da igreja. A posição-igreja católica é apresentada em um registro formal com aspas operando na tentativa de reprodução fiel do dizer, ou seja, teríamos, com as aspas, a ilusão autoral da reprodução fiel do que está dito no documento, numa suposta apreensão exata da enunciação outra (AUTHIER, 2004). Essas aspas funcionam na ilusão do sujeito sobre a possibilidade de captura e reprodução do sentido do enunciado em seu momento de enunciação. Portanto, trabalha-se com um sentido de homossexualidade no catolicismo; com um sentido de que se lança mão numa exterioridade (no caso, na igreja católica), que é trazido à coluna para ser denunciado e desautorizado.

Quando a posição-autor começa a dizer (“Já trepei... seu ânus”), notamos, no vocabulário, termos como *trepei*, *desmunhecar* e *viadagem*, e um caráter subversivo quando relacionados à voz documental. É com termos chulos que a posição-narrador marca seu desalinhamento ao documento. A moralidade e o que ele (o documento) diz do *gay* são devolvidos numa espécie de moralidade outra, que assume o sexo como de si e não significa sua prática sexual sob o discurso moralista dessa igreja. Aqui, a posição-narrador e a dos representantes da igreja se diferenciam não pelo celibato em detrimento à prática sexual, até por que é dito que ambos praticam sexo, mas por como significa o sexo nessas posições discursivas. Na posição-igreja católica, sexo se iguala à imoralidade e na posição-narrador essa imoralidade é corroída por um discurso irônico que significa o sexo sob uma outra ordem de moralidade.

O que afirmo é que a posição-narrador não silencia o que é dito sobre o *gay*, mas trabalha num jogo de disputa de sentidos para isso que é imoral no discurso moralista da igreja católica, promovendo uma moralidade outra dentro na qual se insere assumidamente o *gay*. A ironia corrosiva que comparece na posição-narrador trabalha essa disputa de sentidos, esse jogo político que pretende uma ressignificação dessa prática homossexual voltada para a sexualidade,

fazendo-a funcionar não na imoralidade da posição-igreja católica, mas sob outra moralidade que pode compreender o sexo.

Dessa maneira, essa seqüência nos permite analisar o modo como o interdiscurso continua a fornecer sentidos voltados para a sexualidade nos processos de subjetivação do homossexual. O discurso religioso, como se sabe, condena o “homossexualismo” (assim como aparece nesse discurso) por considerá-lo uma prática destoante das leis ditas naturais. O sentido que prevalece é o de homossexualidade se igualando a sexo, na igreja católica³⁰. Tanto a posição-igreja católica quanto a posição-autor acionam sentidos que colocam o *gay* identificado pela sua prática sexual. Mas esse sexo desliza para outros sentidos na posição-narrador. Nesse ponto o marcamos o desalinhamento entre as posições. Ambas acionam para o *gay* sentidos de sexualidade, mas esse sexo funciona de maneira antagônica nas posições em questão. Temos um sujeito imoral pelo seu sexo e um sujeito que se autoriza a sua prática sexual sem que recaia sobre ele uma condenação moralista.

A posição-homossexual, isto é, o outro homossexual chamado a dizer, no caso, as bichas subversivas (Aprendi com bichas subversivas...), também aparece como uma posição que aciona sentidos de subversão para o homossexual. O que o homossexual tem a dizer sobre ele próprio diz respeito ao ato de disfarçar o que seria passível de punição no discurso moralista: a dilatação do ânus causada pela prática sexual.

Vejamos mais uma seqüência desse grupo de confronto entre posições discursivas:

SD14 - Em fevereiro deste ano, pela enésima vez, alguns rapazes, de dentro de um ônibus, insultaram homossexuais (segundo uma testemunha, gritando coisas como: “Vão morrer de aids” e “Virem homens, seus viados”). Mais ainda, jogaram coca-cola num grupo que tomava cerveja na calçada. Irritados, vários dos agredidos abriram a porta do ônibus à força e atacaram os rapazes. Como continuassem xingando, os agressores foram levados para a calçada e tomaram uns tabefes. Ora, esses homossexuais que invadiram um ônibus para punir seus detratores nada mais fizeram senão se defender. Porque se alguém atacou alguém ali foram os homofóbicos – que se surpreenderam com a reação dos viados. (junho 2005)

³⁰ É válido mencionar que a igreja católica aceita o homossexual desde que este não pratique sexo, como se esse voto de celibato retirasse esse sujeito da homossexualidade. Dessa forma, vemos como também na igreja católica, ser homossexual se reduz a uma prática de sexo.

Nessa seqüência, temos duas posições discursivas em concorrência: a posição-heterossexual, que aparece em discurso direto (“Vão morrer de aids” e “Virem homens, seus viados”), e a posição-narrador, no resto da seqüência.

Interessa observar os sentidos que são acionados nessas posições no que diz respeito à homossexualidade. Temos, então, na posição-heterossexual, uma colocação da homossexualidade como algo que se torna passível de ataque. Lugar esse sobre o qual a punição pode se voltar, porque trabalha com o acionamento de sentidos negativos guardados na história da homossexualidade, no próprio interdiscurso. No discurso direto, introduzido pelas aspas, que guarda o bloco enunciado e tenta reproduzir fielmente a palavra outra (“Vão morrer de aids” e “Virem homens, seus viados”), mais uma vez podemos observar que o lugar onde é colocado o homossexual pela posição-heterossexual é o lugar do portador do HIV ou o lugar daquele que merece repressão devido ao fato de ter abdicado de sua posição de homem na sociedade para, como funciona na posição-heterossexual, se afinizar com características que distanciam da masculinidade e se aproximam da efeminação. Além disso, o discurso direto denuncia os sentidos da homossexualidade na posição-heterossexual para deslocar esses sentidos.

Na significação do homossexual pela posição-narrador, temos então sentidos que apontam para um potencial de reação, e até mesmo de violência, por parte desse homossexual que surpreende por reagir aos insultos. Como já dito anteriormente, essa aproximação do homossexual a características femininas (inclusive passividade e fragilidade) acaba por imprimir a esse sujeito sentidos que não abarcam um comportamento agressivo, o que o relaciona à força e virilidade, o que estaria mais próximo do masculino. Por isso, temos, de certa forma, um deslocamento no que tange aos sentidos de homossexualidade, pela reação agressiva desse grupo que sofre o ataque. O que podemos ler nessa seqüência é que, também no comportamento e nas atitudes, esses sentidos de fragilidade e passividade se atrelam ao homossexual de forma que esse sujeito seja visto na sociedade como um alguém que não reage e que guarda características de docilidade. Por essa razão, o deslocamento se instaura justamente quando temos um homossexual que pode reagir, podendo ser forte e até violento. A posição-narrador acaba por colocar a reação dos homossexuais como algo justificável pela necessidade de defesa por se tratar de um grupo que sofre ataques na sociedade. O homossexual é colocado, nesse campo

semântico de guerra, como o lado atacado e que por isso precisa se defender, precisa reagir. Nessa metáfora, o exército inimigo (a sociedade representada pela heterossexualidade) não mais somente ataca, mas também recebe represálias por esse ataque. O verbo punir, que aparece na posição-narrador (*esses homossexuais que invadiram um ônibus para punir seus detratores*), diz do sentido dessa reação do homossexual: ele estaria respondendo aos ataques que se efetuam pelo próprio lugar onde os *gays* são colocados no social, isto é, o lugar do negativo. Mas não se trata só de um contra-ataque, alguém que é punido recebe essa punição por praticar algo que fere algum tipo de regra estabelecida, por desrespeitar algo. Dessa forma, a agressão dos homossexuais se torna punição porque significa como a reação contra algo que não deveria acontecer, contra uma ação injusta que se torna passível de punição.

Dessa maneira, os sentidos negativos que guarda o interdiscurso para significar a homossexualidade se presentificam na seqüência na medida em que o homossexual é passível de ataque. Mas temos uma corrosão e um deslocamento na maneira de significar o homossexual devido ao rompimento com a passividade e a fragilidade que se atrelaram a esse sujeito. E, além disso, uma questão de direitos já começa a comparecer, na medida em que esses ataques passam a ser passíveis de punição, mesmo que seja pelo contra-ataque.

Avancemos nas seqüências:

SD15 - Protestar é fundamental, mas existem múltiplas formas de protesto. Uma delas é sair em público e celebrar a liberdade. Diante de 2 milhões de pessoas nas ruas, fica bem mais difícil para evangélicos homofóbicos condená-las sob pretexto de que desafiam a lei de Deus. São milhões “em pecado”. Fica claro que a lei de Deus é uma interpretação humana, portanto subjetiva. (agosto 2005)

Na seqüência acima, vemos a posição – igreja evangélica (“em pecado”, que marca o dizer do outro sobre a homossexualidade) em confronto com a posição-narrador (todo o resto da seqüência). Nela, faz-se referência à Parada do Orgulho Gay de São Paulo, na qual, como já vimos (cf. SD7), o ritmo de festa e alegria funciona como forma de protesto e a visibilidade é um instrumento usado em prol da construção de uma cidadania *gay*. Dessa maneira, podemos ler, na

SD acima, por movimentos de paráfrase³¹ (celebre-se algo e protesta-se contra algo, ou seja, festeja-se e milita-se), denominações como *festeiro* e *militante*. Denominações estas parafraseadas sustentadas na posição-narrador. A posição-igreja evangélica, por sua vez, comparece entre aspas materializando um discurso direto (“em pecado”). Esse dizer outro sobre a homossexualidade, que de certa forma se filia à posição da igreja católica em relação à questão³², acaba por condenar o homossexual e denominá-lo *pecador*.

Apresentarei, assim, o quadro 3, no qual observei os efeitos sentidos acionados para a homossexualidade nas posições discursivas que sustentam dizeres sobre o *gay*. Nesse quadro, alteridades são trazidas para a coluna para serem endossadas ou rebatidas pela posição-narrador. Ao invés de trabalhar com cada posição discursiva identificada, como venho fazendo, passo a chamar de posição-não-narrador as posições diferentes da posição-narrador. Tal opção se deu pelo fato de a alteridade discursiva, ou posição-não-narrador, manterem relações com a posição-narrador que dispensam a identificação dessa alteridade. As cores, neste quadro serão usadas para marcar os sentidos acionados para o homossexual. A cor preta marca sentidos negativos e a cor azul marca sentidos positivos. Os efeitos de sentido acionados na construção do homossexual pelas posições discursivas são de:

Quadro 2 - AS POSIÇÕES DISCURSIVAS E A SUSTENTAÇÃO DE SENTIDOS

TIPO DE RELAÇÃO	POSIÇÃO-NÃO-NARRADOR	POSIÇÃO-NARRADOR
ALIANÇA	sem dimensão heróica (posição-escritor inglês)	conformado
	drogado (posição-amigo)	alto consumidor de droga, que assusta

³¹ Por paráfrase entendo as formulações lingüísticas que retornam a um mesmo espaço semântico. Segundo Orlandi, *os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer* (Orlandi, 2005, p. 36).

³² Essa filiação remete a um momento anterior à reforma protestante, a partir da qual há o rompimento da igreja católica e as igrejas protestantes. Nessa, medida, postulo essa filiação, uma vez que, desde a Idade Média, momento em que não havia oficialmente uma separação entre catolicismo e protestantismo, a prática da sodomia era condenada e digna de severas punições por configurar um “pecado nefando” (Trevisan, 2002).

	desamparado (posição- psicanálise)	desamparado
CONFRONTO	imoral (posição-igreja)	praticante de sexo sob outra moralidade
	passível de atacar (posição- heterossexual)	detentor do direito de reagir e punir agressor
	pecador (posição-igreja evangélica)	militante por meio da festa

O quadro 2, enquanto esquema das posições discursivas e sentidos que se sustentam nelas, nos diz bastante sobre a homossexualidade e os sentidos que funcionam na produção da subjetividade homossexual na coluna *Olho no olho*.

Uma primeira observação é a de que há uma recorrência no aparecimento de sentidos negativos para a constituição do *gay*. Mas essa negativização se opera em duas ordens distintas:

a) O primeiro grupo de sentidos negativos para a homossexualidade aparece na relação de aliança entre posição-não-narrador e posição-narrador. Pode-se observar que, na posição-não-narrador, nas relações de aliança, a homossexualidade se refere a um sujeito *sem dimensão heróica, drogado e desamparado*. Mas esse grupo de sentidos negativos se diferencia de segundo, pois temos nele sentidos que giram em torno da construção de cidadania (ou pela falta da luta por cidadania), ou seja, é por não lutar por uma cidadania de direito que o *gay* é colocado em lugar negativo. Isso implica dizer que, quando uma outra posição que comparece nas colunas se alinha à posição-narrador, são acionados sentidos negativos para o *gay*, não os sentidos de imoralidade e perversão e doença, mas sentidos que se inserem em sítios de significância onde o cidadão *gay* está em jogo. E a resposta da posição-narrador é o alinhamento a essa posição outra, endossando os sentidos que condenam o *gay* que não luta por seus direitos, quando deveria fazê-lo.

b) O segundo grupo de sentidos negativos aparece na relação de confronto. Temos na posição-não-narrador contra a posição-narrador, respectivamente, sentidos como *imoral X moral de outra forma, atacável X alguém que reage e pune*, além de *pecador X militante*. Vemos,

então, como os sentidos negativos que se sustentam num histórico de condenação e exclusão da homossexualidade se posicionam na assimetria com a posição-narrador. O outro em confronto não aciona sentidos que se ligam ao reconhecimento de cidadania para o *gay*, mas os sentidos acionados nessa alteridade em confronto com a posição-narrador funcionam se sustentando nos lugares interdiscursivos que condenam a prática da homossexualidade. Essa outra posição é trazida à cena enunciativa para ser desautorizada e corroída, ou seja, a posição-narrador desloca os sentidos para a homossexualidade sustentados pelas posições em confronto para colocar o homossexual em outro lugar, o lugar do cidadão.

Podemos observar a maneira como os discursos moralista e religioso, que significam o homossexual como sexualmente pervertido e imoral, continuam figurando nas redes semânticas que são acionadas quando se enuncia sobre homossexualidade (nas colunas, nas alteridades de confronto), apesar do trabalho de deslocamento que fazem um apontamento para outros lugares. Nas colunas, esse sujeito que já nasce no século XIX a partir de uma prática sexual e por meio de um diagnóstico psiquiátrico mantém, em sua constituição subjetiva, pelas palavras do outro, marcas do lugar que a sociedade lhe reserva enquanto pervertido e anormal.

Retomando o funcionamento das posições discursiva nas colunas, podemos afirmar que as alteridades, ou seja, a posição-não-autor, sustenta sentidos negativos para falar do homossexual (mesmo que sentidos negativos de ordens distintas). É uma regularidade, sem falhas, que o outro que ganha voz para dizer do *gay* nas colunas diga algo que coloque o homossexual em lugar negativo, seja num sítio de significância que compreende a cidadania (no caso, a falta na luta por ela), seja pelos ecos do discurso religioso-moralista, que condena a homossexualidade.

No que diz respeito à posição-narrador e as alteridades discursivas, podemos apontar, como já visto, dois tipos de relação entre elas: a relação de aliança e a relação de confronto.

Quando a posição-narrador se alinha ao outro (relação de aliança), temos um alinhamento também a sentidos negativos que dizem do *gay*. Isso significa dizer que, nas colunas, quando há simetria entre os diferentes lugares que nelas comparecem e o espaço da coluna, esse alinhamento ocorre na promoção da negativização do homossexual que não trabalha em prol de garantir seus direitos. Sem heroísmo, drogado, ou sem amparo (com conseqüências psicológicas) da sociedade, esse homossexual é colocado no lugar daquele que não age como deviria, se afastando da militância que lhe deveria ser cara.

Quando a posição-narrador não se alinha ao outro, temos o que chamei de relação de confronto e a posição-narrador trabalha no deslocamento desses sentidos negativos em que a alteridade coloca o homossexual. É no confronto, então, que a posição-narrador distancia a homossexualidade do lugar de perversão e imoralidade que o outro a coloca. É, dessa maneira, nessa tensão entre as formas de significar a homossexualidade, que se dá nas relações de confronto entre as posições discursivas, que temos deslizamentos que colocam o homossexual em outro lugar. É o jogo do confronto que faz deslizarem os sentidos de homossexual para outros sítios de significância diferentes dos de sexo como perversão, imoralidade e desvio, em direção ao lugar do cidadão.

Retomando o que foi definido como posição-narrador nesse trabalho, nos voltamos para a história de militância em torno da questão da homossexualidade que se pode observar nessa posição discursiva. As filiações de sentido nas quais se insere essa posição-narrador nos confirmam que ela é militante, na medida em que desloca os sentidos de homossexualidade para algo que possa ser positivo, apesar de também acionar sentidos que colocam o homossexual em redes de sentidos negativos, esse acionamento negativo versa também sobre a cidadania (mesmo que seja a falta de luta por ela, o que é já um reconhecimento de algo a que se tem direito). Sobre o funcionamento dessa posição-narrador nas colunas, podemos afirmar, então, que **só ela** milita, na medida em que **só nela** aparecem sentidos que corroboram para a positivação da homossexualidade. Se há, então, deslocamentos na sustentação interdiscursiva da homossexualidade, esses deslocamentos se dão na sustentação semântica pela posição-narrador.

Para organizar o que foi apresentado como denominação neste trabalho, passemos ao próximo quadro onde observo os efeitos de sustentação das denominações nas posições discursivas. Neste quadro, incluo todas as formas de referência ao homossexual, desde a primeira seqüência discursiva e também aquelas as quais cheguei por paráfrase. Estabeleço, dessa forma, três posições de sustentação: a posição-narrador, a alteridade em aliança com posição-narrador e alteridade em confronto com a posição-narrador.

Quadro 3 - AS FORMAS DE REFERIR E AS POSIÇÕES DISCURSIVAS

	POSIÇÃO-NARRADOR	ALTERIDADE ALIANÇA	ALTERIDADE CONFRONTO
--	------------------	--------------------	----------------------

FORMAS DE REFERIR	<ul style="list-style-type: none"> • Homossexuais masculinos • Guei • Bichas (com sentido que assume o estigma e ressignifica o termo) • Bibas • Sexualmente atraído por outro homem • Gay • Cidadãos • Festeiro (por paráfrase de festa) • Não-frágil, não-fraco (por paráfrase àquele que ataca seu agressor) • Militante (por paráfrase àquele que protesta) • lutador 	<ul style="list-style-type: none"> • Homossexuais • Ativo • Gilete • Guei • Bofe • Conformado • Drogado • Desamparado 	<ul style="list-style-type: none"> • Viado • Portador do HIV • Bichas (com sentido estigmatizante) • Imoral • Pecador
-------------------	--	---	--

A partir do quadro acima, podemos tecer algumas considerações sobre os efeitos de sustentação das formas de referência ao homossexual nas posições discursivas que comparecem nas colunas, ou seja, a posição-narrador e o que chamo de alteridade discursiva. Como vimos, a relação da posição-narrador com a alteridade discursiva se opera em duas ordens distintas: a relação de aliança e a relação de confronto.

Sobre o efeito da sustentação das formas de referir, podemos afirmar que:

a) As formas de referência sustentadas na posição-narrador i) assumem a sexualidade na constituição do sujeito homossexual, ii) corroem o estigma da forma de referir do outro em relação ao homossexual, e iii) compreendem a cidadania na referencialização do homossexual.

b) As formas de referir sustentadas na alteridade em aliança com a posição-narrador i) assumem a sexualidade e a marca de um critério de gênero e da prática sexual desses sujeitos e

ii) negativizam o *gay* que não luta por seus direitos, quando deveria fazê-lo, uma vez que ele deveria lutar em prol da sua cidadania.

c) As formas de referir sustentadas na alteridade em confronto com a posição-narrador i) estigmatizam o *gay*, ii) atrelam o *gay* à aids e iii) deixam ecoar os sentidos do discurso religioso-moralista que condenam a homossexualidade por considerá-la imoralidade e pecado.

Esse quadro também nos permite, mais uma vez, afirmar que os sentidos que apontam para a homossexualidade como algo que compreende cidadania são sustentados na posição-narrador. Cidadania esta que compreende o sexo no trabalho de militância pela construção do cidadão de direito *gay*.

O trabalho com as denominações e o jogo das posições discursivas nos levou a uma recorrência nos sentidos que sustentam e constituem a homossexualidade e o homossexual. A partir dessa recorrência semântica e dos sítios de significância que funcionam como eixos para os sentidos que dizem do *gay*, chegamos a duas formações discursivas nessas análises. A primeira delas é a que chamei de **sexualidade-estigma** e a segunda é a que chamei de **cidadania gay**. Passemos então, às seções 2.2.3 e 2.2.4 para tratarmos das formações discursivas a que esse trabalho de análise nos levou.

2.2.3 – Formação discursiva 1: sexualidade/estigma

Para entendermos de onde surgem os sentidos que se atualizam nas colunas, é válido ressaltar que os discursos médico, religioso e moralista historicamente colocaram a homossexualidade como algo da ordem de desvio, da anormalidade, do pecaminoso, do que deve ser evitado e combatido (Soares, 2006). Ao longo do tempo, a prática da homossexualidade teve seu lugar no âmbito do privado, do que não deveria aparecer, do que não deveria ser público. Ou seja, os processos de subjetivação do homossexual se deram na esfera do privado, do escondido, porque sobre essa prática ecoam as vozes desses discursos que a condenam. Diríamos mesmo uma dupla condenação: uma que recai sobre o fato desse sujeito se identificar pela prática sexual e outra por ser essa prática sexual realizada com sujeitos de mesmo sexo. Fazem-se condenáveis pelo discurso moralista-religioso, então, o sexo não-procriativo e a sodomia e, conseqüentemente, o homossexual. Não era possível a emergência e a visibilidade de um sujeito que se identificasse de tal maneira sem que sobre ele recaísse a condenação e a reprovação.

A aparição da revista na mídia voltada para o público *gay* no Brasil se apóia, mais uma vez, na sexualidade como fundação: a revista é um periódico de nu frontal masculino que tem na capa fotos de homens em destaque na mídia. Olhar tão somente para a capa da *G* já permite que falem sentidos que promovem essa ligação entre homossexual e sexo.

Quando nos voltamos para as colunas, também o sentido de homossexual atrelado ao sexo comparece regularmente. Nelas, falar de um sujeito homossexual é, predominantemente, falar de seu sexo e de sua sexualidade³³.

Quando tratamos das denominações, vimos que o grupo das denominações generalizantes (homossexual, *gay* e *guei*) aponta para um sujeito que primeiramente nasce marcado por sua prática sexual (homossexual) e passa a ser designado por outros termos (*gay* e *guei*) que fazem deslocar sentidos para a homossexualidade, mas não a retiram dessa filiação semântica que atrela

³³ Se pensarmos em ambientes como as boates *gays* dos grandes centros urbanos, por exemplo, é comum o anúncio de que o estabelecimento possui *dark room*, ou seja, ambientes propositalmente escuros onde se pode ir para fazer sexo como outros freqüentadores da boate, além da presença de *gogo dancers*, isto é, rapazes fortes e seminus que dançam em lugares mais elevados das casas noturnas para divertir os freqüentadores. Também é comum, ao entrar numa boate *gay*, receber papéis de divulgação de outros estabelecimentos *gays*, dentre eles, saunas e clubes de sexo.

esses sujeitos ao sexo. Nas colunas, dizer *gay* ou *guei* não é o mesmo que dizer homossexual, uma vez que essas duas formas de denominar já permitem deslocamentos para um modo de ser/viver específicos de um sujeito que se identifica pelo pertencimento à comunidade *gay*. Mas esse modo de vida não vai para outro lugar muito longe do sexo.

Com as denominações de sexualidade, vimos que esse lugar onde é colocado o *gay* é o lugar do sexo, seja porque esses sujeitos se identificam pelo fato de se sentirem atraídos por outros homens (estamos tratando da homossexualidade masculina), seja porque eles se denominam pelo comportamento sexual, atravessado por um critério de gênero que atrela essas práticas de sexo ao comportamento do homem e/ou da mulher, como é o caso de *bofe*, *ativo* e *gilete*.

Com as denominações de estigma, vimos como, no imaginário social, o sexo exacerbado entre homossexuais os leva à condição de portadores do HIV. Além disso, vimos como essa aproximação do *gay* a características de efeminação e a questões ligadas ao universo feminino (*bicha*, *biba* e *viado*) coloca esse sujeito no lugar do estigmatizado.

É nessa medida que percebemos como sentidos voltados para o sexo e para o olhar estigmatizado que se lança sobre o homossexual são articulados no jogo enunciativo das denominações e na relação da alteridade com posição-narrador. Nas colunas, temos, então, uma sexualidade que funciona como ferramenta dessa disputa de poder e que entra em disputa com outros sentidos para funcionar como um sentido autorizado na constituição desses sujeitos. Sentido autorizado porque esse movimento da sexualidade que passa do privado para o público legitima-se enquanto sentido que se busca ressignificar para se falar de homossexualidade. É nesse movimento de manutenção e ressignificação do lugar do sexo e da prática sexual que o *gay* avança na construção de subjetividades que também constituem cidadãos. Ao emergir do privado, o sexo funda a homossexualidade no público confrontando/deslocando sentidos para ela e constituindo esses sujeitos que buscam espaço numa sociedade que vê uma sexualidade homossexual publicizada e caminhando para a visibilidade.

Nessa atmosfera de sexo que funda a homossexualidade, podemos apontar para uma primeira formação discursiva.

Essa primeira formação discursiva a que esse trabalho da análise nos levou foi a que chamo de **FD–sexualidade/estigma**. Nela, os processos de produção de subjetividade homossexual estão atrelados a uma prática sexual e são atravessados pelo lugar do preconceito

conferido ao homossexual. Lugar este evidenciado nas colunas pelo funcionamento das alteridades discursivas de confronto e da assunção dessa sexualidade pela posição-narrador. Essa formação discursiva compreende, então, o sexo e os sentidos que estigmatizam o *gay*.

Além das seqüências já observadas, vejamos mais algumas com intuito de expor a formação discursiva que sustentamos nesse trabalho.

Observemos:

SD16 – Meses depois, eu soube que o rapaz não estava bem de saúde: ia fazer uma operação urgente de hemorróidas e de remoção de condilomas venéreos no ânus. Compadecido, levei-o a um médico. Mas me perguntava: como se pega condiloma anal em época de sexo seguro? Ouvi sua explicação de que transara apenas “alegoricamente” numa sauna, sem penetração. Mas, com certeza, não foi culpa do Espírito Santo. Descobri isso, pouco depois, ao encontrar na Internet, uma foto desse ex-namorado transando seminu com outro cara, numa orgia de *fist fucking*. (fevereiro 2001 – aspas do autor)

Nessa seqüência, temos, regularmente, sentidos voltados para o sexo sendo acionados para falar do homossexual. Observando alguns fragmentos, temos:

- *operação de hemorróidas e de remoção de condilomas venéreos* – remissão à prática de sexo anal e a contração de uma DST, que é advinda dessa prática sem preservativo.
- *sexo seguro* – remissão, por contraponto, ao sexo de risco, lembrando um período onde a AIDS era consequência de um comportamento de risco atribuído, freqüentemente, a homossexuais.
- *sauna* – lugar freqüentado por homossexuais para a prática de sexo. Nas saunas, é comum a prática de sexo com desconhecidos e com mais de um parceiro. Em algumas, pode haver a presença de garotos de programa, que cobram para fazer sexo.
- *orgia* – remissão a sexo grupal; à prática sexual ligada exclusivamente ao prazer.
- *fist fuking* – prática sexual na qual a mão fechada penetra o parceiro(a) podendo chegar até o punho em grau de introdução.

Vemos, aqui, a recorrência com que o sexo é utilizado para a referência ao homossexual. Aspectos relacionados à prática do sexo se fazem presentes na seqüência, fazendo aparecerem sentidos para o homossexual que o colocam num lugar constituído pelo sexo.

Também é importante observar, na seqüência anterior, a maneira como o sexo comparece em relação a outros sentidos que acabam por redimensionar e ressignificar essa prática sexual. Esses sujeitos que se identificam à homossexualidade, não somente são definidos pelo que fazem na cama, mas também reivindicam um lugar outro para se constituírem. Fala-se na seqüência, de um *ex-namorado*, ou seja, alguém com que se mantém uma relação, um relacionamento. O fato de se estar falando em um relacionamento acaba por fazer abranger outros sentidos para homossexualidade colocando esses sujeitos num jogo de disputa de sentidos que disponibiliza também outras formas de se dizer *gay*. Fala-se de sexo, mas de sexo dentro de um relacionamento.

Retomamos então a afirmação de que a sexualidade fundadora da homossexualidade acaba por ressignificar-se. Essa prática sexual acaba por funcionar como elemento a ser usado no jogo de disputa de sentidos que constituem a homossexualidade.

É então nessa disputa de sentidos para o sexo que funda a homossexualidade que passamos a próxima seção para observar o funcionamento semântico em torno de outra matriz de sentido: a construção de uma cidadania *gay*, que não negativiza e nem silencia a sexualidade.

2.2.4 – Formação discursiva 2: cidadania *gay*

Na sessão anterior, observamos como a sexualidade serviu de base de sustentação para o aparecimento de uma revista que pode se firmar nacionalmente tendo o homossexual como público-alvo. Para tentarmos entender o que se pretende desenvolver nesta sessão, podemos, mais uma vez, retomar o que acontece com a revista por volta do ano de 2005, isto é, a renovação de conteúdos jornalísticos no periódico em questão, configurando um segundo momento cronológico da revista que vem até os nossos dias, segundo divisão da própria editora.

Estou tomando essa reformulação jornalística não como um acontecimento cronológico, mas como a materialização de algo que ocorre discursivamente e que se manifesta num projeto editorial de reformulação da revista.

Esse processo de reestruturação e ampliação jornalística deve ser observado como algo que ocorre juntamente com a maior entrada na revista das discussões em torno de políticas homossexuais³⁴.

Essa mudança na concepção editorial acompanha e manifesta o próprio deslizamento dos sentidos de homossexualidade que passam para além de sexo chegando à construção de um cidadão de direito. Questões de direitos civis como adoção por casais *gays*, união civil, etc. ganham mais expressividade na sociedade e apontam para a busca de um espaço de cidadania para o homossexual.

É nesse contexto que novos sentidos passam a circular mais efetivamente nesse espaço midiático. Essa cidadania que aparece menos expressiva nas colunas do primeiro ano dessas análises (junho 2000 a junho 2001) ganha expressão, chegando a uma recorrência que configura a segunda formação discursiva a que essas análises nos levaram.

³⁴ A evidência de um movimento de politização da comunidade *gay* se traduz, por exemplo, na existência de grupos militantes desde a segunda metade do século XX e ganha popularidade nas Paradas do Orgulho Gay. As paradas representam hoje o momento de maior visibilidade da homossexualidade no Brasil. Mais de 30 cidades brasileiras (é importante lembrar que não só grandes centros) são palco de manifestações públicas nas quais, em ritmo de festa e música eletrônica, *gays* invadem as principais ruas das cidades para manifestar por meio da visibilidade.

Chegamos aqui, então, a uma segunda formação discursiva que chamo de **FD- cidadania gay**. Essa segunda formação discursiva comporta sentidos para o homossexual voltados para a construção de um cidadão *gay* com direitos e deveres sociais.

Esses sentidos que apontam a cidadania já são percebidos nas colunas desde suas primeiras edições, aliás a segunda edição da coluna. Vale lembrar a SD6, deste trabalho: *Está na hora de mostrar que quem sofre danos morais são os cidadãos discriminados com base naquilo que fazem na cama.* (julho 2000 – destaque meu).

Apontamos, então, as falhas que permitem a instauração de uma recorrência de sentidos que permite o surgimento de uma formação discursiva onde *gay* significa construção de cidadania.

Podemos fazer retomadas na tentativa de mostrar como os sentidos deslizam até que se chegue ao que chamo de **FD- cidadania gay**. Nas *formas de referir generalizantes*, podemos perceber o funcionamento dos termos *gay* e *guei* que apontam para a entrada de outros sentidos para a constituição do homossexual. Dizer *gay* ou *guei*, apesar de não funcionarem da mesma forma, aponta para um modo de vida alegre, festivo, fazendo falhar a rede de sentidos negativos que falam do homossexual. As *formas de referir estigmatizantes*, por sua vez, também trabalham na corrosão dos sentidos que funcionam no olhar do outro que se lança sobre a homossexualidade. Quando, na posição-narrador, temos a assunção de termos como *bicha* e *biba* (isso porque essa posição não silencia essa forma de o outro se referir ao *gay* e corrói o estigma dessas denominações), estamos diante de um deslizamento desses termos que, no lugar da alteridade, estigmatizam o homossexual e na posição-narrador deixam de estigmatizar. Além disso, o próprio deslizamento do lugar do sexo para uma outra moralidade diferente daquela das igrejas católica e evangélica, já aponta para uma ressignificação dessa sexualidade que constitui o *gay*. Apesar de apontar todas essas falhas que promovem deslizamentos semânticos no dizer sobre o homossexual e sobre a homossexualidade, chamo atenção para dois pontos em que se rompem as filiações semântica atreladas ao sexo como imoralidade e ao estigma, a saber: as denominações de cidadania³⁵ e a posição-narrador em relação de confronto com a alteridade.

³⁵ Mesmo sendo as seqüências discursivas onde figuram *lutador* e *cidadão* (SD 5 e 6) pertencentes ao primeiro ano desse material, acho válido seu apontamento para chegar na FD-cidadania *gay* por considerar que a configuração desta FD se deu de forma processual e gradativa, ou seja, ela vai da falha até a regularidade, nas colunas, se cotejamos o ano de 2000/2001 com o de 2005/2006.

Nas *formas de referir de cidadania* (lutador, cidadão e festeiro), temos um homossexual que é significado de forma que esse sujeito passa a cidadão, em detrimento do lugar negativo ou marcado pela imoralidade. No confronto das posições-discursiva, vimos como a alteridade é contestada e como os sentidos acionados por essas posições-não-narrador são deslocados pela posição-narrador para uma prática sexual que tem espaço no cidadão em construção e para o direito de punir a discriminação sofrida.

A discriminação contra o comportamento sexual se apresenta, nas colunas, como algo que vai de encontro ao cidadão. Numa espécie de conclamação do direito ao sexo, a prática sexual é chamada também para figurar em meio aos direitos desse sujeito que não deve mais manter seu sexo no privado. Então, vemos nessa FD, sentidos que chamam à fusão desses dois sujeitos: o que aparece por sua prática sexual e o que é também cidadão.

Apontamos, dessa maneira, a **FD-cidadania gay** como uma regularidade de sentidos que estabelecem essa ligação entre esses dois sujeitos para que, como fruto dessa fusão, apareça o cidadão *gay*, cujo sexo publicizado também figura dentre seus direitos sociais.

Vemos, então, a forma como se parte de um sujeito que se define pelo seu sexo em direção a um sujeito cujo sexo o significa no processo da abertura de um espaço de cidadania, ou seja, é nesse processo de ressignificar o lugar do sexo tendendo para a visibilidade que a construção de um cidadão de direito *gay* se efetua.

Assim, um outro lugar de subjetivação se instaura e novos processos identificatórios se operam. Vejamos um recorte maior SD 7, para mostrar a forma como o homossexual pode ser significado em outro lugar, que comporta a cidadania:

SD17 – pela primeira vez o movimento brasileiro dos direitos homossexuais conseguiu atingir a coletividade. Já não se trata de um pequeno grupo de gatos pingados protestando isoladamente. Agora são multidões com rosto, RG e voz própria. A grande sacada, que propiciou essa guinada coletiva, foi abandonar a idéia fechada de “passeata”, tão cara à esquerda brasileira de classe média, e substituir pelo conceito de celebração e festa, no estilo “parada”. Ou seja, supera-se o mero protesto (contra algo injusto) por um gesto afirmativo (de algo digno de celebração). (agosto 2004 - aspas do autor)

Nessa seqüência, temos a posição-narrador (em toda a seqüência) dizendo de um homossexual que luta por seu espaço na sociedade. Aqui, homossexualidade significa luta pela construção de uma cidadania *gay* conquistada por reivindicação e movimento de abertura de espaço. Fala-se de sujeitos que saem do espaço do privado (juntamente com suas identidades que comportam o sexo) e ganham identidade num movimento político de reivindicação (“Agora são multidões com rosto, RG e voz própria”). Mas não se fala apenas de um sujeito que vive identificado a uma sexualidade, localizado em espaços onde não pode ser visto. Ganhar rosto e RG aponta para um processo no qual sujeitos estão se retirando da clandestinidade para assumir um papel social no qual suas identidades têm espaço para aparecerem.

Os sentidos de festividade que apontamos para o termo *gay*, no capítulo das denominações, aparecem aqui num movimento que assume a alegria e essa festividade que são atribuídas a ele, e também funciona como elemento de resistência e disputa semântica. A festa se transforma em forma de protesto. Manifestar em ritmo de festa aponta para a resistência que nos diz que o sentido pode ser sempre outro. Festejar pode ser interpretado como protestar, uma vez que se torna uma forma de reivindicação. O político, que tinha a passeata como manifestação, passa a abrigar também a festa como movimento reivindicatório, permitindo que da passeata passe-se às paradas como forma de protestar³⁶.

Em outra seqüência, outro recorte do extrato de texto de onde foram retiradas as SD's 10 e 11, podemos encontrar:

SD18 – O escritor inglês Alan Hollingshurst, homossexual assumido que sempre cria protagonistas gueis em seus romances, também manifesta seu desencanto. Numa entrevista recente, ele disse lamentar que os homossexuais tenham perdido sua “dimensão heróica na civilização ocidental”. Não sei se concordo com tal associação entre heroísmo e homossexualidade. Mas, à parte isso, para ele a cena guei atual oferece um espetáculo de homogeneização. E eu concordo. Na vida social guei, tudo é cada vez mais parecido, até beirar o conformismo. Vejam-se as modas, os corpos, os lugares, os gostos. Não sei se tem a ver com a tendência ao tribalismo, resultado das discriminações sociais que criam guetos. Um dos sintomas dessa homogeneização está expresso na maneira como as drogas se instalaram na cena guei. Fico assustado com o que tenho visto e ouvido sobre o desvairado consumo de drogas entre homossexuais. E não só os jovens. Um amigo nada careta descreveu horrorizado o clima de fim de festa numa famosa boate guei de São Paulo. Ele

³⁶ Vale lembrar que a cidade de São Paulo abriga anualmente a maior parada gay do mundo em número de pessoas.

apareceu lá pela manhã e encontrou um monte de zumbis caindo pelos cantos. Ficou ainda mais chocado quando um amigo querido não o reconheceu de tão drogado. (Abril 2006 – aspas do autor)

Nessa seqüência temos a posição-autor (Não sei se concordo... E não só os jovens) em relação com a posição-escritor (O escritor inglês Alan Hollingshurst) e a posição-amigo (Um amigo nada careta descreveu...). Fala-se do *gay* como alguém não que se encontra em condições de se posicionar politicamente perante a sociedade ou alguém que se desviou de sua “missão” pela conquista de direitos. O homossexual não seria, nessa perspectiva, capaz de se destacar da massa e ser singular no que diz respeito aos fenômenos de homogeneização. O fato de se drogar funciona semanticamente como o desvio da luta pela cidadania. Drogar-se se iguala a não lutar pelos seus direitos e ser não-político, quando o que se espera de um sujeito que vive uma história de exclusão e preconceito é o engajamento social em prol de sua cidadania.

A equação lingüística que se constrói aqui é: homossexual + droga = afastamento da luta pelos seus direitos. Drogar-se figura a negatização do *gay* e inviabiliza a construção de um sujeito de direito homossexual.

Temos, então, a posição-escritor, a posição-amigo e a posição-narrador acionando sentidos para homossexualidade que a colocam em lugar negativo por se afastar da expectativa de uma conduta politizada.

Mas, apesar desse lugar negativo em que é colocado o *gay*, não saímos da matriz semântica em que a política intervém como base. Estamos dentro da mesma formação discursiva da SD15, ou seja, a **FD- cidadania gay**. Falar de um *gay* que se droga é falar de um *gay* que não luta por cidadania, quando deveria fazê-lo. Nessa SD, o lugar depreciativo em que é colocado o *gay* é instaurado não por uma história de exclusão ao pelo discurso moralista que condena esse sujeito que aparece identificado à sua prática sexual, mas por posições que têm seus dizeres legitimados por também se incluírem na comunidade *gay* (temos o *gay* falando em todas essas posições discursivas - escritor, amigo e narrador) e, portanto, se autorizam nessa inclusão para reclamarem uma atitude socialmente politizada que se contrapõe ao consumo de drogas. Dessa maneira, falar de *gay*-politizado e *gay*-não politizado não configura uma assimetria em relação a uma mesma matriz de sentido, portanto estamos dentro da mesma formação discursiva.

Nossas análises das formações discursivas que comparecem nas colunas nos levam a constatação de uma presença conjunta de sentidos de sexo e cidadania para dizer do

homossexual. Para entendermos o que configura esse movimento entre sexo e a cidadania como lugares de subjetivação homossexual, passemos a próxima seção.

2.2.5 – Duas FD's, uma tensão.

Quando observamos, então, a coluna *Olho no olho*, estamos diante de um espaço discursivo que se organiza pela tensão entre essas duas formações discursivas dominantes. Tentar entender a relação entre elas significa tentar entender os próprios processos de subjetivação do sujeito homossexual.

As duas FD's que observamos nessa pesquisa, a FD-sexualidade/estigma e a FD-cidadania *gay*, mantêm entre si uma relação de tensão, de disputa, no movimento de significação do sujeito homossexual. Não se trata de formações antagônicas, pois não são sentidos que se excluem, mas de matrizes semânticas distintas onde o sexo e a construção da cidadania convivem, porque não se apagam, fazendo com que os sentidos de homossexualidade ora recaiam sobre a sexualidade, ora sobre a politização, ora sobre o sexo podendo ser politizável, num trabalho de ressignificação da FD sexualidade/estigma pela FD cidadania *gay*. Observemos mais uma SD:

SD19 - Em ambientes de pegação, o cheiro fedido de poppers é comum. Nesses locais, associa-se foda com poppers, como complementos quase obrigatórios. E não faz muita diferença quando se trata de um consumo controlado, só nos fins de semana. Conheço homossexuais que vão à boate em fins de semana só para cheirar cocaína. Lá, encontram um ambiente perfeito para o escape da realidade.(...) A sonoridade furiosa do tecno, que mistura bate-estaca com sons abstratos, funciona como um mantra hipnótico e ao mesmo tempo instigante. O desenho de luz sofisticado junta jatos de laser coloridos com a luz estroboscópica, à qual se acrescenta a fumaça. Esse ambiente alucinante pede droga. E o binômio droga e sexo cria exacerbação ainda maior. Aliás, o sexo se torna mais uma maneira de se drogar. Aí, você perde a cabeça. E adeus sexo seguro. Não por acaso, a prática do bareback está aumentando tanto. (abril 2006)

Na seqüência anterior, temos um trecho que faz parte da mesma coluna na qual se fala de homossexualidade e drogas. Já havíamos mostrado como a aproximação às drogas confere ao homossexual um lugar negativo e não-politizado. É relevante observar aqui o deslizamento de

uma FD para outra. Na SD 17, temos um lugar não-político reservado ao *gay*. Essa não-politização acaba por promover um deslize para a sexualidade como também lugar negativo. Teríamos então: drogas = afastar o homossexual da conquista de sua cidadania = pegação (prática de sexo sem compromisso) = negativo. Estamos primeiramente na **FD- cidadania gay** e saímos dela à medida em que as drogas entram em cena, deslizando os sentidos de *gay* para o sexo e deixando ecoar o discurso moralista sobre a prática sexual que nele significa promiscuidade. O homossexual se identifica pela irresponsabilidade, partindo de um afastamento de sua luta política, chega até a irresponsabilidade de fazer sexo sem preservativo (prática do *Bareback*). Temos, então, a equação: homossexual + droga = irresponsável.

Essa tensão que faz com que sentidos oscilem em direções diferentes, e até em FD's diferentes no espaço da coluna.³⁷

Ser um homossexual consciente de seu papel na sociedade funciona, então, como o sentido que organiza as posições discursivas na **FD-cidadania gay** (essas posições são a posição-narrador e as posições com as quais esta mantém relação de aliança). A construção de uma cidadania em torno da homossexualidade e a luta por essa cidadania são os sentidos dominantes nessa formação discursiva dentro da qual funcionam as posições discursivas de militância em torno da questão, tecendo um caminho semântico que vai desembocar na conquista de direitos para esse sujeito na sociedade da qual ele é membro.

Os deslocamentos de sentidos que permitem que se fale do *gay* de outra maneira se dão pela entrada de sentidos que giram em torno da cidadania gerando uma possibilidade de oscilação nas formas de referência ao homossexual que ora funciona pela sexualidade, ora funciona pela cidadania e ainda pela sexualidade como possibilidade de construção de cidadania. Ser *gay*, pela observação das colunas nos períodos a que nos propomos neste trabalho, aponta para formas de subjetivação que guardam o movimento dos velhos sentidos e dos deslizamentos que instauram o novo. Temos, então, a sexualidade que funda esses sujeitos e a sexualidade que conclama cidadãos, na medida em que se deslocam sentidos e ressignificam-se sujeitos. Ser *gay* guarda em si sentidos do velho e do novo, sentidos esses que apontam, na contemporaneidade,

³⁷ Não só nas colunas, mas na comunidade *gay* em geral, podemos observar como se oscila entre essas duas formações discursivas na constituição da homossexualidade. Na última Parada do Orgulho Gay ocorrida em São Paulo no dia 10 de junho último (ocasião em que estive presente), o clima de festa se dava exatamente sobre essa coexistência tensa entre os sentidos dominantes de homossexualidade. Sobre um mesmo carro de som onde militantes faziam discursos de mobilização por um maior engajamento na luta pela conquista de direitos, rapazes *seminus* (os *gogo-dancer*s) dançavam sensualmente ao lado de anúncios de sites de relacionamento que têm o sexo como produto publicitário.

para direções múltiplas onde subjetividades também acompanham essa multiplicidade de sentidos que dizem da homossexualidade brasileira.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, em que me propus observar as formas de subjetivação do homossexual a partir de um dizer sobre e para esses sujeitos na coluna *Olho no olho*, da revista *G Magazine*, pudemos observar o movimento das filiações de sentido que se operam para a constituição do que chamamos de identidades homossexuais.

Neste trabalho, propus-me i) observar o lugar onde é colocado o homossexual quando ele é falado nas colunas e, conseqüentemente, (ii) como abordar a questão dos processos identificatórios do sujeito homossexual a partir das colunas. Para tanto, foi preciso também observar a que filiações de sentido se ligam os dizeres sobre o homossexual e a homossexualidade nas colunas, além do funcionamento dos sentidos que instauram subjetividades que se materializam e se atualizam nesse espaço midiático.

Nesse espaço midiático, isto é, na revista *G Magazine*, as colunas significam de maneira a permitirem gestos interpretativos que partem de uma observação do próprio espaço onde figuram. As colunas, numa revista de homens em fotos sensuais de nu frontal, já promovem efeitos de sentidos. Sentidos estes que constituem o homossexual que é falado na coluna *Olho no olho*.

No histórico das denominações, pudemos acompanhar alguns sentidos que dizem do *gay*, por uma sustentação interdiscursiva que coloca a homossexualidade no lugar da imoralidade pelo sexo, da efeminação, e da condenação. Mas vimos também falhas os processos de subjetivação do sujeito homossexual, apontando para um modo de vida, em detrimento de uma identificação exclusiva à prática sexual.

Pudemos ver, pelas formas de referir generalizantes, a maneira como a posição-narrador cria uma homogeneidade no recorte subjetivo promovido pelas denominações *homossexual*, *gay* e *guei*. Com as formas de referir de sexualidade, vimos como os sentidos que ligam homossexualidade a sexo continuam figurando na sustentação dos sentidos que constituem esses sujeitos. *Sexualmente atraído por outro homem*, *bofe*, *ativo* e *gilete* apontam para um modo de ser homossexual no qual um critério genérico, que passa também pela prática sexual, trabalha a constituição do sujeito homossexual. Nas formas de referir estigmatizantes, vimos como a posição-narrador não silencia a forma como o outro se refere ao homossexual e traz para o espaço da coluna essa referência outra para instaurar um trabalho de corrosão dessa forma outra

de estigmatizar, seja pela assunção e deslocamento do estigma do outro para outros sentidos (bicha e biba), seja pela denúncia do estigma da forma de referir outra (viado e potencial portador do HIV). Nas formas de referir de cidadania, chegamos, então, ao lugar onde é colocado o homossexual pela posição-narrador. Dizer *lutador*, *cidadão* ou *festeiro* (por paráfrase da festa como forma de reivindicação na forma das paradas) aponta para um outro espaço de subjetivação para o homossexual, lugar este que compreende a cidadania.

Dessa forma, a partir das formas de referir, podemos acompanhar como o interdiscurso fornece sentidos que colocam o homossexual em lugar de estigma, pela voz do outro. Mas vimos também como o homossexual passa a significar no deslocamento desse processo semântico que o coloca em lugar de exclusão, apontando para outros sentidos. Os deslizamentos permitem também que se fale de um homossexual por suas características de alegria e festividade, além de apontar para um cidadão de direito em formação.

No jogo das posições discursivas, vimos como as alteridades discursivas funcionam em relação à posição-narrador. Há, dessa maneira, dois tipos de relação: a de confronto e a de aliança. Em relação a essas alteridades, ou seja, essas outras posições que são trazidas às colunas, podemos observar como elas acabam por sustentar sentidos para o homossexual que o colocam em lugar negativo. Mas negativos de ordens diferentes.

Nas alteridades em confronto com a posição-narrador, os sentidos de anormalidade e perversão significam o *gay* de forma que o lugar que ele ocupa nessas alteridades, ou seja, no exterior das colunas, seja sempre negativo, funcionando na formação discursiva sexualidade-estigma. Lembrando que temos um recorte dos dizeres sobre a homossexualidade promovido pela posição-narrador, num jogo de dizer de si através do outro. Dessa forma, essas alteridades de confronto comparecem nas colunas para serem desautorizadas e corroídas, para que os sentidos de *gay* possam deslizar da FD sexualidade-estigma para a FD cidadania *gay*.

Nas alteridades em aliança com a posição-narrador, temos uma negativização que versa sobre o *gay* que não age de forma militante, quando deveria fazê-lo, voltando-se para as drogas ou para o conformismo. Nessas alteridades de aliança, apesar da colocação do *gay* como conformado ou drogado, estamos na FD cidadania *gay*, uma vez que se fala de um cidadão que luta (ou não) por seus direitos, fala-se de uma luta (ou não) pela construção da cidadania.

Vimos também que os sentidos que versam sobre a militância ocorrem somente na posição-narrador, quando esta se desalinha com a posição-não-autor, corroendo e fazendo

deslizar os sentidos negativos acionados para o *gay* nas alteridades de confronto, fazendo, mais uma vez, o dizer sobre a homossexualidade deslizar da formação discursiva sexualidade-estigma (onde se encontram as alteridades em confronto com a posição-narrador) para a formação discursiva cidadania *gay*, na qual ocorre o trabalho de militância em prol da formação de um cidadão de direitos *gay* e na qual a posição-narrador está regularmente inserida.

Para a compreensão dos sentidos que comparecem nas colunas nas alteridades de confronto e são corroídos pela posição-narrador, podemos lembrar como o sujeito homossexual tem, na prática sexual e no olhar estigmatizado lançado sobre a homossexualidade, sentidos que constituem sua formação identitária. Prática sexual esta que precede as próprias questões identitárias em torno desse sujeito, ou seja, a sodomia precede a noção de homossexualidade enquanto identidade e já se apresenta como pecado (o pecado nefando). Vimos como o sexo e a sexualidade são sentidos que fundam e colam na questão da homossexualidade, só permitindo brechas a partir da segunda metade do século XX e mais fortemente no fim desse século, quando questões que giram em torno dos direitos e da cidadania desses sujeitos entram em cena.

As análises das colunas nos autorizam, então, a afirmar que não há uniformidade nem homogeneidade quando se fala em homossexualidade no Brasil. Olhar para os deslizamentos na forma de significar a homossexualidade e também os sentidos cristalizados para dizer do *gay* nos leva a concluir que dizer *gay* ou *homossexual* diz muito e, ao mesmo tempo, diz pouco sobre as subjetividades interpeladas pelos sentidos de homossexualidade.

Falar em homossexualidade diz muito na medida em que uma vasta rede de sentidos é acionada nesse processo discursivo que constitui esses sujeitos. O lugar da imoralidade, da doença e da perversão não deixa de reverberar quando se fala *do gay* ou *para o gay* pelo próprio sentido fundador desses sujeitos, isto é, a prática sexual que o coloca em lugar de condenação, em formações discursivas religiosas, médicas ou legais. Mas dizer *gay* ou *homossexual* não diz o suficiente para se perceber a pluralidade de subjetividades que se constituem sob o nome de *gay* ou *homossexual*, uma vez que falar em homossexualidade não prevê uma homogeneidade sobre o que se fala.

Retomando o histórico das denominações, observa-se como a prática sexual, ao mesmo tempo em que funda a homossexualidade, serve de abertura para um espaço que a faz sair do privado em direção ao público, fornecendo sentidos para uma vasta gama de termos denominativos e formas de referência ao homossexual para o apontamento dessa diversidade que

funciona sob o que se chama de homossexualidade. A multiplicidade que podemos observar é tamanha, que nos permitiu perceber, por meio das formas denominativas, os movimentos de inclusão, prestígio, exclusão e dominação, pois, dizer *bofe, biba, passivo, ativo*, etc, acaba por promover esses movimentos de assimetria intersubjetiva, uma vez que são acionados sentidos prestigiados no social (como as características masculinas) ou sentidos de menor prestígio (como os que colam um sujeito ao sexo ou as características de efeminação). Essas assimetrias são geradas pelos sentidos que fundam diferentes subjetividades, estabelecendo, dentro do que se chama de homossexualidade, relações intersubjetivas que podem ser até mesmo ser incompatíveis, como pudemos verificar pelo funcionamento das siglas GLS e GLBT.

Mas é importante retomar o funcionamento das formas de referir generalizantes (*gay*, guei e homossexual) e os efeitos de sentido desse recorte que abrange todo e qualquer sujeito interpelado pela denominação homossexual. Dessa forma, observarmos a questão que é colocada pela posição-narrador, nas colunas. Apesar de podermos perceber esses movimentos de inclusão, exclusão e assimetrias dentro do que se chama comunidade homossexual, é esse recorte generalizante, que não aponta para as diferenças de dentro da comunidade *gay*, que promove um movimento de militância pela construção do cidadão homossexual seja ele passivo, ativo, etc. O que estou afirmando é que, se o histórico das denominações nos mostra que há assimetrias dentro da comunidade *gay*, essas assimetrias não são a questão da posição-narrador. Essa posição trabalha na colocação do homossexual (assimetrias intersubjetivas à parte) em outro lugar diferente do estigma, isto é, o lugar do cidadão.

Para, então, concluir estas reflexões, retomo a questão de como significa uma coluna militante numa revista *gay* de nu frontal. Os textos de Trevisan estão, dessa forma, materializando um processo discursivo que guarda em si uma tensão entre as duas principais formações discursivas observadas nas colunas: a **FD-sexualidade/estigma** e a **FD-cidadania gay**. Escrever entre homens nus significa. E significa também no processo de subjetivação do homossexual. Se, antes, ser *gay* era deixar vir à tona uma prática sexual, agora, os sentidos que constituem a homossexualidade se movimentam tensamente em torno da sexualidade que funda o homossexual e um movimento de visibilidade que busca a construção de um cidadão de direito. Na coluna *Olho no olho*, ser *gay* não é tão somente se identificar no seu sexo, apesar de a sexualidade com sentido estigmatizado ainda funcionar numa formação discursiva na qual o homossexual se constitui como sujeito. Outros espaços de subjetivação se abrem para o *gay*

nesse movimento em que a luta por direitos políticos passa a intervir constitutivamente num processo identitário bastante conflituoso e em transformação, que caminha em direção à cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2ªed, 1985.
- AUTHIER-REVUZ. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998 a.
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. “Le guillemet, um signe de ‘langue écrite’ à part entière”. In: J. M. Defays, L. Rosier, F. Tilkin (eds). *A qui appartient la ponctuation?* Paris: Duculot, 1998 b.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Hucitec, 4ª ed., 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. SP: Pontes, 1988.
- BRANDÃO, Helena H. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 8ªed, 2002.
- ROCHA, D. O. S. *Agenciamentos coletivos de enunciação e discursos midiáticos*. Semiosfera, Rio de Janeiro, n. 8, 2005.
- _____. & DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de conteúdo e Análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. Alea. Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.
- DEZERTO, F. “Homossexualidade: a constituição de um sujeito no processo discursivo”. In: SANT’ANNA, V. & DEUSDARÁ, B (org). *Trajetórias em enunciação e discurso: conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Claraluz, 2007.
- FIORIN, J. L.(org) *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, Michel. “O que é um autor”. In: *O que é um autor*. Portugal: Passagens, 1997.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1998.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de janeiro: Nau editora, 2005.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. “Subjetividade e história”. In: *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

- JOBIM, José Luis. *A poética do fundamento*. Niterói, RJ: EDUFF, 1996.
- MAIA, M.C. G. *Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores*. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MARIANI, B. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro, Revan; Campinas, SP: Ed daUNICAMP, 1998.
- _____. “Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise”. In: *Revista polifonia*. Vol 12, nº 1. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.
- MEDEIROS, V. Dizer de si através do outro: do homogêneo no identitário brasileiro. Tese (Doutorado em Estudos lingüísticos). Programa de Pós-Graduação em letras da Universidade Federal Fluminense, 2003.
- MÜLLER, Ana Lúcia & VIOTTI, Evani. “Semântica formal” In: FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 4ª ed, 2005.
- MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org). *Introdução à lingüística 2: domínios e fronteiras*. Vol 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. “Do sujeito na história e no simbólico”. In: Revista Escritos nº4: contextos epistemológicos da análise do discurso. Campinas, SP: LABEURB, 1999.
- _____(org). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed, 2003a.
- _____(org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 3ª ed., 2003b.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: SP: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. SP: Pontes, 1990.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. (org) Gestos de leitura. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 1997.

- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. “Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso”. In: Revista Escritos, nº 4. Campinas, SP: LABEURB, 1999.
- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (org). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado das letras. São Paulo: Fapesp. 1998.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payothèque, 1972.
- SIMÕES Jr, Almerindo Cardoso. *E havia um lampião na esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)*. Dissertação (mestrado em Memória Social). Programa de Pós-graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese (doutorado em Estudos Lingüísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- TREVISAN, J.S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- www.folha.uol.com.br/folha, ultimo acesso em 13 de maio de 2007.
- www.gonline.com.br, último acesso em 19 de dezembro de 2007.
- www.houais.uol.com.br, último acesso em 10 de fevereiro de 2008
- www.paradasp.org.br, último acesso em 15 de junho de 2007.
- www.wikipedia.com.br, último acesso em 18 de dezembro de 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)